



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 340.2.54.O**

**DATA: 06/12/12**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 14h00min**

**TÉRMINO: 19h21min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 340ª Sessão, em 06 de dezembro de 2012**

**Presidência dos Srs.:**

**ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Marco Maia

Rose de Freitas

Eduardo da Fonte

Eduardo Gomes

Jorge Tadeu Mudalen

Inocência Oliveira

Júlio Delgado

Geraldo Resende

Manato

Carlos Eduardo Cadoca

Sérgio Moraes



---

## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## **III - EXPEDIENTE**

*(Leitura da ata.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Rose de Freitas) - Passa-se ao

## **IV - PEQUENO EXPEDIENTE**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Newton Lima. Em seguida, falará Deputado Eleuses Paiva. Comunico ao Plenário que há vários Líderes inscritos.

**O SR. NEWTON LIMA** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, cumprimento V.Exa. e os demais colegas Parlamentares. Poderia ter ocupado a tribuna de hoje para tratar de temas muito relevantes da nossa vida política, econômica. Por exemplo, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, poderia tratar do dado que o IBGE nos brindou com a expansão da atividade industrial no último mês: 2,3%. Encerrou um ciclo, de alguma maneira, de diminuição da atividade econômica industrial brasileira, já reflexo do Plano Brasil Maior.



---

Poderia também me debruçar, nesta tarde, sobre a grande notícia que recebemos da Presidenta Dilma Rousseff, contrapondo-se à decisão adotada pelos Governadores de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, de honrar seu compromisso com o povo brasileiro, diminuindo em 20,2% o preço da energia para favorecer não apenas os consumidores, mas também o setor industrial, já que a nossa energia elétrica é uma das caras do mundo e pesa muito no chamado Custo Brasil.

Na verdade, Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares, hoje, é um dia muito especial para nós, para o mundo da política, da cultura, da arte, da arquitetura no País. De um lado, em relação ao mundo da política, hoje, por iniciativa da Deputada Luiza Erundina, com aquiescência, certamente entusiasmada do Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, como democrata, participaremos daqui a pouco da solenidade, organizada pela Comissão Parlamentar da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, de devolução simbólica dos mandatos dos Deputados Federais cassados pela ditadura.

Um momento singular da nossa história que se confunde porque o significado é o mesmo dos ideais desse grande gênio brasileiro que, lamentavelmente, faleceu no dia ontem. Estamos reverenciando a sua memória.

Oscar Niemayer, acima de tudo, era um democrata, tinha ideais socialistas, por isso sempre militou no Partido Comunista. Soube sempre tratar a sua arte de arquiteto, de gênio da arquitetura reconhecido mundialmente, no segundo plano das suas aspirações, porque no primeiro plano dos seus ideais Oscar Niemayer sempre lutou pelo fim das desigualdades sociais, pela melhoria da situação do homem brasileiro.



Todas as suas obras marcadamente têm, como este plenário em que nos encontramos, uma das suas obras mais bonitas, o Congresso Nacional, nesse complexo maravilhoso que é a Esplanada dos Ministérios, no seu simbolismo maior essa conjunção, essa comunhão de almas entre os seres humanos.

Oscar Niemayer é um grande exemplo para todos nós, ele tem uma frase, dentre tantas outras, de que eu particularmente gosto muito e gostaria de marcar na ata dessas homenagens que fazemos hoje a esse grande brasileiro: *"Meu trabalho não tem importância, nem a arquitetura tem importância para mim. Para mim o importante é a vida. A gente se abraçar, conhecer as pessoas, haver solidariedade, pensar num mundo melhor. O resto é conversa fiada."*

Por isso nesta homenagem que fazemos a esse grande brasileiro cunhei uma frase que gostaria de compartilhar com todos os meus colegas nesta tarde: *"Me orgulho de ser irmão de ideais de um gênio brasileiro que passa para a história da humanidade. Viva Niemayer!"* Viva Niemayer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Eleuses Paiva, do PSD. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

Esclareço que a ordem será a seguinte: aqueles que forem falar, e peço a compreensão dos Líderes, por 1 minuto serão respeitados. Todos. Em seguida será V.Exa.

**O SR. ELEUSES PAIVA** (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, meus cumprimentos a V.Exa., ocupo a tribuna para fazer um relato a V.Exa.

Hoje, a Comissão de Seguridade Social e Família deu um salto importante na discussão de uma audiência pública que tenta normatizar — Projeto de Lei nº 3.661



— a profissão de técnico e tecnólogo em radiologia, projeto esse que vem do Senado Federal e apresentava algumas imperfeições, a nosso ver, criando conflito entre as áreas.

Tivemos a oportunidade de ouvir representantes da Comissão Nacional de Energia Nuclear, radiologistas importantes do País, como o Dr. Aldemir Soares, como o Dr. Jaime Barbosa. Acredito que demos um passo importante para normatizar esse setor, principalmente consensuar essa Pauta por estarmos fazendo acordos que possam avançar.

Muito obrigado.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Desembargador Ademir Mendes Bezerra, e a Juíza Dra. Maria do Livramento Magalhães convidam para a solenidade de diplomação dos eleitos em Fortaleza para Prefeito, Vice e Vereadores sufragados para os respectivos cargos na competição democrática de outubro passado.

Para a Chefia de Municipalidade alçaram-se, como Prefeito, o Deputado Roberto Claudio e Vice Gaudencio Lucena, componentes da coligação PSB/PMDB, amplamente majoritário na disputa referenciada.

O magno evento ocorrerá às 17 h, do dia 19 do corrente mês, devendo, lotar de convidados o Salão Diamante da Fábrica de Negócios do Hotel Praia Centro, além, obviamente, de autoridades em todos os níveis hierárquicos.

Recordo que o meu primeiro mandato foi de Vereador à Câmara de nossa capital, o que me permitiu em seguida a conquistar outros cargos na Assembleia Legislativa, no Senado Federal e nesta Casa do Congresso Nacional.



---

A experiência e tirocínio adquiridos no primeiro degrau, hierarquia legislativa, foram-me valiosos para ascender em seguida à Presidência da Assembleia Legislativa e a do Parlamento Brasileiro, funções que venho buscando aqui cumprir com vistas voltadas ao bem-estar dos meus compatriotas.

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR**

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, desembargador Ademar Mendes Bezerra e a juíza de Fortaleza Dr. Maria do Livramento Magalhães convidam para a Solenidade de Diplomação dos Eleitos em Fortaleza, para Prefeito, Vice e Vereadores sufragados para os respectivos cargos na competição democrática de outubro passado.

Para a Chefia de Municipalidade alçaram-se, como Prefeito, o Deputado Roberto Claudio e Vice Gaudencio Lucena, componentes da coligação PSB-PMDB amplamente majoritário na disputa referenciada.

O magno evento ocorrerá às 17 horas do dia 19 do corrente mês, devendo, lotar de convidados o salão Diamante da Fábrica de Negócios do Hotel Praia Centro, além, obviamente, de autoridades, em todos os níveis hierárquicos.

Recordo que o meu primeiro mandato foi o de Vereador a Câmara de nossa Capital, o que me permitiu, em seguida a conquistar outros cargos, na Assembleia Legislativa, no Senado Federal e nesta Casa do Congresso Nacional.

A experiência e tirocínio adquiridos no primeiro degrau hierarquia legislativa foram-me valiosos para ascender em seguida à Presidência da Assembleia Legislativa e a do Parlamento Brasileiro, funções que venho buscando aqui, cumprir com as vistas voltadas para o bem estar dos meus compatriotas.



---

Saudando os eleitos a eles – notadamente o Prefeito Roberto Cláudio – disponho-me a colaborar para que a nossa Edilidade prossiga crescendo, dentro dos padrões de proficiência, favorecendo o povo fortalezense.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, por diversas vezes destaquei a necessidade da reforma política no Brasil. Esse tema é recorrente na Casa. Porém, precisamos apresentar respostas concretas e avançar, no sentido de adequar nosso sistema político à realidade social atual.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, levantou essa bandeira no meu Estado ao destacar três causas para combater à corrupção em nosso País: coragem de encarar a cultura enraizada que mistura os interesses públicos com os privados; enfrentamento urgente à promiscuidade política nos financiamentos de campanhas eleitorais; repensar a estrutura administrativa dos governos, baseada no apadrinhamento político.

Nesse sentido, é preciso defender uma reforma política, não apenas uma reforma eleitoral, mas uma reforma política que possa trazer qualidade de vida ao povo brasileiro.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por diversas vezes destaquei a necessidade da Reforma Política no Brasil. Esse tema é recorrente na Casa, porém, precisamos apresentar respostas concretas e avançar no sentido de adequar nosso sistema político a realidade social atual.





Em visita recente ao Estado da Paraíba, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo levantou essa bandeira ao afirmar que precisamos atacar três causas para combater à corrupção em nosso país.

Para o companheiro Cardozo, é preciso a sociedade ter coragem de encarar a cultura enraizada que mistura os interesses públicos com os privados; além do enfrentamento urgente a promiscuidade política nos financiamentos de campanhas eleitorais; e por fim, destacou que precisamos repensar a estrutura administrativa dos governos, baseada no apadrinhamento político.

Essas mudanças devem partir primordialmente da sociedade, todavia, essa Casa como representante Constitucional do povo brasileiro precisa responder aos primórdios do anseio social, no sentido de garantir mecanismos cada vez mais republicanos de exercício do poder.

Por isso, sempre defendemos uma Reforma Política ampla, sem emendas eleitorais, encarando problemas crônicos, a exemplo do financiamento de campanhas. Só assim, vamos construir um conceito sólido para diferenciar o público do privado na política brasileira.

Era o que tinha a dizer

**O SR. PRESIDENTE** (Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado. Em seguida, darei a palavra ao Deputado Dudimar Paxiuba e ao Deputado Roberto de Lucena. Passarei aos Líderes. Primeiro, tenho de seguir essa ordem.

**O SR. WELITON PRADO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifesto a minha indignação, a minha insatisfação, e acredito também que a do povo brasileiro, com o posicionamento do Governador de



---

São Paulo, do Paraná, de Minas Gerais e, de forma muito especial, do Senador Aécio Neves, que assumiu uma postura de defensor das centrais elétricas das estatais, dos acionistas estrangeiros contra a redução da tarifa de energia. Isso é uma coisa inimaginável e causa indignação.

A tarifa de energia do nosso País é uma das mais altas do mundo. A Presidente Dilma está corretíssima com o posicionamento de redução da conta de luz, que ajudará o setor produtivo, diminuindo o custo de produção e aumentando a geração de emprego e renda, além de redução para os consumidores residenciais. Infelizmente, vemos o posicionamento contrário dos Governadores e do Senador Aécio Neves, que é contra a redução da tarifa de energia.

Sra. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa, para que a população brasileira tenha conhecimento dessa maldade, dessa falta de sentimento para com o próximo, com o ser humano, com as pessoas que mais precisam realmente e necessitam. Hoje a conta de luz é um dos itens que mais pesam no orçamento familiar. É de causar indignação ver um Senador da República se posicionando a favor das estatais, contra os interesses do povo, em defesa dos acionistas que recebem bilhões e bilhões. Só os acionistas da CEMIG, em 2011, tiveram lucro de mais de 2,4 bilhões de reais, que foram distribuídos.

Manifesto a minha indignação. É realmente importante que este pronunciamento seja amplamente divulgado para que a população brasileira saiba que o PSDB antecipou, está fazendo campanha para 2014 e é contra a redução da tarifa de energia à população brasileira.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Dudimar Paxiuba, em seguida Roberto de Lucena e um minuto para o Deputado Anthony Garotinho.

**O SR. DUDIMAR PAXIUBA** (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a homenagem do povo paraense, em especial do nosso Governador Simão Jatene, à memória do arquiteto Oscar Niemeyer, o mais importante do Brasil e um dos mais respeitados em todo o mundo. À família enlutada, enviamos nossas condolências, sem antes reconhecer que o legado pelo ente querido ficará como marca indelével na paisagem dos grandes centros urbanos, inclusive na capital paraense, Belém, onde também está presente o traço arquitetônico incomparável do maior brasileiro de seu tempo.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Dudimar Paxiúba, a Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, para uma breve intervenção, ao ilustre Deputado Roberto de Lucena, do Bloco PV de São Paulo.

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há pessoas que simplesmente deveriam não morrer nunca e há pessoas que, mesmo depois de sua morte, parecem que continuam vivas para sempre.

Certamente estou falando do grande arquiteto Oscar Niemeyer, que nos deixou, e que nos deixou uma história rica, importante e um grande legado. Ele era



---

um grande brasileiro, que amou o seu País, que amou a sua geração, contribuiu enormemente para o Brasil e para o mundo, e considerava Brasília sua maior obra de arte, construída a céu aberto.

Quero aqui, em nome do Partido Verde, na Câmara dos Deputados, manifestar nossa solidariedade à família e a nossa manifestação de pesar.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Anthony Garotinho, do PR do Rio de Janeiro.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas por 1 minuto, para demonstrar minha alegria, já que a Comissão de Segurança Pública finalmente aprovou a anistia dos bombeiros que haviam sido perseguidos no Rio de Janeiro pelo Governador Sérgio Cabral.

Graças a Deus, esses homens, que salvam vidas, e que haviam sido covardemente colocados inclusive num presídio de segurança máxima, Bangu I, numa arbitrariedade, já que os bombeiros têm direito à prisão especial. Agora, anistiados por esta Comissão da Câmara dos Deputados, o projeto será remetido à Comissão de Constituição e Justiça, e lá faremos justiça a esses valorosos homens, que não cometeram crime algum.

Imagine, Sr. Presidente, que salva-vidas no Rio de Janeiro ganha menos de mil reais. Isso é um absurdo.

Então, lutando pelos seus direitos esses valorosos bombeiros foram punidos com punição severa, grave. E, finalmente, a Câmara dos Deputados repara, por meio da Comissão de Segurança Pública, esse equívoco que foi cometido contra esses valorosos homens que salvam vidas. Enquanto alguns por aí a tirar vidas esses estão por aí a garantir vidas.



Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante todo o exercício do meu mandato de Parlamentar, eu tenho usado insistentemente dessa Tribuna para denunciar as inúmeras irregularidades que vêm sendo cometidas pelo Sr. Sérgio Cabral. O Governador do Rio de Janeiro está mergulhado em um mar de lama, corrupção e desonra. Eu sou um político obstinado e por isso tenho me mantido nessa luta. O que me sustenta é saber que eu conto com o apoio de grande parte da população do meu querido Rio de Janeiro, onde eu fui Governador e fiz a minha sucessora, a minha esposa, Rosinha Garotinho. Eu fui eleito com quase 700 mil votos, a maior votação de um Deputado Federal na história do Estado e não posso me calar diante de tanta vergonha! A influência da empreiteira “DELTA CONSTRUÇÕES” e as relações do bicheiro Carlos Cachoeira no Governo Sérgio Cabral e Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, cidade que será a sede da de inúmeros jogos da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas, é incontestável! Por essa razão, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que no dia de hoje, eu estou protocolando na Procuradoria Geral da República e na Polícia Federal, duas “notícia crime”, formalizando todas as denúncias de ilegalidades que vêm sendo cometidas pelo Governador Sérgio Cabral e por sua trupe e, portanto, requerendo a adoção de providências para que tudo seja investigado a de uma forma aprofundada e que todos os culpados sejam punidos. Essa relação espúria, essa mistura do público com o privado, essa grande farra desses servidores públicos que são bancados por empreiteiros em suas farras em Paris, que usam



---

guardanapos na cabeça, um verdadeiro deboche à população carente tem que ter fim! Os documentos que eu estou entregando na notícia crime, que somam cerca de setenta quilos, trazem a comprovação da prática dos mais variados crimes e todos os culpados precisam ser punidos. Eu quero daqui dessa Tribuna, especificar os dados que eu estou levando ao conhecimento do Procurador Geral da República e da Polícia Federal, eles são bombásticos, eles mostram:

- 1) A influência da “DELTA CONSTRUÇÕES” no Governo Sérgio Cabral e Eduardo Paes;
- 2) As relações do Rio de Janeiro com o esquema DELTA-Cachoeira;
- 3) O relatório do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro da tragédia da Região Serrana, dando conta de que foram firmados contratos irregulares no valor de R\$ 139 milhões de reais;
- 4) A relação promíscua entre Sérgio Cabral e Fernando Cavendish;
- 5) A concentração dos contratos de terceirização no Grupo FACILITY;
- 6) Contratos imorais de aquisição, cumulada com gestão e manutenção, de viaturas da polícia militar através da empresa Júlio Simões (CS BRASIL);
- 7) OS benefícios dados a Metalúrgica Valença para produzir UPA's e UPP's;
- 8) As renúncias fiscais praticadas pelo Governo Estadual, sem justificativa, que configuram ato de improbidade administrativa;
- 9) Os membros da quadrilha, os “HOMENS DE OURO” do Governador Sérgio Cabral;
- 10) A evolução patrimonial de Sérgio Cabral e da sua esposa, com os sinais exteriores de riqueza incompatíveis com os ganhos declarados;



11) Os contratos entre o escritório de advocacia da esposa do Governador com empresas concessionárias e prestadoras de serviço ao Governo do Estado; e, por fim,

12) Os presidentes da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que enriqueceram de forma suspeita.

Por todos esses documentos, incontroversos, o invólucro criado para blindar o Governador Sérgio Cabral e os seus comparsas deve cair! O povo do Rio de Janeiro já não aguenta mais e não merece assistir a tantos escândalos sem que nenhuma providência seja tomada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Pelo período de breves comunicações de 1 minuto, concedo a palavra ao ilustre Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero registrar aqui a passagem do grande brasileiro Oscar Niemeyer. Dizemos que há homens que escrevem a história, homens que leem a história e homens que fazem a história. Este foi Oscar Niemeyer que realmente fez a história de Brasília e que divulgou o Brasil para o mundo.

Mas também, Sr. Presidente, estivemos ontem aqui nesta Casa, participando do Fórum Parlamentar Catarinense, junto com a Federação da Indústria de Santa Catarina com os empresários que trazendo suas preocupações. E uma das preocupações maiores do Estado de Santa Catarina é a questão de logística. Hoje nós temos a necessidade urgente das ferrovias para nós transportarmos principalmente alimentos para a suinocultura e avicultura que são transportadas por



caminhões e chegam com um frete inacessível para a continuidade da agroindústria catarinense.

Nós precisamos de apoio do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra à ilustre Deputada Benedita da Silva, por 1 minuto.

Depois, concederei a palavra ao ilustre Deputado Cesar Colnago para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do PSDB.

Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, pela Liderança do Governo.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui um comunicado e até chamar, um pouco, a atenção da Casa, que eu “estou” Relatora do projeto dos radiologistas de reconhecimento e regulamentação de sua profissão.

Hoje, tivemos uma audiência pública e, nessa audiência pública, nós recebemos aqui uma série de contribuições para que o nosso relatório possa compatibilizar os interesses desses profissionais e também da categoria dos médicos.

Na verdade, eu farei outro pronunciamento daqui a pouco.

Mas peço a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa porque ele traz uma grande contribuição dada hoje na audiência pública que acabamos de realizar.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR





---

**BENEDITA DA SILVA** (PT–RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Sou relatora do Projeto de Lei 3661/12 proveniente do Senado Federal, que dispõe sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciência Radiológicas. Hoje tivemos uma audiência pública, onde recebemos contribuições para que o nosso relatório onde pretendo aglutinar as propostas na direção de atender os profissionais e interessados na temática, visando o bem estar, respeitando o acúmulo técnico e o marco legal que o tema requer e os compromissos a saúde do povo brasileiro.

Quero deixar claro que com essa audiência, foi mais espaço importante de diálogo e de ouvir as sugestões todas as contribuições para subsidiar essa relatoria. Reafirmo a importância do tema e de aspectos primordiais de segurança e de proteção e também de capacitação das pessoas que lidam com fontes de radiação. Enquanto assistente social, conto com a colaboração dos demais deputados, aqueles que são médicos e enfermeiras principalmente, para que em breve possamos apresentar o relatório final. Garantir a segurança da população é o principal objetivo.

Agradeço a participação dos depoentes, que apresentaram exposições de alto nível técnico, ao presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Manoel Gomes, ao Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Valdelice Teodoro, ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto D'avila, ao Presidente do Conselho Federal de Biomedicina, Silvio Cecchi, ao Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Ivan de Almeida, ao Diretor de Ensino da Reitoria do Instituto Federal de



---

Santa Catarina, Paulo Wollinger, ao Presidente da Associação Brasileira de Física Médica, Edmario Costa. Quero reiterar que continuarei me empenhado e me coloco a inteira disposição para o aperfeiçoamento desse relatório a luz das propostas e diálogo constante para que, o quanto antes possa ser apreciado nas demais comissões desta Casa e, por fim, votado em Plenário.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Cesar Colnago, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB. S.Exa. dispõe de 6 minutos na tribuna.

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não poderíamos deixar de registrar neste dia a nossa manifestação de pesar pela morte do grande arquiteto, do grande ser humano, na noite de ontem, no Rio de Janeiro. Com obras espalhadas pelo mundo inteiro, um dos brasileiros com certeza de maior reconhecimento no exterior, recebeu várias premiações durante a sua vida. A última, importante, o Leão de Ouro da Bienal de Arquitetura em Veneza, entre muitos outros. Vai-se um grande homem, um ser humano, mas fica com certeza a memória, a sua obra, o seu nome na história, na arquitetura brasileira e mundial. Um grande artista e um grande ser humano convicto de suas ideias e da sua postura.

Também queria dizer que no sábado estarei reunido com o pessoal da enfermagem, no Espírito Santo, com o nosso Presidente do COREN, o Coutinho, para discutir matérias importantes que estão nesta Casa que dizem respeito às 30 horas da enfermagem, seu piso e plano de carreira, matérias importantes que esta Casa tem que votar, até porque a Presidente Dilma, em uma carta, no período



---

eleitoral, assina durante o 62º Congresso Brasileiro de Enfermagem o seu compromisso de revisão das 30 horas da enfermagem.

Sr. Presidente, no último domingo, em uma missa na igreja Bom Pastor, no bairro de Campo Grande, na comemoração do Jubileu de Prata do Padre Ademar, tomei conhecimento do assalto ao grande amigo Ademar Cunha, que teve um fim trágico. Foi assaltado próximo à igreja, logo cedo quando chegava. Os dois principais jornais estampam as seguintes manchetes: “o fim trágico de Ademar Cunha” e “Ademar Cunha assassinado em assalto”.

É preocupante o que está acontecendo nesse sentido no Espírito Santo. No último final de semana, um crime aparentemente de latrocínio chocou capixabas, levando à morte o empresário e desportista Ademar, figura conhecida e popular em nosso Estado, reconhecido pelo seu trabalho de incentivo ao esporte amador e ao futebol de várzea. A banalização do crime de homicídio, caso do empresário capixaba e do ex-policial militar Nivaldo Brito, definitivamente não é um caso isolado.

Infelizmente, o Espírito Santo figura entre os primeiros lugares no ranking de homicídio entre todos os Estados brasileiros.

Conforme levantamento do Mapa da Violência em 2012, a taxa é de 50 mortes por 100 mil habitantes, um quadro assustador, que só não é pior que o drama vivenciado pelas famílias no Estado de Alagoas, que tem o primeiro lugar. Os latrocínios cresceram 41,38% em relação ao ano passado. Já são mais de 1.500 mortes violentas neste ano. Seguimos também na triste liderança da violência contra a mulher e dos assassinatos de jovens e negros.

Apesar desse cenário caótico, especialistas das áreas de segurança pública acreditam que é possível reverter tal realidade. Defendem maior investimento na



---

Polícia, associado com ações integradas de melhoria da qualidade de vida das comunidades, além de mudanças na aplicação da legislação penal.

É fundamental que se combata o crime organizado e que as autoridades se organizem, principalmente no plano federal, pois não estamos cumprindo metas estabelecidas, recursos não são empenhados. É fundamental que Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Governo do Estado e Governos Municipais acabem com a situação dramática que vive o Espírito Santo.

Sr. Presidente, eu queria comentar o que acabou de falar aqui um dos Deputados do PT. É incrível a capacidade que o PT tem de transformar um tema tão sério e relevante como a questão energética e a MP 579, elaborada de forma arbitrária, sem mandarem um projeto de lei.

O Governo possivelmente levou semanas, meses, anos discutindo a questão energética, e a Presidente Dilma, de forma eleitoreira, faz uma proposta à beira das eleições, se comprometendo com 20% de redução da taxa, sem conversar com aqueles que detêm o poder sobre essas concessões, sem conversar para encontrar uma mediação.

Nós temos uma das energias mais caras, e agora querem transformar a questão em quem está a favor e quem está contra abaixar o custo da energia. Nós somos completamente favoráveis. Nós temos a terceira energia mais cara do mundo. O PSDB, evidentemente, quer diminuir a taxa de energia.

Nos nossos Governos de Estado, em muitos deles, não pagam ICMS aquelas populações mais pobres, com taxas sociais. O Governo, em vez de lançar mão, como esperávamos, de 10 impostos que incidem sobre a energia elétrica — se



---

mexesse apenas no PIS e na COFINS, só nesses dois, reduziria em 5% o valor da energia elétrica —, vem politizar o tema, dizendo que nós somos contra diminuir a taxa de energia elétrica.

O que nós queremos é que esse tema seja tratado com respeito à população, que não sejamos maniqueísta a ponto de querer colocar um contra o outro. Na verdade, nós queremos a redução, sim, do custo da energia elétrica para o Estado. Queremos que os impostos incidentes, que são vários... Não são apenas PIS e COFINS. Que o Governo promova a redução mexendo naquilo que é dele e não sem combinar principalmente com os produtores de energia elétrica. Estes podem evidentemente se adequar à situação, frente à nova realidade da antecipação das concessões, mas que o Governo conduza a questão de forma conversada, não autoritária. Mas não, enviou para cá uma medida provisória e não aceita nenhum tipo de mudança.

Por isso, nós queremos que ela cumpra o que prometeu, Sr. Presidente, aquilo que falou durante o período eleitoral, que ela cumpra isso, diminuindo as taxas e as incidências de impostos federais. Aí, sim, estará diminuindo aquilo que lhe comete. Ela precisa cumprir sua palavra, diminuir dos 20%, mas que mexa na receita dela de PIS e COFINS, e não agredindo a Federação, os Estados produtores de energia, sem conversar e sem dialogar para encontrar uma solução. A energia elétrica é um insumo básico para o desenvolvimento brasileiro, e nós pagamos uma taxa muito elevada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Zarattini para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do Governo. S.Exa. dispõe de 8 minutos da tribuna.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, gostaria de saudar essa comitiva de imigrantes latino-americanos, que está em Brasília para participar do evento de diálogo do MERCOSUL. Um grande abraço a vocês.

Também queria manifestar o nosso pesar pelo falecimento do arquiteto Oscar Niemeyer, homem que concebeu a moderna arquitetura brasileira, esta cidade, Brasília, e, inclusive, este prédio em que estamos trabalhando desde 1960.

Queria utilizar o horário da Liderança do Governo — pedi isso ao nosso nobre Líder Arlindo Chinaglia — para manifestar um posicionamento em relação à discussão dos *royalties* do petróleo. Nós estamos vivendo um momento de grande tensão entre as bancadas dos diversos Estados, seja no Senado, seja aqui na Câmara dos Deputados, isso em função de um histórico de mudanças que viemos fazendo nos últimos 4 anos.

Nós tivemos a descoberta do pré-sal, a imensa jazida de petróleo, que já elevou as reservas de petróleo do Brasil a uma das maiores do mundo, garantindo nossa autossuficiência energética, garantindo nossa riqueza.

Fizemos mudanças legislativas importantes, como, por exemplo, a instituição do regime de partilha, que garante ao Estado brasileiro, à União o controle efetivo das jazidas de petróleo, diferentemente do sistema de concessão implantado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, onde os recursos do petróleo ficam



na mão das empresas petroleiras. Nesse sistema do pré-sal, não: nós vamos ter o petróleo na mão do Estado brasileiro, na mão da União.

Instituímos também e constituímos uma nova empresa, que vai controlar a exploração desse recurso. Também constituímos o Fundo Social, um fundo onde os recursos advindos desse petróleo serão depositados, renderão dividendos e vão garantir que as gerações futuras de brasileiros e brasileiras, mesmo após a redução desse petróleo, que vai se dar em um prazo muito longo, possam usufruir dessa riqueza.

Nesse debate todo, um debate que foi muito importante nesta Casa, nós não conseguimos resolver a questão da distribuição dos *royalties* do petróleo, que foi um tema candente nesta Casa. Tivemos aqui um projeto que foi relatado pelo Deputado Henrique Eduardo Alves, então Líder do PMDB, que, nesse aspecto da distribuição, foi derrotado pela chamada emenda Ibsen Pinheiro, que distribuía os *royalties* do petróleo para todos os Estados e Municípios, de forma igualitária, ou seja, de acordo com a sua população, de acordo com a sua riqueza.

Também tivemos o veto dessa emenda, veto feito, então, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exatamente porque a emenda Ibsen retirava dos chamados Estados produtores ou confrontantes a sua receita. O Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Espírito Santo, da noite para o dia, perderiam violentamente a sua receita.

A partir desse debate, nós tivemos uma nova discussão, iniciada no Senado, com a aprovação do Projeto nº 2.565, que depois veio a esta Casa. Esse projeto foi relatado pelo Deputado Vital do Rêgo e pelo Senador Wellington Dias, do Piauí, e também instituía uma nova forma de distribuição dos *royalties*, muito mais correta,



---

no meu modo de ver, do que a Emenda Ibsen, mas, ainda assim, reduzindo a receita do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

No debate que nós fizemos nesta Casa, tive a honra de dirigir, de coordenar um grupo de trabalho composto por Deputados que tiveram uma participação fundamental.

E eu queria citar o nome deles: a Deputada Rose de Freitas, Vice-Presidente desta Câmara; o Deputado Garotinho; o Deputado Leonardo Picciani; o Deputado Lelo Coimbra; e a nossa Deputada do PT, Benedita da Silva, que foi Governadora do Rio de Janeiro, assim como o Deputado Garotinho.

E representando os Estados não confrontantes: o Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia; o Deputado Marcelo Castro, que é um batalhador na questão da distribuição dos *royalties* do petróleo, assim como o Deputado Júlio Cesar, historicamente defensor dessa bandeira; o Deputado Márcio Chaves; e o ex-Governador e Deputado Esperidião Amin.

Esse grupo de trabalho elaborou um projeto de lei cujo objetivo era garantir que não haveria perdas para os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; para garantir que o novo petróleo, que o petróleo que vai ainda ser explorado, que vai ser retirado, fosse distribuído entre todos os Estados brasileiros.

Infelizmente, fomos derrotados nesta Casa por 9 votos. Aprovado o Projeto nº 2565 da forma como veio do Senado, houve depois o veto, novamente o veto da Presidência da República.

Sras. e Srs. Deputados, considero que nós devemos retomar o debate nesta Casa, para que façamos não uma tensão entre os Estados brasileiros, entre os Deputados e os Senadores, mas, sim, um processo de união nacional, um processo





onde nós possamos estar, cada vez mais, unidos, garantindo essa receita para todos, sem prejudicar nenhum Estado, sem prejudicar nenhum Município, porque a riqueza é crescente e é possível ser distribuída de uma forma mais justa, sem que haja perdas.

É necessário também que retomemos a discussão e ampliemos a discussão sobre a utilização dos *royalties*. Faz bem a Presidenta Dilma quando destina esses *royalties* à educação. Nós precisamos investir na educação. Esta Casa aprovou que vamos chegar em 2020 com um gasto na educação de 10% do PIB. De onde vamos tirar dinheiro para isso? Não vamos criar novos impostos, mas podemos usar os *royalties* do petróleo, que são crescentes, e que não vai ser retirado do bolso de nenhum brasileiro; vai ser, sim, fruto do recurso que vai ser retirado do fundo dos oceanos.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, vamos debater, vamos discutir a medida provisória emitida pela Presidente Dilma, vamos evitar, neste momento, discutir o veto ao projeto, vamos evitar tal discussão, porque ela isso não nos levará à união, mas à judicialização, colocando nas mãos dos onze juízes do STF essa decisão, quando nós, neste Parlamento, temos todas as condições de fazer o debate, de aprofundá-lo e de chegar a uma solução justa para todos os Estados e Municípios, uma solução justa para o povo brasileiro, fazendo com que esse recurso seja destinado à educação e ao futuro do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e todos os demais presentes. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Voltaremos a seguir a lista do Pequeno Expediente, para logo depois chamarmos os Líderes.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado João Arruda, do PMDB, do Paraná.



S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

**O SR. JOÃO ARRUDA** (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de falar sobre três pontos importantes, sobre os quais avançamos esta semana nesta Casa, e que são de grande motivação para meu mandato e, tenho certeza, para o mandato de muitos outros Deputados.

O primeiro deles diz respeito à vontade política. Claro que começamos o debate lá atrás, mas pela primeira vez o assunto reforma política foi colocado em pauta na reunião de Líderes, e tivemos a oportunidade de ouvir o Relator.

Existe a necessidade de uma mudança drástica no sistema, e nós estamos nos colocando à disposição para colocar a matéria na pauta da semana que vem. Nós vamos fazer com que as empresas privadas, pela primeira vez, estabeleçam uma cultura de boas práticas internamente, com o cuidado no monitoramento, no monitoramento de seus diretores, de seus engenheiros. E vamos, com certeza, avançar em um País mais sério também, porque isso passa também pelo que falei, da reforma política e do financiamento público de campanha, a relação obscura entre o Poder Público e o poder privado.

E o terceiro ponto já o estamos discutindo há algum tempo nesta Casa com o Relator, o Deputado Alessandro Molon, que é o Marco Civil da Internet, a busca da liberdade na Internet. Ninguém quer criar limitações ou obstáculos, mas é preciso rever, antes de qualquer coisa, o direito dos usuários e protegê-los. A liberdade de expressão, a privacidade, fazem parte dessa carta de princípios, e não é possível discutir liberdade sem discutir privacidade e, sobretudo, neutralidade. E a neutralidade nada mais é do que o meu direito, o seu direito, Sr. Presidente, o dos Deputados e o de todos de terem o mesmo acesso à Internet. A nossa diferença é



que nós pensamos que a Internet é um bem público, ela pertence a todos os brasileiros e brasileiras, e não apenas a uma elite.

Então, temos grandes possibilidades na semana que vem, e quero me colocar à disposição de todos os Deputadas e Deputados para colocar em votação e votar o Marco Civil da Internet. Eu, na qualidade de Presidente da Comissão Especial da Internet, coloco-me à disposição para explicar, orientar, tentar fazer esclarecimentos junto com o Deputado Alessandro Molon, para que tenhamos um acordo entre todos os Líderes dos partidos e coloquemos em votação a maior legislação do mundo voltada à Internet.

Até porque existem inúmeros projetos aqui nesta Casa sobre a Internet e precisamos pavimentar caminhos para essa discussão, porque novos projetos, sim, poderão causar limitações ao uso da Internet, criar obstáculos e até mesmo a censura e a invasão de privacidade.

Agradeço a V.Exa. e a todos os Sras. e Srs. Deputados pela oportunidade.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, nesta oportunidade, falo sobre evolução digital, o mundo virtual, Internet e as facilidade tecnológicas do mundo atual.

Os hábitos das pessoas estão mudando. Não nos lembramos mais de olhar pela janela para observar o movimento, não nos lembramos mais de quando nossas crianças liam quadrinhos sem quase fazer outra coisa.



---

Todo o tempo vago tem sido preenchido com consultas absolutamente desnecessárias ao telefone celular, via *Internet* etc.

Em um artigo recente do jornal *Diário Catarinense*, o publicitário e diretor da agência Mercado Comunicação, Pedro Cherem, cita um exemplo interessante que nos faz refletir. Ele estava em férias com a sua família, dentro de uma das mais clássicas atrações de um parque...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Hoje, está apertado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso) -Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre revolução digital, mundo virtual, internet e as facilidades tecnológicas do mundo atual.

Os hábitos das pessoas estão mudando. Não nos lembramos mais de olhar pela janela, observando o movimento. Não lembramos mais quando as nossas crianças liam quadrinhos, sem quase fazer outra coisa. Todo o tempo vago tem sido preenchido com consultas absolutamente desnecessárias ao telefone celular, via internet, etc.

Em um artigo recente do jornal *Diário Catarinense*, o publicitário e diretor da agência Mercado Comunicação, Pedro Cherem, cita um exemplo interessante que nos faz refletir. Ele estava de férias com a sua família, dentro de uma das mais clássicas atrações de um parque, que consistia em uma rota de barco num ambiente escuro e fechado, com performances de bonecos temáticos.

Dentro do barco observou que havia duas pessoas checando seus *emails* ou enviando mensagens dentro da atração.



A indignação do publicitário é a mesma que temos hoje em dia. Será que no futuro não viajaremos mais nas nossas mentes, nos importantes momentos vagos?

Até pouco tempo atrás, nossas crianças faziam uma coisa de cada vez. Hoje elas conversam no celular, navegam nas redes sociais, assistem TV e jogam no computador simultaneamente.

É preocupante e até patética a cena em um ônibus, ou em um bar, sala de embarque de um aeroporto, onde todos estão olhando seus telefones e ninguém mais conversa.

Precisamos resgatar um pouco da vida física, e é nosso dever buscar esses prazeres em nossos filhos, netos, andando mais na rua, brincando, pedalando e jogando jogos de tabuleiro, por exemplo.

O mundo digital nos traz inúmeras oportunidades impressionantes, corrigindo algumas limitações do passado, principalmente para quem trabalha com comunicação.

Não precisamos dar as costas para o novo mundo digital, mas precisamos colocar um pouco mais de prazer físico nas coisas, valorizando o ser humano, ou seja, a nós mesmos, pois somente nós temos sensibilidade, razão maior.

Divulgo esta ideia porque precisamos compartilhar com os nossos familiares, amigos e conhecidos a ideia de que o futuro não poderá ser 100% digital, uma vez que os programas de um computador, por exemplo, são frios e não mudam. Nós mudamos de acordo com a nossa realidade atual, porque prensamos e temos sensibilidade, como já disse, razão maior da nossa existência.

Era o que tinha a dizer.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Nilda Gondim, PMDB, Paraíba, por 5 minutos; em seguida, Ronaldo Nogueira, por 5 minutos, depois, Dudimar Paxiuba.

**A SRA. NILDA GONDIM** (PMDB-PB. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa, que criou recentemente a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, que realiza esta sessão brevemente aqui nesta Casa; uma sessão solene para devolver, de forma simbólica, os mandatos dos 173 deputados federais cassados pelo Regime Militar, que governou o Brasil de março de 1964 a março de 1985, corrigindo uma grande injustiça.

Parabenizo a colega, Deputada paraibana, Luiza Erundina, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que sugeriu a homenagem aos Deputados Federais cassados, dos quais, 28 ainda vivos.

Trata-se de um resgate da memória e da importância desses Parlamentares, eleitos pelo povo e impedidos de exercer o mandato por atos da Ditadura. Entregar aos Parlamentares vivos e aos familiares dos que já não estão mais entre nós o diploma e broche de uso parlamentar é um reconhecimento aos que foram injustiçados em suas vidas públicas e, mais que isso, reconhecimento à injustiça praticada não apenas contra cada Parlamentar, mas contra o País, que livremente escolheu seus representantes.

Quero registrar aqui o sofrimento que foi para minha família e para a Paraíba a cassação de dois dos 173 Parlamentares: o meu esposo, Deputado Vital do Rêgo; e o meu pai, Deputado Pedro Gondim, ambos cassados no mesmo dia, 13 de



---

janeiro de 1969, quando a mão da Ditadura arrebatou das mãos do povo os seus mandatos.

A família inteira sentiu a cassação. Nos marcou demais. Num sentido amplo, mais do que ter marcado nossa família, o ato de cassação foi um duro golpe nos brasileiros.

A devolução simbólica dos mandatos é uma atitude justa e merecida a todos os cidadãos que, eleitos pela vontade popular, perderam seus direitos políticos por defender as liberdades democráticas como dignos representantes do povo.

Meu esposo e meu pai não estão mais entre nós. Mas eu estou aqui, com meu filho, Senador Vital do Rêgo, que também se faz presente para receber o reconhecimento, em nome do seu pai e do seu avô. E que trouxe meu neto, Vital do Rêgo Neto, para também fazer parte deste momento histórico e tão importante para o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**A SRA. NILDA GONDIM** (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa, que criou recentemente a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, que realiza esta sessão solene para devolver, de forma simbólica, os mandatos dos 173 deputados federais cassados pelo Regime Militar, que governou o Brasil de março de 1964 a março de 1985, corrigindo uma grande injustiça.



---

Parabenizo a colega, Deputada paraibana Luiza Erundina, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que sugeriu a homenagem aos deputados federais cassados, dos quais, 28 ainda vivos.

Trata-se de um resgate da memória e da importância desses parlamentares, eleitos pelo povo e impedidos de exercer o mandato por atos da ditadura. Entregar aos parlamentares vivos e aos familiares dos que já não estão mais entre nós o diploma e broche de uso parlamentar é um reconhecimento aos que foram injustiçados em suas vidas públicas e, mais que isso, reconhecimento à injustiça praticada não apenas contra cada parlamentar, mas contra o País, que livremente escolheu seus representantes.

Quero registrar aqui o sofrimento que foi para minha família e para a Paraíba a cassação de dois dos 173 parlamentares: o meu esposo, Deputado Vital do Rêgo; e o meu pai, Deputado Pedro Gondim, ambos cassados no mesmo dia, 13 de janeiro de 1969, quando a mão da Ditadura arrebatou das mãos do povo os seus mandatos. A família inteira sentiu a cassação. Nos marcou demais. Num sentido amplo, mais do que ter marcado nossa família, o ato de cassação foi um duro golpe nos brasileiros.

A devolução simbólica dos mandatos é um atitude justa e merecida a todos os cidadãos que, eleitos pela vontade popular, perderam seus direitos políticos por defender as liberdades democráticas como dignos representantes do povo.

Meu esposo e meu pai não estão mais entre nós. Mas eu estou aqui, com meu filho, Senador Vital do Rêgo, que também se faz presente para receber o reconhecimento, em nome do seu pai e do seu avô. E que trouxe meu neto, Vital do





Rêgo Neto, para também fazer parte deste momento histórico e tão importante para o País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Lopes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de começar, peço a V.Exa. que autorize a publicação do nosso discurso na íntegra, porque três minutos não será possível completa-lo.

Nosso pronunciamento aqui no Pequeno Expediente é sobre o atendimento nos hospitais particulares em nosso País e a dificuldade no atendimento nos planos de saúde. Quero registrar minha indignação a respeito do atendimento do hospital particular em nosso País, em especial aqui no Distrito Federal. No último fim de semana foram detectados vários casos de negligência e falta de respeito com as pessoas usuárias que necessitaram de atendimento nos hospitais particulares na capital do País.

Um dos casos aconteceu no Hospital de Brasília, localizado numa área nobre aqui bem próximo desta Casa, no Lago Sul. Uma paciente transplantada de rins que necessitava urgente de atendimento com indicação de infecção e requeria cuidados especiais esperou por mais de cinco horas para ser atendida, porque simplesmente não tinha um médico no atendimento de emergência. E mesmo assim, o atendimento só foi possível após uma grande intervenção e discussão dentro do hospital feita pela filha e acompanhante da paciente. Mas não parou por aí, outros



---

pacientes que aguardavam atendimento neste hospital estavam desesperados, um pai de uma criança chorou de tanto ver o filho sofrendo a espera de um atendimento.

Isto é um verdadeiro descaso e um abuso contra os usuários da rede hospitalar particular no Distrito Federal.

Ontem, mais uma denúncia, por negligência nos serviços de saúde particulares em Brasília foi veiculada na imprensa local do Distrito Federal envolvendo um hospital particular, o Hospital Planalto, na 914 Sul. De acordo com as informações do *Correio Braziliense*, familiares da senhora Maria das Dores afirmaram que ela foi internada na UTI com problemas respiratórios e quatro dias após foi transferida para a enfermaria, sob a alegação de que a UTI ficaria fechada durante o fim de semana. O quadro dela se agravou e ela chegou a falecer no sábado, dia 2, por volta das 18 horas.

Façamos as perguntas: Porque a UTI teria que ficar fechada durante o fim de semana? Quem vai responder? Será que o hospital está em condições de receber os pacientes? De tratar dos doentes? Alguém tem que responder a estes questionamentos e ser responsabilizado por estes atos de negligência que tanto têm interferido na vida das pessoas.

Lembro aqui a agonia do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, que morreu na recepção desta mesma unidade hospitalar em janeiro de 2012, depois de peregrinar pelos hospitais particulares Santa Lúcia e Santa Luzia, localizados no final da W3-Sul, que negaram atendimento ao paciente, mesmo com o estado de saúde agravado, simplesmente porque não recebiam o plano de saúde da GEAP, ao qual o Secretário era



conveniado. Não tiveram o mínimo de cuidado de verificar as condições do paciente, com um simples gesto que poderiam ter salvado a vida do Secretário.

Em fevereiro de 2012, outro incidente fatal levou a vida de um garoto de apenas 13 anos de idade, Marcelo Dino, filho do Presidente da Embratur, Flávio Dino. Marcelo foi internado com crise de asma no Hospital Santa Lúcia, na Asa Sul, e ainda inexplicavelmente chegou a falecer dentro da unidade particular de saúde.

Presidente, eu pediria para ser publicado, porque os hospitais particulares do Distrito Federal estão sendo negligentes e estão ceifando a vida das pessoas.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Quero registrar nesta Casa a minha indignação a respeito do atendimento nos hospitais particulares em nosso País, em especial aqui no Distrito Federal. No último fim de semana foram detectados vários casos de negligência e falta de respeito com as pessoas usuárias que necessitaram de atendimento nos hospitais particulares na capital do País.

Um dos casos aconteceu no Hospital de Brasília, localizado numa área nobre aqui bem próximo desta Casa, no Lago Sul. Uma paciente transplantada de rins que necessitava urgente de atendimento com indicação de infecção e requeria cuidados especiais esperou por mais de cinco horas para ser atendida, porque simplesmente tinha apenas um médico no atendimento de emergência. E mesmo assim, o atendimento só foi possível após uma grande intervenção e discussão dentro do hospital feita pela filha e acompanhante da paciente. Mas não parou por aí, outros



---

pacientes que aguardavam atendimento neste hospital estavam desesperados, um pai de uma criança chorou de tanto ver o filho sofrendo a espera de um atendimento. Isto é um verdadeiro descaso e um abuso contra os usuários da rede hospitalar particular no Distrito Federal.

Ontem mais uma denúncia, por negligência nos serviços de saúde particular em Brasília, foi veiculada na imprensa local do Distrito Federal envolvendo um hospital particular, o hospital Planalto, na 914 Sul. De acordo com as informações do Correio Braziliense, familiares da senhora Maria das Dores, afirmaram que ela foi internada na UTI com problemas respiratórios e quatro dias após foi transferida para a enfermaria sob a alegação de que a UTI ficaria fechada durante o fim de semana. O quadro dela se agravou e chegou a falecer no sábado, dia 02, por volta das 18 horas.

Façamos as perguntas: Porque a UTI teria que ficar fechada durante o fim de semana? Quem vai responder? Será que o hospital está em condições de receber os pacientes? De tratar dos doentes? Alguém tem que responder a estes questionamentos e ser responsabilizados por estes atos de negligências que tanto tem interferido na vida das pessoas.

Lembro aqui a agonia do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, que morreu na recepção desta mesma unidade hospitalar em janeiro de 2012, depois de peregrinar pelos hospitais particulares, Santa Lúcia e Santa Luzia localizados no final da W3 Sul, que negaram atendimento ao paciente, mesmo com o estado de saúde agravado, simplesmente porque não recebiam o Plano de Saúde da GEAP que o secretário era conveniado. Não tiveram



---

o mínimo de cuidado de verificar as condições do paciente, que com um simples gesto, poderiam ter salvo a vida do secretário.

Em fevereiro de 2012, outro incidente fatal, levou a vida de um garoto de apenas 13 anos de idade, Marcelo Dino, filho do Presidente da Embratur, Flávio Dino. Marcelo foi internado com crise de asma no hospital Santa Lúcia na Asa Sul, e ainda inexplicavelmente, chegou a falecer dentro da unidade particular de saúde.

Além dos descasos desta natureza, ainda nos deparamos com os preços absurdos dos serviços que são cobrados por cada procedimento. Desde as consultas - chamadas de eletivas, visitas médicas, taxas de serviços especiais, taxas administrativas, materiais descartáveis, tempo de descanso, que pode ser até o período que esteja sentado numa cadeira para recompor-se de uma aplicação e por aí vai. É na verdade uma infinidade de taxas que é impossível até o paciente acompanhar. Temos um agravante que se confunde com as negligências dos hospitais particulares, que são os planos de saúde. O Consumidor paga caro para adquirir um plano de saúde na expectativa de contar com um atendimento médico-hospitalar rápido na hora da necessidade, da doença, da dor e ter ao seu alcance com rapidez e eficiência esses serviços, mas infelizmente isso não acontece.

Recentemente a GEAP – Fundação de Seguridade Social, em seu site divulgou para seus beneficiários a ampliação da rede credenciada anunciando mais opções aos usuários da GEAP, com clínicas, hospitais, e laboratórios em todo o Distrito Federal, com o objetivo de ampliar os serviços médico-hospitalares e prestar um atendimento mais qualificado e com mais opções de escolha para o usuário. No entanto, também neste último fim de semana, um conveniado da GEAP precisou de atendimento emergencial e circulou por vários hospitais na tentativa de um



atendimento e teve a informação que somente um hospital na cidade de Brasília, que era exatamente o hospital que estava envolvido na tragédia da morte da senhora Maria das Dores, o Hospital Planalto, que estava em atendimento de emergência pela GEAP. Isso é mais um desserviço prestado à população conveniada da GEAP.

Conclamo as autoridades competentes, aos nobres pares, a esta Casa para interceder em defesa da população e garantir o direito das pessoas necessitadas de tratamentos e cuidados com a sua saúde. Que seja tomado conhecimento pela população em geral e pelas instituições privadas de saúde a existência da Lei nº 12.653, de 2012 (Lei Duvanier), publicada no Diário Oficial da União, em maio de 2012, que prevê pena para quem negar atendimento médico-hospitalar emergencial, condicionando a qualquer tipo de garantia e que será exemplarmente punido se não for cumprido.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ronaldo Nogueira, do PTB do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

**O SR. RONALDO NOGUEIRA** (PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Eu quero usar a tribuna para elogiar a terceira edição da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Quando o Governo Federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Plano Viver sem Limite, por meio do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, o Governo ressaltou o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das



---

Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada no Brasil com equivalência de emenda constitucional.

O princípio da interdependência dos humanos enfatiza a maneira pela qual a realização de um direito é influenciada pela realização dos demais. O Brasil tem avançado na implementação dos apoios necessários ao pleno e efetivo exercício da capacidade legal por todas e cada uma das pessoas com deficiência. Ou seja, cada vez mais nos empenhamos na equiparação de oportunidades para que a deficiência não seja utilizada como motivo de impedimento à realização dos sonhos, dos desejos, dos projetos, valorizando e estimulando o protagonismo e as escolhas das brasileiras e dos brasileiros com e sem deficiência.

Atualmente, no Brasil, 45 milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de deficiência, segundo o Censo IBGE 2010. A proposta do Plano Viver sem Limite é que o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios façam com que a Convenção aconteça na vida das pessoas, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), que atua articulado com mais 15 Ministérios, também com a participação da sociedade civil, traz a consolidação do Plano Viver sem Limite que prevê um investimento no valor de 7,5 bilhões de reais até 2014.

O Projeto de Lei nº 2.064, de 2011, de minha autoria, que também versa sobre a criação do certificado e selo de acessibilidade, também será uma ferramenta motivadora para que o empresariado brasileiro participe como protagonista na



quebra desse paradigma que visa oferecer condições de acessibilidade em todos os empreendimentos.

A disseminação, a implementação e a fiscalização dessas políticas públicas é de responsabilidade de todos os brasileiros.

Quero pedir, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dudimar Paxiuba, PSDB, Pará, em seguida, ao Deputado Leonardo Gadelha.

**O SR. DUDIMAR PAXIUBA** (PSDB-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, abordarei algumas questões que considero de vital importância no que se refere à Medida Provisória nº 579, de 2012.

Essa norma adota medidas que têm o propósito de reduzir as tarifas de energia elétrica pagas pelos consumidores brasileiros, favorecendo a competitividade das nossas empresas e os apertados orçamentos familiares. Nisso estou plenamente de acordo.

Uma parte da queda das tarifas virá da redução e eliminação de encargos do setor elétrico. As despesas da Conta de Consumo de Combustíveis, que cobre os custos adicionais de geração nos sistemas isolados, não serão mais arcadas pelos agentes do setor. A Reserva Global de Reversão, por sua vez, deixará de ser recolhida por grande parte das concessionárias. Já a Conta de Desenvolvimento





---

Energético, a CDE, deverá ser reduzida para cerca de 25% do que é atualmente pago, em última instância, pelos consumidores.

Estima-se que a alteração dos encargos diminuirá as tarifas em 7%, o que é benéfico, e tem nosso apoio. Devemos registrar, no entanto, que se trata de uma medida que já veio tarde, pois cerca de 46% da conta de eletricidade são destinados à cobertura de tributos e encargos, o que vem sobrecarregando as famílias e as empresas já faz um bom tempo.

Outra parcela de redução tarifária deverá advir da renovação das concessões de energia elétrica que vencem até 2017, estando estimada em 16,2% médios. É sobre esse aspecto, entretanto, que detectamos diversos problemas que precisarão ser enfrentados pelo Parlamento.

No que tange à distribuição de energia elétrica, são alcançados 44 contratos de concessão, que representam aproximadamente 35% do mercado brasileiro.

Quanto à transmissão de energia elétrica, são afetados nove contratos de concessão, que somam mais de 85 mil quilômetros de linhas, incluindo 67% da chamada Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, que congrega as instalações de maior capacidade de transporte.

Nessa questão, a medida provisória apresentava um dispositivo inaceitável, determinando, arbitrariamente, que nenhum investimento vinculado às concessões anteriores a maio de 2000 seria indenizado, estando ou não amortizado.

Esse ponto certamente faria com que grande parte das empresas de transmissão não assinasse a proposta de renovação. Felizmente o Governo reconheceu essa falha, editando a Medida Provisória nº 591, de 2012, que altera a



---

de nº 579 para reconhecer a obrigação de indenizar as parcelas não depreciadas de bens reversíveis vinculados a essas concessões.

Já as concessões de geração alcançadas pela medida provisória representam cerca de 20% da capacidade instalada no Brasil, totalizando mais de 22 gigawatts. São elas que contribuirão para a maior parte da queda de preço da energia, e isso ocorrerá porque não será necessário incluir receitas de capital na remuneração das concessionárias, uma vez que são usinas antigas, e os investimentos já foram quase que completamente amortizados.

Considerando que as despesas de capital representam até 90% do custo de uma nova hidrelétrica, fica claro que o potencial de alívio no preço de energia é grande. Quanto a esse princípio geral, estamos plenamente de acordo, e providências nesse sentido já eram esperadas.

Todavia, a sistemática adotada pela MP 579 apresenta diversos problemas que precisaremos corrigir. Inicialmente podemos mencionar a obrigatoriedade de que as geradoras destinem 100% de sua energia para o mercado cativo, isto é, para as distribuidoras de eletricidade.

Trata-se de uma obrigação leonina, pois a legislação do setor elétrico permitiu que as concessionárias vendessem energia para grandes consumidores, os chamados consumidores livres. Muitos desses contratos ainda estão em vigor e precisam ser honrados, mas a medida provisória os desconsidera completamente.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a todos os Deputados especial atenção para essa matéria — tanto na Comissão Mista que irá apreciá-la preliminarmente quanto neste Plenário —, para que os legítimos e incontestáveis benefícios aos consumidores brasileiros sejam alcançados sem prejuízo dos investimentos futuros



em energia, sob pena de vermos restringido o tão desejado crescimento de nossa economia e elevadas a frequência e a gravidade dos nefastos apagões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro a publicação pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Mais uma vez, muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. DUDIMAR PAXIUBA** (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, abordarei algumas questões que considero de vital importância no que se refere à Medida Provisória nº 579, de 2012.

Essa norma adota medidas que têm o propósito de reduzir as tarifas de energia elétrica pagas pelos consumidores brasileiros, favorecendo a competitividade de nossas empresas e os apertados orçamentos familiares. Nisso estou plenamente de acordo.

Uma parte da queda das tarifas virá da redução e eliminação de encargos do setor elétrico. As despesas da Conta de Consumo de Combustíveis, CCC, que cobre os custos adicionais de geração nos sistemas isolados, não serão mais arcados pelos agentes do setor. A Reserva Global de Reversão, RGR, por sua vez, deixará de ser recolhida por grande parte das concessionárias. Já a Conta de Desenvolvimento Energético, CDE, deverá ser reduzida para cerca de 25% do que é atualmente pago, em última instância, pelos consumidores.

Estima-se que a alteração dos encargos diminuirá as tarifas em sete por cento, o que é benéfico, e tem nosso apoio. Devemos registrar, no entanto, que se



---

trata de uma medida que já veio tarde, pois cerca de quarenta e seis por cento da conta de eletricidade são destinados à cobertura de tributos e encargos, o que vem sobrecarregando as famílias e as empresas já faz um bom tempo.

Outra parcela de redução tarifária deverá advir da renovação das concessões de energia elétrica que vencem até 2017, estando estimada em 16,2% médios. É sobre esse aspecto, entretanto, que detectamos diversos problemas que precisarão ser enfrentados pelo Parlamento.

No que tange à distribuição de energia elétrica, são alcançados 44 contratos de concessão, que representam aproximadamente 35% do mercado brasileiro.

Quanto à transmissão de energia elétrica, são afetados nove contratos de concessão, que somam mais de 85 mil quilômetros de linhas, incluindo 67% da chamada Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, que congrega as instalações de maior capacidade de transporte. Nessa questão, a medida provisória apresentava um dispositivo inaceitável, determinando, arbitrariamente, que nenhum investimento vinculado a concessões anteriores a maio de 2000 seriam indenizados, estando ou não amortizados.

Esse ponto certamente faria que grande parte das empresas de transmissão não assinasse a proposta de renovação. Felizmente o governo reconheceu essa falha, editando a Medida Provisória nº 591, de 2012, que altera a nº 579 para reconhecer a obrigação de indenizar as parcelas não depreciadas de bens reversíveis vinculados a essas concessões.

Já as concessões de geração alcançadas pela medida provisória representam cerca de 20% da capacidade instalada no Brasil, totalizando mais de 22 gigawatts. São elas que contribuirão com a maior parte da queda do preço da energia. Isso



---

ocorrerá porque não será mais necessário incluir receitas de capital na remuneração das concessionárias, uma vez que são usinas antigas e os investimentos já foram quase que completamente amortizados. Considerando que as despesas de capital representam até noventa por cento do custo de uma nova hidrelétrica, fica claro que o potencial de alívio no preço da energia é grande. Quanto a esse princípio geral, estamos plenamente de acordo, e providências nesse sentido já eram esperadas.

Todavia, a sistemática adotada pela MP 579 apresenta diversos problemas que precisaremos corrigir.

Inicialmente podemos mencionar a obrigatoriedade de que as geradoras destinem cem por cento de sua energia para o mercado cativo, isto é, as distribuidoras de eletricidade. Trata-se de uma obrigação leonina, pois a legislação do setor elétrico permitiu que as concessionárias vendessem energia para grandes consumidores, os chamados consumidores livres. Muitos desses contratos ainda estão em vigor e precisam ser honrados, mas a medida provisória os desconsidera completamente.

Além disso, a redação utilizada no texto da norma não reconhece claramente investimentos em modernização e ampliações, o que necessita ser corrigido, pois cria insegurança jurídica incompatível com o ambiente favorável ao investimento de que o Brasil necessita, especialmente em se tratando da área de infraestrutura. Devido a sinais claros de que a adesão à prorrogação seria muito aquém do inicialmente esperado, o governo também parece ter assumido mais esse erro, editando o Decreto nº 8.750, no dia 30 de novembro. Consideramos, todavia, que a redação adotada nessa regulamentação não é suficientemente clara e será



---

imprescindível a adequação desse aspecto no projeto de lei de conversão a ser apreciado por esta Casa.

Muitas outras questões polêmicas também deverão ser enfrentadas pelo Congresso. Uma delas é a primeira renovação por mais vinte anos das concessões de geração, obtida por muitas usinas e não mais permitida pela MP. Além disso, a forma de cálculo das tarifas das geradoras demandará discussões aprofundadas, para que sejam considerados adequadamente todos os riscos e custos que lhes serão efetivamente atribuídos.

Portanto, senhor presidente, solicito a todos os deputados especial atenção para essa matéria – tanto na comissão mista que irá apreciá-la preliminarmente quanto neste Plenário – para que os legítimos e incontestáveis benefícios aos consumidores brasileiros sejam alcançados sem prejuízo dos investimentos futuros em energia, sob pena de vermos restringido o tão desejado crescimento de nossa economia e elevadas a frequência e gravidade de nefastos apagões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Leonardo Gadelha. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. LEONARDO GADELHA** (PSC-PB. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, o decano e um dos próceres desta Casa, Deputado Inocêncio Oliveira, sabe V.Exa. que os grandes homens públicos são invariavelmente cumulados de uma vasta gama de virtudes.

Alguns desses homens públicos, Sr. Presidente, são vistos como extremamente astutos, outros são tidos como grandes articuladores, alguns são vistos também como visionários. Mas há um traço, Sr. Presidente, como



absolutamente todos os grandes homens públicos, aqueles que indelevelmente deixaram sua marca na história do País. Refiro-me à coragem. Ninguém, absolutamente ninguém, Sr. Presidente, entra para o galardão dos grandes homens públicos deste País sem ter um grande naco de coragem.

Pois bem, em poucos instantes, esta Casa estará a reverenciar esta característica. Em poucos instantes, a Câmara dos Deputados se renderá à coragem de mais de 170 brasileiros que ousaram lutar contra o arbítrio, defender as suas convicções e sonhar com um país melhor.

Eu, Sr. Presidente, me dou ao direito de pinçar cinco desses grandes nomes. Quatro deles o faço por orgulho ufanista. Refiro-me a quatro conterrâneos, paraibanos que tiveram os seus mandatos cassados em função da defesa das suas crenças.

Refiro-me a um homem do quilate de Vital do Rêgo, certamente um dos cinco maiores tribunos da história do meu Estado, que, aliás, não é curta, em termos de grandes oradores.

Um homem do quilate de Osmar de Aquino, um quixotesco, na melhor acepção do termo, um homem romântico, que sonhava com a Paraíba desenvolvida e com um país igualitário.

Pedro Gondim, que, além de grande Parlamentar, foi um dos maiores executivos da nossa história, Governador da Paraíba.

Refiro-me também a Abelardo Jurema, que pouca gente sabe, mas precisou se exilar no Peru e lá vendia charutos para poder prestar o sustento da sua família.

Repito, refiro-me a esses quatro grandes paraibanos por orgulho ufanista. Nós que vivemos num Estado pequenino, mas que é conhecido pela sua grande



produção intelectual. Repito o que já disse outras vezes desta tribuna: a produção intelectual da Paraíba é simplesmente desproporcional em relação ao seu tamanho. População diminuta, território ainda menor, mas grandes vultos da ciência, da política e das artes nasceram e se desenvolveram em nosso território.

Há um quinto nome, Sr. Presidente, ao qual gostaria de prestar deferência neste instante: um Parlamentar gaúcho, já falecido, o ex-Deputado Amaury Muller. Com relação a ele, Sr. Presidente, faço a referência por motivos telúricos.

Foi a ele que meu pai, o ex-Deputado Marcondes Gadelha, confiou-me como seu afilhado. Era ele, o meu padrinho, uma das primeiras referências que tive na vida pública. Ele, como meu pai, compunham o MDB autêntico e ousaram ocupar estas tribunas, uma vez mais, repito, para combater o arbítrio e sonhar com um país mais plural e democrático.

Eu quero render homenagem, neste instante, a estes 4 grandes conterrâneos, Osmar de Aquino, Abelardo Jurema, Pedro Gondim e Vital do Rego, e ao gaúcho Amaury Müller.

Uns tantos podem dizer que, no plano metafísico, eles já tiveram as suas recompensas e que aqui na Terra o gesto desta tarde não passa de simbolismo. Mas, para quem ousou enfrentar baionetas e coturnos, o simbolismo tem muita força. E a Câmara dos Deputados recebe, neste instante, o reconhecimento da Nação brasileira, porque lembrar é viver. E eles viveram. Deram as suas vidas para que o Brasil hoje fosse uma democracia plena e consolidada.

Parabéns à Câmara dos Deputados e parabéns aos familiares de todos os 177 Deputados homenageados nesta tarde.





**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, por 1 minuto, concedo a palavra ao ilustre Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido um pronunciamento que farei em outra oportunidade sobre uma normativa do IBAMA, permitindo a criação do peixe tambaqui no Lago de Tucuruí e na Bacia do Tocantins.

São 6 anos, Sr. Presidente, discutindo se pode ou não pode criar tambaqui no Rio Tocantins. Com isso, o Programa de Criação de Peixes em Tanques-Rede naquele lago ficou paralisado.

Parabenizo o IBAMA pela normativa, é um grande avanço, mas continuo dizendo: na Amazônia, nós temos muita dificuldade em legalizar as atividades econômicas. Uma rodovia demora 4 anos para ser licenciada, e, quanto ao peixe, foram 8 anos de conversa, de debate, para sair uma normativa, a fim de criar tambaqui no Lago de Tucuruí. Muitas ações econômicas se travam na Amazônia, porque a legalidade é muito difícil.

Sr. Presidente, peço ampla divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, o Governo Federal apresentou ontem (06), na Câmara do Deputados, detalhes do Plano Safra da Pesca, que prevê R\$ 4,1 bilhões em financiamentos para o setor. O plano deve beneficiar mais de 300 mil famílias e tem como meta retirar cerca de 100 mil delas da situação de extrema pobreza.



Entre os beneficiados, senhoras e senhores, estão pescadores artesanais, agricultores familiares, marisqueiras e mulheres de pescadores.

O Plano Safra da Pesca, possui quatro pontos fundamentais: desoneração da cadeia produtiva; investimento em ciência e tecnologia e assistência técnica; estímulo à formação de cooperativas; e melhores condições de armazenagem e a comercialização do pescado.

Esses investimentos em muito contribuirão para a produção de tilápias, tambaquis, camarões, pirarucus e moluscos bivalves, como mariscos e ostras.

Senhor Presidente, outro importante anúncio foi a autorização de Criação de Tambaqui no rio Tocantins. Na quarta-feira (04), foi publicado no Diário Oficial da União, instrução normativa do IBAMA que autoriza a criação do pescado na bacia do Tocantins. Trata-se de uma demanda de muitos anos que irá beneficiar cerca de 30 mil pescadores que atuam no Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Segundo o ministério da Pesca e Aquicultura, o Tocantins deverá aumentar a produção do pescado em 30%.

Comemoro a vitória dos pescadores, e de futuros criadores de peixes, conseguida com a publicação da Instrução Normativa, mas não posso deixar de ressaltar que o desenvolvimento econômico na Amazônia tem, muitas vezes, vivenciado situações de dificuldade em sua implantação e atrasos, reflexo da demora dos Órgãos Licenciadores, como foi o caso dessa Normativa do IBAMA.

Estamos há uma década discutindo se pode ou não criar tambaqui no Tucuruí. É importante dizer que o tambaqui é um peixe fácil de ser produzido e possui maior rentabilidade econômica, sem falar que não é mais predador que o



tucunaré que já se pesca em elevada quantidade. Não podemos mais ficar cinco, seis anos discutindo um assunto que impossibilita os pescadores de criar no lago.

Eu, por várias vezes, critiquei publicamente essa demora e sempre achei inadmissível esse posicionamento da não criação do tambaqui no rio Tocantins.

Senhor presidente, com toda certeza, essa medida contribuirá para a atividade de criação dessa espécie na região. Esperamos, agora, que os mesmos investimentos feitos pelo governo federal sejam seguidos pelo governo estadual do Pará (aliás, qual é o orçamento que a Secretaria de Pesca do estado tem para investir no desenvolvimento da pesca em 2013?) e pelas prefeituras locais, levando em consideração que municípios como Tucuruí, Novo repartimento, Breu Branco, Goianésia, Itupiranga, Jacundá e Nova Ipixuna, que estão na região do Lago e que recebem recursos dos royalties das águas podem criar Secretarias de Pesca em seus municípios e, deste modo, aplicar parte desse dinheiro para fazer com que as águas produzam uma outra riqueza, que é o peixe.

Com os recursos que as cidades recebem dos royalties das águas esses municípios podem contratar técnicos profissionais, associações, empresas e cooperativas para aproveitar da melhor maneira as decisões do governo federal e transformar o lago do Tucuruí em um dos maiores produtores de pescado do Brasil.

Esse é um debate que tenho feito na região, como forma de ampliar a geração de emprego e renda em uma área ainda pouco explorada.

Era o que tinha a dizer,

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.



---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, neste momento em que falo pela Liderança do meu partido, tratar de três temas importantes.

O primeiro deles foi a Operação Purificação, realizada no Rio de Janeiro sob a coordenação da Polícia Federal, com a presença da Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, da Polícia Militar e também do Ministério Público Estadual.

Essa operação prendeu 63 integrantes da Polícia Militar e 11 traficantes que estavam operando. Esses policiais cometeram o crime de sequestro de parentes de bandidos, apreensão de veículos com exigência de dinheiro para a devolução, negociação de armas e operações oficiais em represália a algum atraso no pagamento das extorsões.

Isso, prova, Sr. Presidente, que para combater a corrupção e para combater os grupos de extermínio há necessidade de se ter a Polícia Federal à frente, porque ela faz o trabalho de inteligência e, quando atua na reta final, é para pegar o esquema todo, como vimos que aconteceu.

Por isso, nós consideramos importante esse trabalho que o Ministério da Justiça faz através do nosso Ministro José Eduardo Cardozo, a quem parablenho por mais essa ação de purificar, de tirar da corporação militar, e da Polícia Civil também, aqueles bandidos que estão lá travestidos de policiais. Os bons policiais, esses devem ser bem pagos, valorizados e reconhecidos por toda a sociedade. Agora, quem usa da farda, quem usa do distintivo para cometer esses tipos de crime, de extermínio, de corrupção, de violência, esses não merecem o nosso respeito.

Esse era o assunto que gostaria de tratar na primeira parte deste meu pronunciamento, a chamada Operação Purificação.



Trato de outro tema que também é muito caro para nós, Sr. Presidente, que é o processo que foi investigado e que, por determinação da Justiça Federal, vai ser julgado pela Justiça Federal, que é o caso do assassinato do nosso grande companheiro, amigo, defensor dos direitos humanos Manoel Matos.

Pois bem, Sr. Presidente, a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, acompanhada da Dra. Ivana Farina, que também é membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, estiveram conversando com o Corregedor Nacional de Justiça, o Dr. Francisco Falcão.

E na conversar foi colocada a situação do julgamento do caso Manoel Mattos. E logo, por uma solicitação da nossa Ministra Maria do Rosário, o Corregedor determinou, Sr. Presidente, que esse processo seja colocado no Programa Justiça Plena.

Esse Programa, Sr. Presidente, foi criado em 2010 e apoia a gestão de processos de grande relevância social, acompanhando mais de perto a tramitação dessas ações por parte da Corregedoria Nacional de Justiça. Dos 148 processos que nós temos no Programa Justiça Plena, 47 foram indicados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência República, que tem à frente a nossa companheira Maria do Rosário.

Quero parabenizar a Ministra. É mais uma ação, porque é fundamental o julgamento e a condenação dos mandantes, dos protetores, dos executores que assassinaram barbaramente o nosso companheiro Manoel Mattos. Vai ser um exemplo para que nós possamos dar um basta às ações de extermínio, de



corrupção daqueles que acham que, porque têm farda, têm arma, podem matar, podem tirar a vida.

Quero parabenizar a Ministra Maria do Rosário, nosso Governo está correto em acompanhar esse processo. E parabenizar também o Corregedor Nacional de Justiça, o Dr. Francisco Falcão, por ter determinado a sua inclusão no Programa Justiça Plena.

O terceiro assunto que trato, Sr. Presidente, é com relação a capacitação e formação de jovens.

O PRONATEC, que é um programa do nosso Governo, beneficiou mais de 2,5 milhões de jovens até hoje. Esse programa oferece cursos técnicos e de formação inicial e continuada e, em 2013, será ampliado, Sr. Presidente, para atender 8 milhões de alunos e trabalhadores, que serão capacitados. É que, às vezes, Deputado Moura, há emprego, mas não há gente capacitada. Então, o PRONATEC está aí para conceder bolsas e formação para que o aluno depois possa encontrar emprego. Do PRONATEC ele sairá capacitado, com um curso técnico, para executar o trabalho que o emprego exigir.

Nesse sentido, eu queria parabenizar a nossa Presidenta Dilma e o nosso Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que, na abertura do 7º Encontro Nacional da Indústria, nessa quarta-feira em Brasília, apresentou mais esta ação: de 2013 a 2014, nós teremos 8 milhões de alunos, jovens e trabalhadores treinados e capacitados.

Com isso, nós iremos oferecer trabalho a esses jovens que iriam ser aliciados pelo narcotráfico e pelo crime organizado. Serão jovens capacitados que fugirão das drogas e do crime organizado.



Essa situação prova que nós estamos no caminho certo, capacitando a nossa juventude, treinando a nossa juventude. O PRONATEC, que já beneficiou 2,5 milhões de jovens, agora será ampliado, Deputada Fátima Bezerra, para 8 milhões até o final de 2014, atendendo alunos, jovens e trabalhadores, colocando esse pessoal capacitado em condição de obter emprego de qualidade, fugindo do crime organizado, fugindo das drogas, fugindo do narcotráfico.

É assim que se faz. O nosso Governo cuida de todas as dimensões, direitos humanos, treinamento, capacidade, educação, saúde. É assim que vamos trabalhando para efetivamente fazermos deste País um País diferente, com o povo vivendo descentemente, como dizia o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e como diz a nossa Presidenta Dilma, que país rico é país sem miséria, é país sem pobreza, é país com inclusão social, educacional e de cidadania.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e também parabênzo o nosso Governo por essas ações que são fundamentais para que possamos vencer a corrupção, a violência e tratar a nossa juventude, a fim de ela se capacite para um emprego de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 06 de dezembro, trago a esta plenária mais uma vez minha posição contra os grupos de extermínios e a corrupção policial que continuam agindo nos estados brasileiros.



Desde o início do meu mandato, venho expressando minha indignação e ação no combate aos grupos de extermínio e os policiais corruptos, que utilizam suas patentes para cometerem crimes brutais.

Dessa vez, o ingrediente perverso da violência nas comunidades pobres do Brasil, ganhou maior efetividade. Na terça-feira (04), no estado do Rio de Janeiro, 63 integrantes da Polícia Militar e 11 traficantes foram presos em uma operação policial chamada "Purificação". Eles são acusados de permitir o tráfico de drogas em 13 favelas da Baixada Fluminense chefiados pelo Comando Vermelho em troca de propina. Segundo as mídias nacionais, "O arrego, como é chamado o suborno na gíria dos morros cariocas, chegava a R\$ 2,5 mil por turno para cada viatura".

Os crimes cometidos pelos homens fardados incluíam, também, o sequestro de bandidos e seus parentes, apreensão de veículos de traficantes com exigência de dinheiro para devolução, negociação de armas e operações oficiais em represália a algum atraso no pagamento das extorsões.

Batizada de Operação Purificação, a ação coordenada pela Polícia Federal (PF), Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar do Rio, além do Ministério Público Estadual (MPE), tinha 18 mandados de prisão contra traficantes e 65 contra policiais para cumprir. Nas buscas, dois PMs que não estavam na lista foram presos em flagrante. Com um deles foi encontrada uma pistola com numeração raspada, enquanto o outro foi preso em casa, onde guardava munição de fuzil. Todos os PMs envolvidos eram lotados no 15º Batalhão da corporação, em Duque de Caxias, à época do início das investigações. O comandante da unidade, coronel Claudio de Lucas Lima, também foi afastado.





Assim, ressalto que o mais grave não é apenas a omissão dos policiais, mas também a participação direta de aparelhos de segurança pública na política de extermínio e corrupção ativa praticada contra pobres e autoridades que buscam reverter esse quadro nefasto. Vejo que há uma continuidade de lideranças como grupos de extermínios e milícias privadas nos campos policiais civis e militares.

Trabalho há anos combatendo crimes contra a integridade da vida humana e como parlamentar sugerindo medidas para que os crimes sejam penalizados com mais rigor. Tive a oportunidade de investigar esses crimes, através da CPI destinada a Investigar Grupos de Extermínios no Nordeste. Isso me possibilitou apresentar o projeto de Lei convertido e sancionado pela nossa Presidenta Dilma Roussef, no dia 28 de outubro de 2012, em Lei ordinária de nº 12.720/2012. A referida Lei tem o objetivo de criminalizar todo e qualquer tipo de ação criminosa de grupos de extermínios e milícias privadas.

Portanto, é importante que as ações como as do Rio de Janeiro não parem, pois os desvios de conduta existem em todos os níveis das estruturas policiais e não basta apenas prender os policiais é preciso penaliza-los com mais rigor.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado André Moura, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu já fiz hoje pela manhã, gostaria de trazer aqui para deixar registrado e considerado como lido um pronunciamento em nome da bancada do



---

nosso partido, o PSC, em homenagem ao querido arquiteto brasileiro Oscar Niemayer.

Ocupo este espaço para falar do amante das curvas, porque a dureza das retas não nos desperta a sensualidade. Assim interpreto as milhares de esculturas transpostas nos projetos executados pelo inigualável Oscar Niemeyer, que revolucionou a arquitetura mundial com a beleza, leveza e inventividade de suas obras numa época em que imperava o rigor técnico.

Nasceu no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1907. Filho de funcionário público. Em 1928, casou com Anita Baldo, filha de imigrantes italianos. Em 1929, entrou para a Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde se formou engenheiro arquiteto.

Aos 35 anos, desprezando deliberadamente os ângulos retos e a arquitetura racionalista feita de régua e esquadro, penetrando com desenvoltura no espaço de curvas e retas que o concreto armado oferece, surpreendeu o Brasil e o exterior com seus traços, suas curvas criativas e, com seus projetos, criou o Conjunto da Pampulha, em Minas Gerais.

Em 1947, ganhou por unanimidade o concurso para a construção da sede da Organização das Nações Unidas, ONU, em Nova York. Seguindo sempre a linha de liberdade plástica e invenção da sua arquitetura, de 1956 a 1959 dedicou-se à construção de uma das mais arrojadas obras de urbanismo e arquitetura do século: Brasília, nossa Capital.

Respeitando o Plano Piloto de Lúcio Costa, realizou os principais prédios: os Palácios da Alvorada e dos Arcos, os Ministérios, a Praça dos Três Poderes, a



---

Catedral, a universidade e os blocos residenciais. Durante a ditadura, foi forçado a deixar o País e exilou-se na França, devido à sua ligação com o Partido Comunista.

No final dos anos de 1960, retornou ao Brasil e passou a lecionar na Universidade do Rio de Janeiro. Nos anos de 1980, mantendo o jogo harmônico de volumes e grandes espaços livres e abdicando dos detalhes menores, ergueu, em São Paulo, o monumental Memorial da América Latina.

Depois de Brasília, Niterói, no Rio de Janeiro, é a cidade que tem um maior número de obras de Niemeyer, entre elas o Museu de Arte Contemporânea, em estilo futurista, inaugurado em 1991. Em 1996, recebeu o Prêmio Leão de Ouro da Bienal de Veneza.

Oscar Niemeyer Ribeiro Soares Filho faleceu no Hospital Samaritano, no Botafogo, Rio de Janeiro, e, com o devido merecimento e todas as honrarias que lhe cabe, receberá da cidade que planejou, Brasília, as homenagens merecidas e depois retornar ao Rio de Janeiro, dando o último adeus ao povo que adora futebol, e tem um rei do futebol, mais que também tem o rei da arquitetura mundial, que é Niemeyer. Salve a memória e arte de Niemeyer, desse deste gênio das linhas e das curvas.

Sr. Presidente, volto a repetir que estamos fazendo essa homenagem em nome da bancada do PSC por reconhecermos a importância de Niemeyer para o Brasil e para o mundo, em especial para Brasília.

Aproveito a oportunidade para dizer que estamos aguardando, na CCJ, a apresentação do relatório do Deputado Efraim Filho de um projeto de decreto legislativo de nossa autoria que propõe o plebiscito em relação à PEC nº 57,



também de nossa autoria, sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Sabemos que se trata de um tema polêmico, apesar de a grande maioria da população brasileira entender que é necessário e importante para uma questão até de uma maior segurança pública no País. Queremos que esse nosso projeto seja colocado em votação.

Mas, como já falei anteriormente, por ser um tema polêmico, apresentamos um projeto de decreto legislativo que propõe a redução da maioria. O Deputado Efraim Filho, que é Relator na CCJ, já disse que vai apresentar voto favorável ao plebiscito para que a população brasileira, a sociedade organizada possa se pronunciar e definir se aceita ou não a nossa PEC nº 57, que propõe a redução da maioria penal, que entendemos ser de fundamental importância para o País para que possa, do mesmo jeito que dá direitos aos adolescentes, dá também responsabilidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aos que estão acessando a Internet e redes sociais, além daqueles que sintonizam a Rádio e a TV Câmara em todo Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, a quem me orgulho de aqui representar.

Ocupo este espaço para falar do amante das curvas, porque a dureza das retas, não nos desperta a sensualidade, assim interpreto as milhares de esculturas transpostas nos projetos executados pelo inigualável, Oscar Niemeyer Soares Filho que revolucionou a arquitetura mundial com a beleza, leveza e inventividade de suas obras numa época em que imperava o rigor técnico.



---

Nasceu no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, no dia 15 de dezembro de 1907. Filho de funcionário público. Em 1928, casou com Anita Baldo, filha de imigrantes italianos. Em 1929, entrou para a Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, onde formou-se engenheiro arquiteto, em 1934. Inicia-se na profissão como estagiário no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão. Em 1936, foi designado para colaborar com o arquiteto suíço, Le Corbusier, que estava participando do projeto do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, hoje Palácio da Cultura, do Rio de Janeiro, um marco da moderna arquitetura brasileira.

Aos 35 anos, desprezando deliberadamente os ângulos retos e a arquitetura racionalista feita de régua e esquadro, penetrando com desenvoltura no espaço de curvas e retas que o concreto armado oferece, surpreendeu o Brasil e o exterior com os imprevisíveis e criativos prédios do Conjunto da Pampulha (MG). Em 1939, de novo ao lado de Lúcio Costa, trabalhou no projeto do pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Nova York. Em 1947, ganhou por unanimidade o concurso para a construção da sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Seguindo sempre a linha de liberdade plástica e invenção arquitetural, de 1956 a 1959 dedicou-se à construção de uma das mais arrojadas obras de urbanismo e arquitetura do século: Brasília. Respeitando o Plano Piloto de Lúcio Costa, realizou os principais prédios: os palácios da Alvorada e dos Arcos, os ministérios, a Praça dos Três Poderes, a catedral, a universidade e os blocos residenciais. Durante a ditadura, foi forçado a deixar o país e exilou-se na França, devido à sua ligação com o Partido Comunista. Criou diversos projetos em vários países: Alemanha, Argélia, Cuba, Estados Unidos, França, Inglaterra, Israel, Itália, Líbano, Portugal, Venezuela, cidade de Neguev e Turim. Na França, De Gaulle e Malraux elaboraram



---

uma lei especial para permitir que trabalhasse no país por toda a vida. No final dos anos de 1960, retornou ao Brasil e passou a lecionar na Universidade do Rio de Janeiro. Nos anos de 1980, mantendo o jogo harmônico de volumes e grandes espaços livres e abdicando dos detalhes menores, ergueu em São Paulo o monumental Memorial da América Latina.

Depois de Brasília, Niterói no Rio de Janeiro, é a cidade que tem um maior número de obras de Niemeyer, entre elas o Museu de Arte Contemporânea, em estilo futurista, inaugurado em 1991. Em 1996, recebeu o Prêmio Leão de Ouro da Bienal de Veneza. Em 1999 inaugura o Auditório do Ibirapuera, em São Paulo, e o Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba.

Casado com Anita Baldo, durante 76 anos, ficou viúvo em 04 de outubro de 2004. Em 2006, casa-se com sua secretária Vera Lúcia Cabreira. Em 2007 é comemorado seu centenário. Recebe a Medalha do Mérito Cultural do Brasil.

Oscar Niemeyer Ribeiro Soares Filho faleceu no Hospital Samaritano, no Botafogo, Rio de Janeiro, no dia 5 de dezembro de 2012, ontem. E com o devido merecimento receberá da cidade que planejou, ou melhor, criou, as homenagens merecidas e depois retornar ao Rio de Janeiro, dando o último adeus ao povo que adora futebol, e tem um rei do futebol, mais que também tem o rei da arquitetura mundial. Salve a memória e arte arquitetônica deste gênio das linhas curvas.

Peço que meu discurso fique registrado nos anais da casa e que seja amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação deste parlamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado!



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**A SRA. FÁTIMA BEZERRA** (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dar conhecimento a todos de projeto de lei a que dei entrada na Casa, que dispõe sobre a instituição do dia 19 de setembro como data comemorativa do Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação. É um projeto simples, que tem como objetivo instituir o dia 19 de setembro de cada ano como o Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação.

Segundo, Sr. Presidente, também quero dar conhecimento a esta Casa e aos que estão nos escutando de importante nota do Fórum Nacional da Educação, que integro, representando esta Casa, por meio da Comissão de Educação e Cultura. Reunido, esta semana, em Brasília, o Fórum Nacional da Educação resolveu tornar pública a nota que trata de um dos debates que considero mais importante e mais estratégico para o País hoje, o debate sobre ampliar o financiamento da educação, tendo em vista o Plano Nacional de Educação. Dentro dessa discussão, destacamos a luta pelos 10% do PIB para a educação e o debate em curso sobre a destinação dos 100% das receitas do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal, iniciativas essas hoje já colocadas em prática, na medida em que a Presidenta Dilma tomou a atitude de, por meio de medida provisória, propor ao País a destinação dos 100% dos *royalties* para a educação.

Bom, a nota, Sr. Presidente, que o Fórum de educação tirou em sua reunião realizada no último dia 4, foi exatamente a seguinte:



- 1 - o Fórum Nacional de Educação, por todas as entidades que o integram, renova o compromisso com a aplicação de minimamente 10% (dez por cento) do PIB para a educação pública;
2. compreende ser necessário o País encontrar fontes para o financiamento educacional, que assegurem o compromisso com a educação pública de qualidade, com a formação e remuneração digna dos profissionais da educação, além do disposto nas demais metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, que se encontra em tramitação no Senado;
3. solicita aos Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Vereadores que cerrem fileiras no sentido de requerer aos Parlamentares do Congresso Nacional soluções urgentes para a efetiva realização da educação com qualidade para o conjunto da população brasileira;
4. apela às diversas organizações da sociedade civil que concentrem esforços e se mobilizem em favor da garantia da educação pública e de qualidade para todos, defendendo a destinação da totalidade das receitas do petróleo e demais minerais, além de 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação.

Essa nota, portanto, tem aqui a legitimidade a representatividade do Fórum Nacional de Educação, que é um espaço de interlocução hoje entre o Governo e a sociedade brasileira, que integram representantes desde o Poder Público, gestores, representantes da sociedade civil.

Por isso, Sr. Presidente, entendemos que a hora agora é de união, é de todos darmos as mãos para aprovarmos 100% dos *royalties* para a educação e de 50% para o Fundo Social de Educação.





---

**A SRA. FÁTIMA BEZERRA** (PT-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira passada (30/11), educadores, estudantes, boa parte dos movimentos educacionais e quase todos os formadores de opinião comemoraram o compromisso verbal da Presidenta Dilma Rousseff em editar, até a segunda-feira seguinte (3/12), uma medida provisória (MP) dedicada a destinar toda a receita com royalties e metade dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

O dramaturgo francês Jean Molière costumava dizer, com incontestável razão, que "é comprida a estrada que vai desde a intenção até a execução". Passada a euforia que se estendeu por todo o final de semana, a leitura da MP 592/2012 gerou preocupação.

Explicando de modo sintético e citando as leis, a MP 592/2012, ao acrescentar o Art. 50-B à Lei 9478/1997, vinculou à educação todas as receitas com royalties do petróleo dos novos contratos da área de concessão, firmados após a data de publicação da MP, ou seja, 3 de dezembro de 2012. O problema é que esta é uma área quase totalmente explorada. E essa exploração é feita por meio de contratos de longo prazo. Em síntese, dificilmente chegará recurso dessa fonte. Ademais, as áreas de concessão reguladas pela Lei 9478/1997 não abrangem a exploração do petróleo da camada pré-sal, considerado o "bilhete premiado" do Brasil.

No caso do pré-sal, o Governo Federal foi excessivamente tímido. Ao acrescentar um parágrafo ao Art. 47 da Lei 12.351/2010, a MP 592/2012 determina que metade dos rendimentos do Fundo Social do Pré-Sal será investida, exclusivamente, em educação, conforme um nebuloso regulamento - o correto seria



---

mencionar o critério de manutenção e desenvolvimento da educação pública, determinado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Ou seja, não se trata de 50% dos recursos globais do fundo, mas sim da metade dos rendimentos alcançados por meio dele.

Para dar um exemplo prático: vamos supor que em 2016 o Fundo Social do Pré-sal contabilize R\$ 10 bilhões e seus rendimentos gerem R\$ 1 bilhão adicional, totalizando R\$ 11 bilhões. Seguindo o texto da MP 592/2012, a área da educação receberia R\$ 500 milhões naquele ano, valor inferior ao gasto com o dia da prova do Enem.

Não é possível abrir mão desse recurso, mas não há dúvida de que o volume estimado está bem aquém das necessidades da área, especialmente se for considerada a demanda de R\$ 20 bilhões por ano, cumulativos, que precisam ser destinados para que a educação pública alcance, em 10 anos, um padrão mínimo de qualidade, conforme a planilha de custos do PNE (Plano Nacional de Educação), em tramitação no Senado Federal.

Tomando como referência o mesmo exemplo, caso o texto da MP seguisse a proposta da área da educação, aprovada na Conae/2010 (Conferência Nacional de Educação), em 2016 o montante de recursos destinados à educação pública seria de R\$ 5,5 bilhões, ou seja, metade dos recursos globais do Fundo Social do Pré-sal.

No entanto, é preciso considerar que é justificável a lógica da vinculação ao rendimento. Como esse fundo receberá todo ano um volume interessante de recursos, que será somado ao saldo acumulado ao longo dos anos, a tendência é que em uma década os ganhos com rendimentos sejam grandes. A lógica é simples:



---

rendimentos sobre R\$ 110 bilhões são muito maiores do que ganhos sobre R\$ 11 bilhões, com a vantagem de que não será gasto o principal da poupança.

Qual é o problema então? O problema é o tempo. A educação brasileira não pode esperar mais 10 anos para receber um volume substantivo de recursos. Qual é a solução? Destinar para a educação pública toda a receita com royalties do pré-sal distribuída para Estados e Municípios. No Comunicado 124 de 2011, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) afirma que a exploração da camada pré-sal pode fazer o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro crescer de 39% a 105%. Ou seja, não há dúvida de que esse é o melhor caminho para se viabilizar o financiamento adequado da educação pública nacional.

Em seu Blog na Revista Escola Pública, Luiz Araújo, ex-presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e assessor do Senado Federal, fazendo uso de um relatório da Auditoria Cidadã da Dívida, concluiu que de todo o montante da receita gerada com royalties: "nada menos que 78% irão para Estados e Municípios, sem nenhuma obrigatoriedade de aplicação na educação. Somente 22% (...) irão para o chamado "Fundo Social". E, como está explicado acima, do Fundo Social do Pré-sal a educação só terá metade dos ganhos advindos dos rendimentos.

Para vincular efetivamente 100% das receitas com royalties para a educação pública, fazendo jus à promessa do Governo Federal na sexta-feira passada, seria preciso realizar uma alteração no artigo 42-B da Lei 12.351/2010, já alterado pela Lei 12.734/2012, sancionada no animado 30 de novembro de 2012.

Basicamente, seria preciso incluir um parágrafo determinando que toda a receita com royalties oriundos da exploração da camada pré-sal, regulada pelo



referido artigo 42-B, seria destinada para a educação pública, direta e exclusivamente.

O Congresso Nacional terá até 120 dias do calendário parlamentar para deliberar sobre esta questão. Por melhor que sejam as intenções, não é hora de apostar em palavras. É preciso fazer valer a cidadania, exigindo - verdadeiramente - que 100% dos royalties de todo o petróleo sejam destinados à educação pública. Essa é a expectativa da rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Sobre o tema o Fórum Nacional de Educação publicou a seguinte nota:

"Aos/às parlamentares do Congresso Nacional,

Aos/às Governadores/as,

Aos/às Prefeitos/as dos municípios brasileiros e

Às Organizações da sociedade civil

O Fórum Nacional de Educação, órgão de Estado e espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e os governos, instituído pela Portaria nº. 1407/2010, reivindicação histórica da comunidade educacional e resultado de deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae-2010), defende a necessidade da destinação de 100% das receitas com royalties do petróleo e da exploração mineral e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a manutenção e desenvolvimento do ensino, tendo em vista a garantia da efetivação do direito à educação e a necessidade urgente do país de estabelecer novas fontes para o adequado financiamento da educação pública.

Com esse objetivo, o pleno do Fórum Nacional de Educação, em sua reunião ordinária de 04/12/2012, deliberou e decidiu tornar público o seguinte:



1. O FNE, por todas as entidades que o integram, renova o compromisso com a aplicação de minimamente 10% (dez por cento) do PIB para a educação pública.

2. Compreende ser necessário o país encontrar fontes para o financiamento educacional, que assegurem o compromisso com a educação pública de qualidade, com a formação e remuneração digna dos profissionais da educação, além do disposto nas demais metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, que se encontra em tramitação no Senado Federal.

3. Solicita aos Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Vereadores que cerrem fileiras no sentido de requerer aos parlamentares do Congresso Nacional soluções urgentes para a efetiva realização da educação com qualidade para o conjunto da população brasileira.

4. Apela às diversas organizações da sociedade civil que concentrem esforços e se mobilizem em favor da garantia da educação pública e de qualidade para todos/as, defendendo a destinação da totalidade das receitas com royalties do petróleo e demais minerais, além de 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação.

Fórum Nacional de Educação"

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção concedo a palavra ao ilustre Deputado Waldenor Pereira.

Em seguida teremos Deputada Rosane Ferreira, Deputado Zé Geraldo.

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminhei à Mesa Diretora desta Casa Legislativa moção de pesar pelo falecimento desse extraordinário brasileiro Oscar Niemeyer.



Além de grande arquiteto, urbanista, foi um militante de esquerda vinculado ao Partido Comunista do Brasil, amigo inseparável do inesquecível Luiz Carlos Prestes, cujos ideais do Partido Comunista brasileiro se manteve fiel até a sua morte.

Eu quero me associar a tantos colegas Parlamentares da Câmara dos Deputados e prestar a nossa última homenagem a esse extraordinário brasileiro Oscar Niemeyer.

O Estado da Bahia, Sr. Presidente, talvez seja um dos Estados que receberá um dos últimos projetos produzidos pelo extraordinário arquiteto Oscar Niemeyer. O Município de Tremedal, pequeno Município do interior do Estado da Bahia, um dos mais pobres do Estado, receberá um busto em homenagem ao médico, líder político, ex-Deputado Estadual Adelmário Pinheiro, que foi desenhado, que foi elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer nos últimos dias da sua vida. Nós nos sentimos prestigiados por essa possibilidade de ainda, nos próximos meses, instalarmos esse busto em homenagem ao Adelmário Pinheiro, uma obra elaborada, desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Portanto, a nossa homenagem, a nossa moção de pesar a esse extraordinário arquiteto, urbanista e, mais do que isso, político brasileiro, que se manteve fiel aos seus ideais comunistas até a sua morte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Rosane Ferreira.

**A SRA. ROSANE FERREIRA** (Bloco/PV-PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, foi com muita satisfação que eu vi ontem o Deputado Henrique Fontana



---

fazer uso desta tribuna e anunciar os trabalhos em busca do entendimento para, enfim, esta Casa votar a reforma política.

Talvez não consigamos votar a reforma política que é preciso, mas vamos trabalhar com o objetivo de votar a reforma política possível. Mas ela não pode deixar de trazer para a discussão os quatro pontos primordiais: o financiamento público de campanha; a coincidência de eleições nas três esferas do poder, ou seja, as eleições gerais; o fim das coligações, que eu também entendo como primordial nas proporcionais; e ainda o novo sistema eleitoral. É muito importante. As eleições gerais eu sinto serem primordiais.

Nós estamos hoje discutindo o orçamento. Ao propormos emendas, Deputados e Deputadas, muitas vezes nós temos que entrar em contato com os Municípios, onde a gente conhece as carências, onde a gente sabe que os recursos federais são absolutamente necessários para a população.

Mas para nosso espanto, quando o Prefeito não se reeleger, há falta de sensibilidade até para acertar os últimos pontos para que os recursos cheguem aos Municípios. Eu acho isso absolutamente preocupante. Este é o meu primeiro mandato nesta Casa. Eu não tinha o entendimento de quanto é importante conciliarmos orçamentos federal, estaduais e municipais para de uma única forma poder concertar essa situação e oferecer às brasileiras e aos brasileiros a qualidade de vida tão necessária.

Defendo eleições gerais sim. Defendo financiamento público de campanha. Eu, embora seja do Partido Verde — considerado pequeno, é agremiação e filiação —, defendo o fim das coligações na proporcional.



Sou Deputada Federal, porque construí no meu Estado uma chapa completa. Discutimos partido, ideologia partidária. Fomos buscar afiliados em todos os Municípios do Estado. Foi assim quando eu cheguei. Da mesma forma eu cheguei à Assembleia Legislativa do meu Estado na Legislatura passada.

Vamos em frente com a reforma política. Vamos fazer com que o eleito se aproxime mais do eleitor e fazer com que a sociedade reconheça o valor que tem esta Casa e as decisões, aqui, adotadas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Zé Geraldo, PT, Pará. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para solicitar a V.Exa. que considere lido meu discurso lido, com a aquiescência do Deputado Zé Geraldo. Estou inscrito, mas preciso me retirar.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Na qualidade de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis desta Casa, quero dizer que fomos surpreendidos com a rapidez da decisão da Secretaria de Portos, autorizada pela Presidente Dilma, em relação à estadualização do Porto de Imbituba, hoje, por meio da CDI, empresa privada.

Nada contra, mas em relação à forma, sim, e à rapidez. Não foram consultados funcionários, Deputados, ninguém. Eu estava prevendo um questionamento jurídico, que foi o que ocorreu. Foi concedida uma liminar para o processo. Existem questionamentos da data do vencimento da concessão, inclusive é possível que não se faça nada, pelo menos, até os próximos 45 dias.





Era o que tinha a dizer;

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a ampla divulgação do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional e membro da Comissão de Viação e Transportes tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre a Companhia Docas de Imbituba (CDI), empresa privada que administra o Porto de Imbituba há 70 anos, e que ganhou na 8ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, o direito de manter a concessão até 26 de julho 2016.

O governo do Estado de Santa Catarina queria assumir o terminal portuário em 2014 porque o período da atual concessionária terminaria dia 15 de dezembro deste ano.

A Justiça concedeu liminar porque a CDI tem contrato como concessionária por 70 anos. A data final do contrato é dia 15 de dezembro deste ano. Porém, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo do então presidente Getúlio Vargas estatizou o porto por 44 meses, entre 1942 e 1946.

Na liminar, a CDI justifica que tem o direito de terminar o contrato de 70 anos, subtraindo o período em que o porto foi mantido estatal. Com isso, teria o direito de permanecer na administração até 26 de julho de 2016. A Justiça concordou, mas cabe recurso. São réus na ação a União e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).



O governo estadual pretendia assumir o porto e o governo federal questionou a validade da liminar justificando que o prazo teria prescrito, de acordo com o prefeito de Imbituba, Beto Martins. Segundo a liminar assinada pelo juiz federal substituto Marcio França Moreira, publicada dia 30 de novembro, a data da prescrição só pode ocorrer após o término do contrato, que está em vigência até o dia 15 de dezembro.

Diz a liminar: "Inicialmente, afastado a tese de prescrição do direito de requerer a devolução do prazo de exploração da atividade portuária (...) porquanto a lesão ao direito subjetivo só nasce ao término do contrato de concessão".

O atual prefeito de Imbituba, Beto Martins, já assinou uma correspondência junto com o prefeito eleito Jaison Cardoso de Souza, solicitando a participação do município de Imbituba no processo decisório do Porto, já que o terminal é responsável por 70% da movimentação econômica da cidade.

O Porto de Imbituba é o coração do município. Nós queremos o que for melhor para ele. E a CDI tem feito investimentos e sempre respeitou a participação do município. Acho que o melhor para Imbituba é uma decisão definitiva e de longo prazo para não atrapalhar o andamento dos negócios portuários — disse Beto Martins.

Inclusive no dia 05 de dezembro este Deputado Federal protocolou o Requerimento de Informação nº 2707/2012 para que a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) informe a respeito do fim da concessão do Porto de Imbituba, bem como sobre tudo que envolve este caso.

Pedi informações sobre o fim da concessão do Porto de Imbituba, a fim de que possamos subsidiar ações que visem à garantia da continuidade das atividades



---

do Porto Público mais importante para o Sul do País e para o Brasil, dentre outras informações que julgarem necessárias, requeiro o seguinte:

1- Como temos conhecimento, via jornais, de que o Governo Federal assinou contrato de DELEGAÇÃO COM ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SC-PARCERIA, por um período de 02 (dois) anos, requeiro cópia dos instrumentos legais, bem como cópia de todas as bases legais que possibilitou o presente contrato;

2- Ao que nos parece, a absorção dos trabalhadores do Porto de Imbituba deveria ser realizada pela União, por sucessão, haja vista, que todas as atividades portuárias irão continuar e que em se tratando de trabalhadores que conhecem todas as rotinas do porto, vejo de forma natural que isto aconteça. Ante esta breve opinião, requeiro informações sobre quais motivos o Governo Federal não encaminhou esta solução, para que a partir disto dar o encaminhamento ao estado de Santa Catarina, em se tratando o Governo Federal o responsável primeiro pelo porto;

3- Informar o estágio atual dos entendimentos entre as partes envolvidas na transição (União, Estado de Santa Catarina e Companhia Docas de Imbituba) quanto aos direitos dos trabalhadores ativos e aposentados, a fim de que a situação não tenha que ser resolvida pelo Judiciário;

4- Qual o estágio dos entendimentos entre a União e a CDI quanto às tomadas de contas e caracterização dos créditos reivindicados pela CDI;

5- Entre outras informações que esta Secretaria julgar necessárias, lembrando que o processo já se encontra em andamento e com alguns questionamentos jurídicos.



É nítida a insegurança social e jurídica ocasionada pela falta de planejamento de todas as partes envolvidas. Não sendo para menos a preocupação de toda família portuária, incluindo os empresários que cobra a melhor solução para todos os envolvidos. Logo, requeiro com a urgência que o assunto exige todas as informações constantes deste requerimento.

Encerro lamentando a falta de diálogo dos Governos Estadual e Federal sobre o assunto enunciado, com os trabalhadores os quais muitos têm mais de 20 anos de serviços prestados, alguns chegando a 40 anos de trabalho; com os empresários, investidores, entre outros, além do Congresso Nacional, através de sua representatividade.

Voltaremos a falar deste assunto oportunamente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Zé Geraldo, PT do Pará. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, parabenizo o Governo Federal e o Ministério da Pesca pelo lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura que prevê 4 bilhões e 100 milhões para o financiamento do setor. O plano deve beneficiar mais de 300 mil famílias e tem como objetivo retirar cem mil famílias da extrema pobreza.

Todos sabem que antes do Governo Lula não existia o Ministério da Pesca, não existia um debate, uma proposição para o desenvolvimento da pesca no Brasil. Hoje, temos esse plano. Mas comemoro também a decisão do IBAMA de, por meio



de uma normativa que se discute há mais de 6 anos, permitir a criação do peixe tambaqui no Rio Tocantins, principalmente no lago de Tucuruí.

Comemoro, mas ressalto aquilo que sempre tenho dito nesta tribuna e nos debates sobre o desenvolvimento econômico na Amazônia. Demorar 6 anos para conseguir uma normativa para criar peixe tambaqui em cativeiro no Rio Tocantins é uma demora muito grande. Muito grande. É assim que acontece: 4 anos para licenciar uma rodovia, 3 anos para licenciar um terreno para construir uma agência do INSS. O tempo vai passando e o dinheiro está nos cofres públicos, no PAC.

Tenho sofrido muito como Parlamentar daquela região e do Estado do Pará. Há 5 anos discute-se a mesma coisa: o asfaltamento de um trecho da Rodovia Transamazônica.

Recentemente, vi um relatório que alguém da FUNAI assina: *precisamos mudar o traçado da rodovia 30 quilômetros*, que passa na beira de uma aldeia para podermos construir a rodovia.

Comemorar essa normativa, com certeza, vai desenvolver a pesca naquela região. Precisamos ser mais rápidos, no sentido dos licenciamentos quando se trata dos desenvolvimentos das obras da região amazônica.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tivemos ontem uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a participação do Deputado Eduardo Sciarra, discutindo o problema da triticultura. Estiveram presentes também representantes da OCEPAR, João Paulo Koslovski, representando as cooperativas e os produtores paranaenses, da mesma forma Rui Polidoro e as cooperativas gaúchas, assim como o Bogo, representante das cerealistas do Rio Grande do Sul,



---

a ABITRIGO, Embaixador Sérgio Amaral, junto com representantes do Ministério da Agricultura e o próprio Ministério das Relações Exteriores.

Essas assimetrias, essas diferenças, a ausência de uma política que possa dar proteção ao produtor brasileiro, sofremos da mesma forma com o arroz. Essa concorrência desleal hoje existente com o Uruguai, com a Argentina, da mesma forma com os ovinos. O pessoal hoje tem batido muito em cima da ovinocultura. Os produtores do Rio Grande do Sul hoje, de todas as regiões do Estado, de Santiago, têm reclamado, basicamente da concorrência desleal que sofrem hoje com relação ao Uruguai e à Argentina.

Debatemos muito essa questão. Já estamos cobrando do Brasil. O próprio Ministério da Fazenda já contratou um estudo, através da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, para ver as assimetrias e a concorrência desleal, onde os custos na Argentina, no Uruguai, ou mesmo no Paraguai com produtos brasileiros ... Atentem bem: máquinas produzidas no Brasil. Por exemplo, nós temos hoje os custos nesses países vizinhos menores no trigo, no arroz, do que propriamente nos Estados do Sul — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná —, que são os Estados que mais sofrem com essa concorrência desleal que existe hoje com relação aos argentinos, aos uruguaios e, hoje, mais recentemente, os próprios paraguaios.

Por isso, a cobrança, e nós vamos trabalhar efetivamente nesta questão de nós corrigirmos essas assimetrias e fazermos com que os produtores brasileiros, principalmente os dos três Estados do Sul, não tenham os aspectos dos resultados dessa concorrência com relação aos argentinos, porque as máquinas, trator, colheitadeira, plantadeira, fabricadas no Rio Grande do Sul, são vendidas mais



baratos no Uruguai, na Argentina para um produtor que recebe o arroz, o trigo, o cordeiro, a cebola, o alho que vêm dos países vizinhos.

Portanto, é importante continuarmos cobrando essa decisão. E quem tem de fazer isso é o Governo. Não é por falta de competência dos nossos produtores, mas sim por falta de uma política que possa dar a proteção aos produtores gaúchos, catarinenses, paranaenses e até sul-mato-grossenses, que também têm uma atividade semelhante aos uruguaios, argentinos e paraguaios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra, impreterivelmente por 3 minutos, ao ilustre Deputado Domingos Dutra, do PT, Maranhão.

**O SR. DOMINGOS DUTRA** (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou cumprir rigorosamente o tempo determinado por V.Exa.

Eu quero, primeiramente, registrar que se encontra aqui no nosso plenário o companheiro Bira do Pindaré, Deputado Estadual pelo PT do Maranhão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia. Ele já está aqui para participar da solenidade que começará daqui a pouco, de devolução dos mandatos de todos os Deputados e de todas as Deputadas que foram vítimas da ditadura militar. Portanto, bem-vindo, companheiro Bira do Pindaré.

Segundo: quero registrar aqui hoje que o Município de Buriti de Inácia Vaz, onde eu nasci, lá no quilombo chamado Saco das Almas, completa 74 anos. Eu quero aqui parabenizar todos os buritienses, desejar que o próximo Prefeito trate o Município com decência, que limpe o Município do CAUC, para que ele possa receber emendas.



Eu estou aqui impedido de destinar emendas para o meu Município, porque o Prefeito está sempre inadimplente. Eu coloquei recursos lá para onde eu nasci, Deputadas Gorete, Janete e Rosane. Lá onde eu nasci, a 2 anos atrás, tivemos direito de ter um bico de luz. Lá onde eu nasci, a 2 anos atrás nós viemos a ter direito a um poço, porque tirávamos água é de cacimba, é de poço chamada boca aberta. E eu coloquei recursos para o Município, porque, infelizmente ora o Município está inadimplente, ora as exigências do Governo Federal são tamanhas, que os Municípios pequenos não têm condições de ter técnicos para atender as exigências burocráticas do Governo.

Eu já disse aqui que é hora do Governo simplificar. Municípios pequenos têm que começar a obra com dinheiro próprio. A Caixa Econômica não tem técnico, demora uma infinidade para fazer a medição, para chegar no CRI. Ou seja, o Prefeito não faz a obra.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero parabenizar minha cidade e quero contribuir. Quando eu chego lá, montado nas costas de um cavalo, as pessoas não entendem que há um Deputado Federal que nasceu ali e as pessoas estão morando em casa de palha, tomando água de cacimba, andando a pé, porque, infelizmente, não têm recurso.

Portanto, quero agradecer. Eu queria falar muito sobre a reforma política, mas, para atender o apelo de V.Exa., que é o Deputado que mais gosta de ver Parlamentar falando nesta tribuna, eu vou cumprir rigorosamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Neste momento, suspendo a sessão para que sejam iniciadas as cerimônias de homenagem e devolução





simbólica dos mandatos dos Deputados Federais cassados por atos de exceção entre 1964 e 1977.

Então, está suspensa a sessão. A cerimônia deve iniciar às 16 horas.

Portanto, ficam esses 15 minutos para os preparativos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Passa-se à

#### **IV - HOMENAGEM**

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Uma boa tarde a todos e a todas, nossos Deputados e Deputadas homenageados no dia de hoje, familiares, amigos, funcionários, servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal da cidade de Brasília.

Nós havíamos, primeiramente, marcado para as 15 horas a realização desta sessão solene, mas, como todos são sabedores, na noite de ontem, houve o falecimento do querido Oscar Niemeyer, ícone da arquitetura brasileira, que podemos chamar de “o pai de Brasília”.

Tivemos agora, há poucos minutos, a satisfação, a honra de receber o seu corpo, vindo do Rio de Janeiro, para que seja homenageado aqui em Brasília, no Palácio do Planalto, uma das suas obras.

Por isso, eu quero aproveitar aqui a oportunidade, antes de iniciar esta sessão solene, para pedir a todos que, de pé, nós façamos 1 minuto de silêncio em homenagem a este ícone do nosso País. *(Pausa.) (Palmas.)*

Muito obrigado.

Esta é uma solenidade de homenagem e de devolução simbólica dos mandatos dos Deputados Federais cassados por atos de exceção entre 1964 e 1977, requerida pelos nobres Deputados Eduardo Gomes e Luiza Erundina.



Convido para compor a Mesa, em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputado Domingos Dutra. *(Palmas.)*

Convido também a Sra. Coordenadora da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados, Deputada Luiza Erundina. *(Palmas.)*

Convido também a Sra. Deputada Lígia Moelmann Doutel de Andrade. *(Palmas.)*

Convido também a Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Lemos Fonteles. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Dando continuidade, convido todos a ouvirem de pé o Hino Nacional, que será executado pela Banda do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sob a regência do Primeiro-Tenente Jaílson Félix. *(É executado o Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Assistiremos neste momento a um vídeo institucional.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Eu queria também informar a presença, na mesa, do Deputado Inocêncio Oliveira, que é membro da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Sras. e Srs. Deputados, os colegas cassados durante o regime militar foram vítimas de ato sumamente injusto. Falta-lhes a legitimidade democrática que o voto popular, e só ele, pode conceder à ação dos governantes.



---

O Governo militar instaurado em 1964 interferiu nesse Poder Legislativo, fechando-o em 3 ocasiões, além de ter cassado dezenas de mandatos populares dentre uma infinidade de outros atos que envergonharam e traumatizaram o País.

Sabemos que não é possível restaurar os mandatos subtraídos. Contudo, podemos, ainda que simbolicamente, tentar apagar a nódoa causada por tais atos autoritários e que muito nos envergonham. Esse é o sentido da presente sessão.

Ao homenagearmos os Deputados Federais cassados, homenageamos também aquele breve período democrático havido entre 1945 e 1964, quando o Brasil, otimista, construiu uma nova Capital e surpreendia o mundo com seu cinema, sua música e outras singularidades culturais, que pareciam destinar-lhe lugar de destaque nas décadas por vir.

O País da Esperança, contudo, deu lugar à decepção e ao medo. Ainda hoje, décadas depois, tentamos recuperar o tempo perdido pelo Estado e pela sociedade brasileira durante os anos de autoritarismo.

Para superarmos esse trauma, muita coisa ainda precisa ser lembrada, Senhoras e Senhores. Esta Câmara Federal, assim como as Câmaras estaduais e municipais, certamente tem em seus arquivos, e em seus ex-integrantes, poderosos elementos para a compreensão daquele período trágico de nossa História. Já foi dito que desconhecer a História é correr o risco de repeti-la.

Nos últimos vinte e poucos anos, vivemos o mais frutífero período democrático já experimentado pelo Brasil. É hora de, pelo menos simbolicamente, devolvermos o mandato dos Deputados Federais perseguidos pela ditadura. Eles foram calados não por meio do debate, mas por ideias que dispensaram a discussão e o voto, que se impuseram pela força.



Após mais de vinte anos de resistência, a sociedade brasileira felizmente retomou o caminho democrático. Por evidente, há muito mais a reparar quanto aos equívocos cometidos nos chamados “anos de chumbo”. Esta sessão solene constitui importante etapa desse projeto.

Muito obrigado e agradeço a presença de todos vocês. *(Palmas.)*

Podem observar que já consta, no painel de votação da Câmara dos Deputados, o nome de todos os Parlamentares que estão sendo hoje aqui homenageados. *(Palmas.)*

Passo agora a proferir a leitura do nome de cada um deles. Peço para batermos palmas ao final, porque são muitos, embora valha à pena a cada um deles.

Alencar Furtado, do MDB do Paraná; Almino Affonso, do PTB do Amazonas; Almir Turisco de Araújo, do MDB de Goiânia; Antonio Carlos Pereira Pinto, do MDB do Rio de Janeiro; Antônio Francisco de Almeida Magalhães, do MDB de Goiânia; Camilo Silva Montenegro Duarte, da Arena do Pará; David José Lerer, do MDB de São Paulo; Gastone Righi Cuoghi, do MDB de São Paulo; João Machado Rollemberg Mendonça, da Arena de Sergipe; José Bernardo Cabral, do MDB do Amazonas; Júlia Steinbruch, do MDB do Rio de Janeiro; Léo de Almeida Neves, do MDB do Paraná; Lígia Moelmann Doutel de Andrade, do MDB de Santa Catarina; Lurtz Sabiá, do MDB de São Paulo; Marco Antonio Tavares Coelho, do PST da Guanabara — na época ainda havia o Estado da Guanabara, para os senhores verem que não é da minha época —; Marcos Kertzmann, da Arena de São Paulo; Marcos Tito, do MDB de Minas Gerais; Maria Lúcia de Mello Araújo, do MDB do Acre; Maurílio Figueira Ferreira Lima, do MDB de Pernambuco; Milton Vita Reis, do



MDB de Minas Gerais; Ney de Albuquerque Maranhão, da Arena de Pernambuco; Ney Lopes, da Arena do Rio Grande do Norte; Ney Ortiz Borges, do PTB do Rio Grande do Sul; Paulo de Tarso Santos, do PDC de São Paulo; Plínio Soares de Arruda Sampaio, do PDC de São Paulo; Ramon de Oliveira Netto, do PTB do Espírito Santo; Sadi Coube Bogado, do MDB do Rio de Janeiro; Wilson Barbosa Martins, do MDB de Mato Grosso. Todos eles ainda vivos. Portanto, uma salva de palmas a todos eles, que aqui estão, na sua grande maioria. (*Palmas.*)

*In memoriam:* Abelardo de Araújo Jurema, do PSD da Paraíba; Abrahão Fidelis de Moura, do PSP de Alagoas; Adahil Barreto Cavalcanti, do PTB do Ceará; Adão Manoel Pereira Nunes, do PSP do Rio de Janeiro; Alberto Guerreiro Ramos, da coligação PTB-PSB da Guanabara; Aldemar Carvalho, do MDB de Pernambuco; Aloysio Nonô, da Arena de Alagoas; Aluizio Alves, da Arena do Rio Grande do Norte; Amaury Muller, do MDB do Rio Grande do Sul; Américo Silva, do PTB do Pará; Anacleto Campanella, do MDB de São Paulo; Andrade Lima Filho, do MDB de Pernambuco; Antonio Adib Chamas, do PSP de São Paulo; Antonio Garcia Filho, do PTB da Guanabara; Armando Temperani Pereira, do PTB do Rio Grande do Sul; Armindo Marcílio Doutel de Andrade, do PTB de Santa Catarina; Arnaldo Cerdeira, da Arena de São Paulo; Arthur Lima Cavalcanti, do PTB de Pernambuco; Atlas Catanhede, da Arena de Roraima; Benedito Cerqueira, do PTB da Guanabara; Bezerra Leite, da Arena de Pernambuco; Breno da Silveira, do MDB da Guanabara; Celestino Filho, do MDB de Goiás; Celso Amaral, da Arena de São Paulo; Celso Passos, do MDB de Minas Gerais; Cesar Prieto, do PTB do Rio Grande do Sul; Chagas Rodrigues, do MDB do Piauí; Chico Pinto, do MDB da Bahia; Cid Rojas



Américo de Carvalho, do MDB do Maranhão; Clay Hardmann de Araújo, PTB-RS;  
Clodomir Leite, MDB-PE; Clovis Ferro Costa, UDN-PA; Cunha Bueno, ARENA-SP.

Uma salva de palmas para esses homenageados. (*Palmas.*)

Continuando: Demistóclides Batista, Coligação MTR-PSB-PST-RJ; Doin  
Vieira, MDB-SC; Dorival de Abreu, MDB-SP; Edésio Nunes, MDB-RJ; Eloy Ângelo  
Coutinho Dutra, Coligação PTB-PSB-GB; Emerenciano de Barros, MDB-SP;  
Epaminondas dos Santos, PTB-GB; Erivan França, ARENA-RN; Ewaldo Pinto, MDB-  
SP; Expedito Machado da Ponte, PSD-CE; Feliciano de Figueiredo, MDB-MT; Felix  
Valois de Araujo, PTB-RR; Fernando de Santanna, PCB-BA; Flores Soares, ARENA-  
RS; Floriano Maia D'avila, PTB-RS; Floriceno Paixão, MDB-RS; Francisco Julião  
Arruda de Paula, PSB-PE; Gastão Pedreira, MDB-BA; Getúlio Moura, MDB-RJ;  
Gilberto Azevedo, ARENA-PA; Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, PTB-RR;  
Glenio Martins, MDB-RJ; Hary Normanton, ARENA-SP; Hélio Gueiros, MDB-PA;  
Hélio Navarro, MDB-SP; Hélio Vítor Ramos, PSD-BA; Henrique Cordeiro Oest, PSP-  
AL; Henrique Henkin, MDB-RS; Hermano Alves, MDB-GB; Humberto El-Jaick, PTB-  
RJ; Israel Dias Novaes, ARENA-SP; Ivete Vargas, MDB-SP; Jaime Câmara,  
ARENA--GO; Jamil Amiden, MDB-GB; João Dória, PDC-BA; João Herculino, MDB-  
MG; João Simões, PSD-CE; Jorge Cury, MDB-RJ; José Antonio Rogê Ferreira, PTB-  
SP; José Aparecido de Oliveira, UDN-MG; José Carlos Guerra, ARENA-PE; José  
Colagrossi, MDB-GB; José Guimarães Neiva Moreira, PSP-MA; Jose Joao Abdalla,  
PSD-SP; José João Abdalla, do PSD de São Paulo; José Lamartine Távora, do PTB  
de Pernambuco; José Maria Magalhães, do MDB de Minas Gerais; José Maria  
Ribeiro, do MDB do Rio de Janeiro; José Palhano de Sabóia, do PTB do Ceará;



---

José Pedroso, do PDS do Rio de Janeiro. Uma salva de palmas, também, agora, para esses colegas Deputados que hoje são homenageados. (*Palmas prolongadas.*)

E, por fim, Leonel de Moura Brizola, do PTB da Guanabara (*palmas*); Luiz Fernando Bocayuva Cunha, do PTB do Rio de Janeiro; Luiz Gonzaga de Paiva Muniz, do PTB do Rio de Janeiro; Luiz Portela, do PTB de Pernambuco; Lysâneas Maciel, do MDB da Guanabara (*palmas*); Marcelo Gato, do MDB de São Paulo; Marcial do Lago, da ARENA de Goiás; Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara (*palmas*); Mariano Beck, do MDB do Rio Grande do Sul (*palmas*); Mário Covas, do MDB de São Paulo (*palmas*); Mário Gurgel, do MDB do Espírito Santo; Mário Maia, do MDB do Acre; Mário Piva, do MDB da Bahia; Mário Soares Lima, do PSB da Bahia; Martins Rodrigues, do MDB do Ceará (*palmas*); Matheus Schmidt, do MDB do Rio Grande do Sul (*palmas*); Mata Machado, do MDB de Minas Gerais; Max da Costa Santos, do PSB da Guanabara; Milton Garcia Dutra, do PTB, do Rio Grande do Sul; Moury Fernandes, da ARENA de Pernambuco; Moysés Lupion, do PSD do Paraná (*palmas*); Moysés Pimentel, do PTB do Ceará; Múcio Ataíde, da Coligação PTB-PST-PL de Minas Gerais; Murilo Barros Costa Rego, do PTB de Pernambuco; Nadyr Rossetti, do MDB do Rio Grande do Sul; Nýsia Carone, do MDB de Minas Gerais; Océlio de Medeiros, do PSD do Pará; Oliveira Brito, da ARENA da Bahia; Oséas Cardoso, da ARENA de Alagoas; Osmar Cunha, da ARENA de Santa Catarina; Osmar de Aquino, do MDB da Paraíba; Osmar Dutra, da ARENA de Santa Catarina; Oswaldo Lima Filho, do MDB de Pernambuco; Otávio Rodrigues Maria, do PR de São Paulo; Padre Godinho, do MDB de São Paulo; Padre Veira, do MDB do Ceará; Paulo Campos, do MDB de Goiás; Paulo Freire, da ARENA de Minas Gerais; Paulo Jorge Mansur, do PTB de São Paulo (*palmas*); Paulo Macarini, do MDB de



---

Santa Catarina; Paulo Mincarone, do PTB do Rio Grande do Sul; Pedro Gondim, da ARENA da Paraíba (*palmas*). Vamos aplaudir estes. (*Palmas prolongadas.*)

E agora, sim, então, por fim, Raul Brunini, do MDB da Guanabara; Renato Archer, do MDB do Maranhão; Renato Celidônio, do MDB do Paraná; Renato Climaco Borralho de Medeiros, do PST de Rondônia; Roberto Cardoso Alves, da ARENA de São Paulo; Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier, do PTB da Guanabara; Rubens Paiva, do PTB de São Paulo; Sebastião Paes de Almeida, do PSD de Minas Gerais; Sérgio Nunes Magalhães Júnior, do PTB da Guanabara; Sylvio Leopoldo de Macambira Braga, do PSP do Pará; Simão da Cunha, do MDB de Minas Gerais; Souto Maior, da ARENA de Pernambuco; Tenório Cavalcanti de Albuquerque, da UDN do Rio de Janeiro; Unírio Machado, do MDB do Rio Grande do Sul; Vital do Rego, da ARENA da Paraíba; Waldemar Luiz Alves, do PST de Pernambuco; Waldyr Simões, do MDB da Guanabara; William Salem, do PTB de São Paulo; Wilson Fadul, do PTB do Mato Grosso; Yukischigue Tamura, da ARENA de São Paulo; e Zaire Nunes, do MDB do Rio Grande do Sul.

Eu peço que façamos agora uma grande salva de palmas, de pé, a todos esses que hoje aqui estão sendo homenageados. (*Palmas prolongadas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Antes de nós abrirmos a palavra aos oradores, nós vamos, neste momento, iniciar o ato solene de devolução simbólica do mandato parlamentar aos Deputados presentes. Solicito que todos os Deputado ora aqui empossados fiquem de pé, para que o compromisso solene seja prestado.

Quando eu encerrar aqui a fala, eu gostaria que todos pudessem falar: “*Assim o prometo.*”





(Os ex-Deputados homenageados ficam de pé e prestam o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Declaro os mandatos parlamentares simbolicamente devolvidos. (*Palmas prolongadas.*)

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Convido, agora, a Sra. Deputada Lígia Moelmann Doutel de Andrade. Quero passar às suas mãos o seu diploma e a de seu esposo, que também foi cassado, e, ao mesmo tempo, um DVD com os discursos que foram proferidos por V.Exa. neste plenário. (*Palmas.*)

Quero, de forma simbólica, colocar em V.Exa. um *pin*, que a identifica como Deputada desta Casa. (*Palmas.*)

Vamos, agora, ouvir os oradores responsáveis pela organização desta cerimônia, autores dos requerimentos para a realização desta cerimônia. Logo depois, teremos o momento da entrega dos *pins* e dos diplomas a todos os homenageados, aqui, presentes. Em seguida, teremos a fala dos representantes dos partidos políticos da Casa, que estão inscritos para fazerem suas orações.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra, primeiramente, à Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento para fazer uso da palavra. (*Palmas.*)

Antes disso, Deputada Luiza Erundina, como é praxe nesta Casa nas sessões solenes, vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Inocêncio Oliveira.



Logo depois convido V.Exa., autora, para tomar posse como Presidente desta sessão para fazer, aí, sim, a distribuição do restante dos diplomas.

Parabéns a V.Exa, Deputada, pela iniciativa de organizar e fazer esse requerimento juntamente com o Deputado Eduardo Gomes para prestar esta legítima homenagem a esses homens e mulheres que muito orgulham o nosso Brasil, a nossa história, o nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

*O Sr. Marco Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado, mas é proibido falar fora do microfone. Gostaria de dizer a V.Exa. que é proibido falar fora do microfone.

Obrigado.

Quero prestar homenagem também ao ilustre Deputado Bernardo Cabral, que foi Relator da Constituinte *(Palmas.)*; saúdo a Ministra dos Direitos Humanos, nossa querida colega Maria do Rosário *(Palmas.)*; o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Deputado Domingos Dutra *(Palmas.)*; a ilustre Parlamentar Lígia Doutel de Andrade ao tempo em que homenageamos seu esposo, o eterno Deputado Doutel de Andrade.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - É com muita satisfação que passo a palavra a uma das referências nesta Casa de seriedade, de trabalho, de



---

honestidade, e uma das autoras do requerimento, a ilustre Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo. (*palmas*)

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado Inocêncio Oliveira, Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Domingos Dutra; Sra. Lígia Doutel de Andrade, representando aqui os homenageados — mulheres e homens, brasileiras e brasileiros cassados pelo regime militar —; Sra. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, agradecemos a presença de V.Exa. neste ato; Coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Dr. Cláudio Lemos Fonteles; senhoras e senhores homenageados; familiares dos que estão presentes e dos que já partiram, mas que deixaram um legado de honradez e de compromisso com a democracia; senhoras e senhores convidados a este importante ato promovido pela Câmara dos Deputados; minhas colegas e meus colegas Deputadas e Deputados Federais da atual legislatura.

Quis Deus que Oscar Niemeyer partisse justamente nesta data, em que a Câmara dos Deputados, que o declarou, através da Lei nº 11.117, de 2005, patrono da arquitetura brasileira, realiza esta sessão solene em homenagem aos Deputados Federais cassados pela ditadura militar.

Estendemos, pois, em nome do povo brasileiro, nossas homenagens a esse grande e imortal cidadão brasileiro e, porque não dizer, cidadão do mundo, ele que também foi vítima da ditadura militar. Ele se perpetuará não só na sua obra monumental de arte, mas também na utopia socialista que transformou no sonho que alimentou sua longa e profícua existência. Ele sonhava com um mundo de liberdade, igualdade e justiça para todos.



---

Obrigada, Oscar Niemeyer, pelo homem e pelo socialista que você foi e que continuará sendo para todos nós. (*Palmas.*)

É com grande honra e profunda emoção que, em nome do povo brasileiro que temos o privilégio e a responsabilidade de representar nesta Casa, recebemos os senhores e senhoras para, simbolicamente, devolver-lhes os mandatos de Deputados Federais, conquistados em eleições livres e democráticas, e cassados pela ditadura civil-militar de 1964. Com esse gesto, a Câmara dos Deputados restabelece, também simbolicamente, a soberania do voto popular, usurpada pelo regime de força que perdurou por longos e penosos 20 no País. Esta é uma iniciativa da Comissão Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, com a aprovação da Presidência da Casa.

Após esta solenidade, dar-se-á o lançamento do livro “Parlamento Mutilado: Deputados Federais cassados pela ditadura de 1964”, de autoria dos consultores legislativos Marcio Nuno Rabat e Débora Bithiah de Azevedo, e trata dos atos de exceção, baixados pelos Governos militares, que determinaram a cassação de 173 mandatos de deputados federais, abrangendo um período correspondente a quatro legislaturas que vão de 1963 a 1979.

Resgata a memória dos que resistiram com destemor a repressão política do regime e tiveram a coragem de dizer “não” ao arbítrio e ao cerceamento das liberdades democráticas.

Logo após esta sessão, uma exposição de imagens, retratando as arbitrariedades do regime militar contra o Congresso Nacional, será aberta, da qual consta um painel de autoria do reconhecido artista Elias Andreato, intitulado *A verdade ainda que tardia*, que mostra cenas dramáticas sobre as atrocidades



---

cometidas por agentes do Estado contra opositores do regime em bárbaras sessões de tortura. O autor está doando a obra ao acervo da Câmara, associando-se desta forma às homenagens que ora são prestadas aos Parlamentares cassados.

A Elifas Andreato, que está aqui presente (*palmas*), nossa gratidão por colocar sua arte a serviço do resgate da memória e da verdade sobre aquele inominável período da história do Brasil. Nosso agradecimento também ao Presidente do SINDILEGIS, Sr. Nilton Paixão, cujo apoio foi fundamental para viabilizar a elaboração da obra desse artista, que hoje será apresentada aos senhores e às senhoras presentes a este ato.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, caríssimos homenageados, demais membros da Mesa, colegas, companheiros, companheiras, convidados a esta sessão, o Legislativo, um dos Poderes do Estado brasileiro, também foi vítima do regime militar que usurpou suas prerrogativas constitucionais e determinou, por meio de sucessivos Atos Institucionais, o fechamento do Congresso Nacional por três vezes. Por força desses Atos, quase duas centenas de mandatos de Deputados foram cassados, com o propósito de calar a voz dos que resistiam ao arbítrio e clamavam por justiça, liberdade e respeito aos direitos humanos.

O Deputado Rubens Paiva, símbolo de resistência e de fidelidade absoluta à democracia, e mais de uma centena de outros brasileiros e brasileiras, continuam até hoje desaparecidos. Servidores da Câmara e do Senado, por participarem da luta de resistência à ditadura, também foram perseguidos, exonerados e presos. A todos esses bravos cidadãos e cidadãs brasileiros nossas justas e merecidas homenagens e eterna gratidão do povo brasileiro. (*Palmas.*)



---

Fica demonstrado, portanto, que o poder ditatorial dos generais militares que governaram o País com mão de ferro por mais de duas intermináveis décadas, recaiu com força sobre as instituições democráticas, sendo o Congresso Nacional a mais fortemente atingida, especialmente a Câmara dos Deputados, e não por acaso, mas por ser a instituição do Poder Legislativo que representa o povo brasileiro.

A cassação dos mandatos significou não só uma punição exemplar aos “rebeldes” que se insurgiram contra a repressão do regime militar, mas, foi também, uma violação à soberania do voto popular que aqui precisa ser, simbolicamente, resgatada. Assim, esta devolução simbólica dos mandatos aos cassados, pelos atuais representantes do povo nesta Casa, representa um gesto de elevado simbolismo político com importante dimensão pedagógica e forte apelo à consciência política dos cidadãos e cidadãs brasileiros, em especial os jovens, além de ser um ato de justiça e de reparação pública aos que pagaram um alto preço pela sua fidelidade à democracia.

Instituída no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, integrada por Deputadas e Deputados de vários partidos, com a finalidade de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, acaba de firmar um convênio com a referida Comissão, representada neste ato pelo digníssimo Dr. Claudio Fonteles — Presidente da Comissão Nacional da Verdade —, no sentido de estreitar os laços de cooperação e de apoio mútuo entre os dois órgãos, com vistas ao cumprimento de sua elevada missão de resgatar a memória sobre um período da história brasileira que esconde, sob um véu de impunidade, uma verdade tenebrosa que precisa ser



---

revelada, para que se criem as condições necessárias à realização da justiça de transição. (*Palmas.*)

Queremos mais do que reconciliação nacional, queremos justiça para todos que pagaram muito caro por essa incipiente liberdade, essa democracia, ainda em construção em nosso País. (*Palmas.*)

Nesse sentido, é absolutamente indispensável e premente a revisão da Lei da Anistia, sem o que não se fará justiça aos que pagaram, com exílio, tortura, desaparecimentos forçados e morte, o fim da ditadura e a volta da democracia, que ainda está inacabada. Enquanto não se revelar toda a verdade sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos pelo regime militar, não se punir os responsáveis por eles e não se fizer justiça a suas vítimas, o processo de redemocratização do País permanecerá inconcluso. (*Palmas.*)

Para tanto, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores homenageados, senhoras e senhores convidados e familiares dos que hoje estão sendo homenageados nesta sessão solene, esta Casa deve aprovar o Projeto de Lei nº 573, de 2011, que dá interpretação autêntica à Lei da Anistia (*palmas*) e que aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O referido projeto de lei altera o art. 1º para isentar os benefícios da Lei da Anistia. O Brasil é um dos poucos países do mundo, se não o único, em que a Lei da Anistia beneficia torturados e torturadores, criminosos e vítimas de um regime de arbítrio, como foi a ditadura militar no Brasil. Isso precisa acabar. Para acabar, precisa mudar a Lei de Anistia em nosso País. (*Palmas.*)

Esta sessão solene em homenagem aos Deputados cassados e às Deputadas cassadas é uma iniciativa que marca a participação da Câmara dos



Deputados, que o Governo, por meio da Comissão Nacional da Verdade, e a sociedade brasileira desenvolvem para o resgate da memória e busca da verdade sobre um capítulo da nossa história que precisa ser passado a limpo, como condição para que a democracia no Brasil se consolide.

A preparação deste importante evento contou com o trabalho competente e dedicado de vários servidores desta Casa, aos quais queremos expressar neste momento nosso mais profundo agradecimento. Sem o concurso deles, certamente esta sessão não teria o brilho que está tendo nesta tarde. *(Palmas.)*

Recebam, pois, Sras. e Srs. Deputados, por meio dos atuais representantes do povo nesta Casa, a devolução dos seus mandatos, violentamente usurpados por um regime de força que deixou marcas indeléveis na alma, na mente e no coração dos brasileiros.

Não poderia concluir sem antes estender as homenagens aos seus familiares, também atingidos pela dor e sofrimento causados pelo regime ditatorial, que violou a dignidade e os direitos humanos desses e de muitos outros cidadãos e cidadãs brasileiros. Agradecemos a presença de todos e o apoio a nossa luta pelo resgate da memória e da verdade histórica e por justiça às vítimas do arbítrio e de graves violações aos direitos humanos cometidos no passado e, lamentavelmente, também nos dias de hoje.

Muito obrigada. Um abraço a todos. As nossas homenagens.

*(Palmas.)*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quis Deus que Oscar Niemeyer partisse





justamente nesta data em que a Câmara dos Deputados que o declarou, através da lei 11.117/2005, Patrono da Arquitetura Brasileira, realiza esta Sessão Solene em homenagem aos Deputados Federais cassados pela ditadura militar. Estendemos, pois, em nome do povo brasileiro, nossas homenagens a esse grande e imortal cidadão brasileiro e por que não dizer cidadão do mundo? Ele que também foi vítima da ditadura militar. Ele se perpetuará, não só na sua monumental obra de arte, mas também na utopia socialista que transformou no sonho que alimentou sua longa e profícua existência; ele sonhava com um mundo de liberdade, igualdade e justiça para todos. Obrigada, Niemeyer, pelo homem e pelo socialista que você foi e que continuará sendo para todos nós.

É com grande honra e profunda emoção que, em nome do povo brasileiro que temos o privilégio e a responsabilidade de representar nesta Casa, recebemos os senhores e senhoras para, simbolicamente, devolver-lhes os mandatos de deputados federais, conquistados em eleições livres e democráticas, e cassados pela ditadura civil-militar de 1964. Com esse gesto, a Câmara dos Deputados restabelece, também simbolicamente, a soberania do voto popular, usurpada pelo regime de força que perdurou por longos e penosos vinte anos no país. Esta é uma iniciativa da Comissão Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, com a aprovação da Presidência da Casa.

Após esta solenidade, dar-se-á o lançamento do livro “Parlamento Mutilado”:

Deputados Federais cassados pela ditadura de 1964, de autoria dos consultores legislativos Marcio Nuno Rabat e Débora Bithiah de Azevedo, e trata dos atos de exceção, baixados pelos governos militares, que determinaram a cassação de 173 mandatos de deputados federais, abrangendo um período correspondente a



---

quatro legislaturas que vão de 1963 a 1979. Resgata a memória dos que resistiram com destemor a repressão política do regime e tiveram a coragem de dizer “não” ao arbítrio e ao cerceamento das liberdades democráticas.

Logo após esta Sessão, uma Exposição de imagens, retratando as arbitrariedades do regime militar contra o Congresso Nacional, será aberta e da qual consta um painel de autoria do reconhecido artista Elias Andreato, intitulado “A verdade ainda que tardia”, e que mostra cenas dramáticas sobre as atrocidades cometidas por agentes do Estado contra opositores do regime em bárbaras sessões de tortura. O autor está doando a obra ao acervo da Câmara, associando-se desta forma às homenagens que ora são prestadas aos parlamentares cassados. A Elifas que está aqui presente nossa gratidão por colocar sua arte a serviço do resgate da memória e da verdade sobre aquele inominável período da história do Brasil. Nosso agradecimento também ao Presidente do Sindilegis, Sr. Nilton Paixão, cujo apoio viabilizou a elaboração da obra desse artista.

Senhor Presidente; Colegas Parlamentares; Caríssimos Homenageados:

O Legislativo, um dos Poderes do Estado brasileiro, também foi vítima do regime militar que usurpou suas prerrogativas constitucionais e determinou, por meio de sucessivos Atos Institucionais, o fechamento do Congresso Nacional por três vezes. Por força desses Atos, quase duas centenas de mandatos de deputados foram cassados, com o propósito de calar a voz dos que resistiam ao arbítrio e clamavam por justiça, liberdade e respeito aos direitos humanos. O deputado Rubens Paiva, símbolo de resistência e de fidelidade absoluta à democracia, e mais de uma centena de outros brasileiros e brasileiras, continuam até hoje desaparecidos. Servidores da Câmara e do Senado, por participarem da luta de



---

resistência à ditadura, também foram perseguidos, exonerados e presos. A todos esses bravos cidadãos e cidadãs brasileiros nossas justas e merecidas homenagens e eterna gratidão do povo brasileiro.

Fica demonstrado, portanto, que o poder ditatorial dos generais militares que governaram o país com mão de ferro por mais de duas intermináveis décadas, recaiu com força sobre as instituições democráticas, sendo o Congresso Nacional a mais fortemente atingida, especialmente a Câmara dos Deputados, e não por acaso, mas por ser a instituição do Poder Legislativo que representa o povo brasileiro.

A cassação dos mandatos significou não só uma punição exemplar aos “rebeldes” que se insurgiram contra a repressão do regime militar, mas, foi também, uma violação à soberania do voto popular que aqui precisa ser, simbolicamente, resgatada. Assim, esta devolução simbólica dos mandatos aos cassados, pelos atuais representantes do povo, representa um gesto de elevado simbolismo político com importante dimensão pedagógica e forte apelo à consciência política dos cidadãos e cidadãs brasileiros, em especial os jovens, além de ser um ato de justiça e de reparação pública aos que pagaram um alto preço pela sua fidelidade à democracia.

Instituída no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, integrada por deputados de vários partidos, com a finalidade de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, acaba de firmar um convênio com a referida Comissão, representada neste ato pelos digníssimos senhores Dr. Claudio Fonteles e Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, no sentido de estreitar os laços de cooperação e de apoio mútuo entre os dois órgãos, com vistas ao cumprimento de sua elevada missão de resgatar



---

a memória sobre um período da história brasileira que esconde, sob um véu de impunidade, uma verdade tenebrosa que precisa ser revelada, para que se criem as condições necessárias à realização da justiça de transição.

Nesse sentido, é absolutamente indispensável e premente a revisão da Lei da Anistia, sem o que não se fará justiça aos que pagaram com exílio, tortura, desaparecimento forçado e morte o fim da ditadura e a volta da democracia que ainda está inacabada. Enquanto não se revelar toda a verdade sobre os crimes de lesa humanidade cometidos pelo regime militar, não se punir os responsáveis por elas e não se fizer justiça a suas vítimas, o processo de redemocratização do país permanecerá inconcluso. Para tanto, esta Casa deve aprovar o Projeto de Lei nº 573, de 2011, que dá interpretação autêntica à Lei da Anistia e que aguarda parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esta Sessão Solene em homenagem aos deputados cassados é uma iniciativa que marca a participação da Câmara dos Deputados que o, governo, por meio da Comissão Nacional da Verdade, e a sociedade brasileira desenvolvem para o resgate da memória e busca da verdade sobre um capítulo da nossa história que precisa ser passado a limpo, como condição para que a democracia no Brasil se consolide. A preparação deste importante evento contou com o trabalho competente e dedicado de vários servidores desta Casa, aos quais queremos expressar neste momento nosso mais profundo agradecimento.

Não poderia concluir sem, antes, estender as homenagens aos seus familiares também atingidos pela dor e sofrimento causados pelo regime ditatorial que violou a dignidade e os direitos humanos destes e de muitos outros cidadãos brasileiros. Agradecemos a presença de todos e o apoio à nossa luta pelo resgate



da memória e da verdade histórica e por justiça às vítimas do arbítrio e de graves violações aos direitos humanos cometidos no passado e, lamentavelmente, também nos dias de hoje.

Recebam, pois, senhoras e senhores deputados, por meio dos atuais representantes do povo nesta Casa, a devolução dos seus mandatos, violentamente usurpados por um regime de força que deixou marcas indeléveis na mente e no coração dos brasileiros. Nossa gratidão pela coragem e destemor com que resistiram à ditadura militar e pelo inestimável legado que deixam às novas e futuras gerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Antes de passar a Presidência à ilustre Deputada Luiza Erundina, eu gostaria de ressaltar também a presença honrosa na Mesa do Dr. Cláudio Lemos Fonteles, que é o Coordenador da Comissão Nacional da Verdade, a quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Queria também saudar o Deputado Eduardo da Fonte, ilustre 2º Vice-Presidente da Casa, Corregedor da Instituição, que tem feito um trabalho extraordinário em defesa da ética e da moralidade desta Casa. Minhas homenagens também ao Deputado Eduardo da Fonte.

Passo agora a Presidência à ilustre Deputada Luiza Erundina. *(Palmas.)*

*O Sr. Inocência Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Luiza Erundina, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - É com muita honra que presido nesta parte dos trabalhos, com essa Mesa tão ilustre e com o Plenário tão representativo e tão querido, com a presença de todos e de todas vocês.



---

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Passo a palavra agora ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputado Domingos Dutra, para fazer o seu discurso da tribuna da Casa. (*Palmas.*)

**O SR. DOMINGOS DUTRA** (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Deputada Luiza Erundina, que preside a Subcomissão Especial Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos, responsável por essa brilhante solenidade, Sra. Ministra Maria do Rosário, que também presta um relevante trabalho ao Brasil, Sra. Lígia, representando todos aqueles e aquelas que foram vítimas do arbítrio, Dr. Cláudio Fonteles, esta solenidade, infelizmente, coincide com o adeus ao maior arquiteto do Brasil e do mundo: Oscar Niemeyer, que também foi vítima da Ditadura. (*Palmas.*) É triste a partida, porém, pela longa vida que teve, da forma simples, coerente e comprometida com uma sociedade justa, Oscar Niemeyer merece neste momento uma alegria, com uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

Em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, que tenho a honra de presidir, por indicação da bancada do Partido dos Trabalhadores, venho agradecer a estes brasileiros e brasileiras que enfrentaram o arbítrio na defesa de uma pátria livre e justa para todos. Agradeço aos senhores e às senhoras, ora reempossados, que foram vítimas da barbárie, que colocaram em risco a própria vida na luta por um Brasil soberano e democrático.

Agradecemos aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas reempossadas, que enfrentaram as noites frias e escuras de uma ditadura cruel, mantendo acesa a luz e a esperança na democracia.



Por isso, hoje é um dia de homenagens, de reconhecimentos, de reparações, mas, sobretudo, de agradecimentos, pois foi também graças ao sofrimento dos senhores e das senhoras que hoje conquistamos uma Constituição, chamada de Cidadã, pelo saudoso Ulysses Guimarães, que, apesar de limitada, é um porto seguro na busca da plena cidadania; temos um Congresso que, apesar dos defeitos, funciona livremente, sem ameaças de um general de plantão; temos uma imprensa livre que, apesar dos excessos, contribui para o avanço da cidadania; forjamos um Poder Judiciário que, apesar de fechado, começa a cortar na própria carne, submetendo-se a controle da opinião pública; conquistamos eleições diretas que, apesar do domínio do poder econômico, após 502 anos elegemos um operário para dirigir esta Pátria, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva; e depois de 510 anos elegemos, pela primeira vez, uma mulher para conduzir o destino de todos nós.

Foi também, graças ao sofrimento dos senhores e das senhoras, hoje reempossados como Deputados e Deputadas, que hoje eu estou aqui nesta tribuna.

Nascido em um quilombo, filho de uma quebradeira de coco e um lavrador, de uma família numerosa de 29 irmãos, estou neste Parlamento, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, numa sessão histórica que, embora simbolicamente, corrige injustiças ao restabelecer os mandatos populares, violenta e ilegalmente interrompidos pela ditadura militar.

Por tudo isso, orgulhosamente declaro desta tribuna: muito obrigado a todos os senhores e a todas as senhoras, Deputados e Deputadas reempossados!  
*(Palmas.)*

Nas últimas 3 décadas, andamos a passos largos na direção de um País mais justo, mas a estrada é longa e penosa. Precisamos ainda andar muito e andar



---

ligeiro, pois precisamos descobrir onde estão os corpos dos brasileiros e das brasileiras que, presos ilegalmente, foram torturados, esquartejados, e os corpos desaparecidos durante a ditadura militar.

Precisamos rever a lei de anistia, para punir todos aqueles que abusando do aparelho estatal e de forma covarde violaram os direitos humanos; precisamos colocar luz na escuridão, revelando tudo o que ocorreu durante a ditadura militar, para restabelecer a verdade e proclamar ao mundo e ao Brasil: ditadura nunca mais! (*Palmas*); precisamos garantir o sossego aos nossos povos indígenas que vivem em acampamentos a beira de estradas, vivendo de cestas básicas e sendo executados pela mão armada do latifúndio e do agronegócio; precisamos demarcar os territórios dos remanescentes de quilombos como forma de reparação pelos horrores da escravidão; precisamos humanizar o sistema carcerário, verdadeiro inferno e depósito de restos de gente; precisamos desmantelar o latifúndio, fazer a reforma agrária, levando a paz e a justiça ao campo brasileiro.

Enganam-se aqueles que embebedos pelos números das bolsas de valores; ou pela grandeza das obras de infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias, hidroelétricas e campos de futebol imaginam que no Brasil tudo é maravilha.

Avançamos, mas há muita gente morando em palafitas, em mocambos e debaixo de pontes; há muitos brasileiros catando comida nos lixeiros das cidades; há muito brasileiros ainda submetidos à escravidão; há milhões de brasileiros apavorados com a violência urbana.

Apesar disso, esta sessão solene, reparadora de uma injustiça cometida durante a ditadura, faz aumentar a nossa autoestima e a confiança em um Brasil justo e fraterno.





Esta sessão solene me fortalece a convicção de que a radicalização da democracia é o caminho mais seguro para superação das desigualdades.

Tenho certeza que vamos construir um Brasil, onde o homem tenha mais valor que o boi; onde o feijão tenha mais valor que o capim; onde o direito fale mais alto que a pistola; onde a justiça não seja uma esmola; e a liberdade esteja acima do arame farpado.

Feliz Natal!

Viva o Brasil!

Viva o Parlamento!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiza Erundina) - Vamos passar à entrega dos diplomas e dos bóttons aos homenageados.

Por ordem de chamada, eu convido o Deputado cassado e reempossado, Dr. José Bernardo Cabral do PMDB, do Amazonas. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Solicito ao nobre Deputado Domingos Dutra para fazer a entrega do bóton e do diploma. (*Palmas.*)

Convidamos o nobre Deputado Alencar Furtado, do MDB do Paraná, para receber o diploma e o bóton correspondente ao seu mandato. (*Palmas.*)

O próximo é o nobre Deputado Almino Monteiro Alvarez Afonso, do PTB do Amazonas. (*Palmas.*)

Convidamos em seguida o nobre Deputado Almir Turisco de Araújo, do MDB de Goiás. (*Palmas.*)

Os colegas Parlamentares presentes no plenário, se desejarem também refazer a entrega desses dois emblemas, poderão comparecer à frente da Mesa.



Convidamos o nobre Deputado Camilo Silva Montenegro Duarte, Arena do Pará. (*Palmas.*)

Convidamos os Deputados que estão no plenário que desejarem também fazer a entrega desses dois símbolos a comparecer à frente do plenário:

O nobre Deputado David José Lerer, MDB de São Paulo. (*Palmas.*)

O nobre Deputado Gastone Righi Cuoghi, MDB, de São Paulo. (*Palmas.*)

Os Líderes e os membros de bancada de diferentes partidos poderão também participar neste momento da solenidade, entregando símbolos, diplomas e *bóton* aos reempossados.

Claro! Ele quer falar é isso?

Vamos terminar essa parte da solenidade, depois o senhor pode falar.

Deputado João Machado Rollemberg Mendonça, já assumiu?

Convidamos o Deputado José Lurtz Sabiá, do MDB de São Paulo. (*Palmas.*)

Convidamos a nobre Deputada Lígia Doutel de Andrade, do MDB de Santa Catarina, para também receber seu diploma e seu bóton.

Convidamos o nobre Deputado Marco Antonio Tavares Coelho, do PST, da Guanabara.

Convidamos o nobre Deputado Marcos Wellington de Castro Tito, do MDB de Minas Gerais.

Convidamos o nobre Deputado Milton Reis, do MDB de Minas Gerais.

Convidamos o nobre Deputado Ney de Albuquerque Maranhão, da ARENA de Pernambuco.

Convidamos o nobre Deputado Ney Ortiz Borges, do PTB do Rio Grande do Sul.



O Deputado Vieira da Cunha é que fará a entrega desses emblemas.

Obrigada, Deputado.

Convidamos o nobre Deputado Plínio de Arruda Sampaio (*palmas*), e convidamos o Deputado Ivan Valente para fazer a entrega do diploma e do bóton.

Solicitamos aos homenageados que estão recebendo seu diploma e seu bóton para aguardarem um pouco mais porque há uma surpresa no final da sessão. Será a entrega de um disquete com discursos de cada um dos senhores quando exerciam os seus mandatos na Casa. É um presente do Departamento de Taquigrafia.

Convidamos o nobre Deputado Paulo de Tarso Santos, representado neste ato pelo seu filho Vasco da Cunha Santos, que irá receber o diploma e o bóton em nome do seu pai. (*Palmas.*)

Convidamos o nobre Deputado Maurílio Figueira Lima, do MDB de Pernambuco, representado neste ato por seu irmão, o Senador Maerle Ferreira Lima. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convidamos o Sr. Sadi Coube Bogado, do MDB do Rio de Janeiro, representado, neste ato, pelo filho Luís Vital Brasil Bogado.

Compareça para receber o emblema e o símbolo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convidamos o nobre Deputado Henrique Eduardo Alves para receber o diploma e o bóton, como filho do Deputado cassado Aluizio Alves.



**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convidamos o nobre Deputado Eduardo da Fonte, que receberá o diploma simbólico em nome da família do Deputado cassado Aldemar Carvalho.

Solicitamos aos Parlamentares que já receberam o seu diploma para que, se puderem, retornem aos seus assentos para se agilizar um pouco mais esta fase da nossa sessão.

Quem já recebeu seu bóton e seu diploma, por gentileza, retornem a seus assentos para agilizar um pouco mais o trabalho de entrega.

Convidamos a esposa do Deputado cassado Marcelo Gato. Lamentavelmente, há poucos dias ele partiu, mas a sua esposa está aqui presente. Nós a convidamos para receber o diploma e o boton, em nome do querido Deputado Marcelo Gato. *(Palmas.)*

Agradecemos aos que já receberam o seu diploma e o seu boton e pedimos que retornem aos seus assentos, para podermos agilizar a entrega aos que faltam. Faltam poucos ainda.

Convidamos o nobre Deputado Abelardo Lupion, filho do Deputado cassado Moysés Lupion e aqui representado por Gustavo Machado Pires, Chefe de Gabinete da Liderança do Democratas, para receber o diploma.

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convidamos o nobre Deputado Abelardo Lupion, filho do Deputado cassado, Moysés Lupion, representado pelo Chefe de Gabinete da Liderança do Democratas. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convido a nobre Deputada Nilda Gondim, filha do Deputado cassado Pedro Gondim, que também foi Governador da Paraíba. *(Pausa.)*



Convido também o Senador Vital do Rêgo, que está representando aqui o Deputado cassado Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

A Deputada Nilda Gondim está chegando ali. Ela receberá o diploma do seu pai, Pedro Gondim, cassado, quando Deputado nesta Casa, na época da ditadura militar. *(Pausa.)*

Convido também o Senador Vital do Rêgo, representando aqui o Deputado cassado Vital do Rêgo, esposo da Deputada Nilda Gondim. *(Pausa.)*

Convidamos o nobre Deputado Beto Mansur, filho do Deputado cassado Paulo Jorge Mansur, para receber o diploma e o bótom do seu pai. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo Filho, que receberá o diploma e o bótom em nome do seu pai, o Deputado cassado Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Deputado Beto Mansur, recebendo o bótom e o diploma do seu pai, Paulo Jorge Mansur, também Deputado cassado. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convidamos o Deputado Antonio Paes de Andrade, que foi Presidente da Câmara dos Deputados e representa neste ato, como genro, o Deputado cassado Martins Rodrigues.

Convidados o ex-Deputado Antonio Paes de Andrade, representando neste ato o Deputado Martins Rodrigues, de quem era genro.

Convido o Senador Sérgio Machado, que representa neste ato o Deputado cassado Expedito Machado da Ponte, de quem é filho.

Senador Sérgio Machado já está recebendo o diploma e o bóton em nome do seu pai, o ex-Deputado Expedito Machado da Ponte.



Convido o nobre Vereador eleito Mário Covas Neto, que receberá a homenagem em nome do seu pai Deputado Mário Covas, Deputado cassado pela ditadura militar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Faltam ainda os familiares que estão presentes receberem esses dois emblemas, o diploma e o *botton*. São mais de 40 pessoas.

Vamos reiniciar as falas dos membros da Mesa e, em seguida, retomaremos a chamada dos familiares que ainda não receberam as insígnias dos seus familiares cassados.

Temos que refazer essa orientação da Mesa, porque há notícia de que muitos convidados precisam viajar e teriam dificuldade de aguardar mais tempo. Como falta apenas a entrega do diploma, será mais rápido provavelmente. Pedimos a quem está operando o trabalho aí em baixo que agilize e organize de forma que possamos fluir mais rapidamente.

O Sr. Abelardo de Araújo Jurema, do PSD da Paraíba, foi um Deputado cassado e está representado neste ato pelo familiar Abelardo Jurema Filho, que receberá, neste momento, o diploma do ex-Deputado Abelardo de Araújo Jurema, do PSD da Paraíba. (*Palmas.*)

O Sr. Santiago Pereira Nunes Peres (neto) representa aqui o ex-Deputado Adão Manoel Pereira Nunes, do PSP do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

Vamos colocar essa mesa aqui ao lado para continuar operando a entrega dos diplomas. Enquanto isso, vamos retomar os discursos das autoridades



presentes à Mesa para, dessa forma, agilizarmos o desenvolvimento da nossa sessão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Vamos passar a palavra agora ao Dr. Cláudio Fonteles, que é presidente da Comissão Nacional da Verdade e que nos honra com a sua presença nesta sessão solene de entrega simbólica dos diplomas aos Deputados cassados.

Com a palavra o Presidente da Comissão Nacional da Verdade, Dr. Cláudio Fonteles. (*Palmas.*)

**O SR. CLÁUDIO FONTELES** - Deputada Luiza Erundina, que preside esta assentada; Sras. e Srs. Deputados Federais, senhoras e senhores familiares, minhas senhoras e meus senhores. Quero crer que o momento de hoje seja profundamente importante para todos nós.

A verdade, para mim, pressupõe fundamentalmente integridade. E o que nós estamos a ver aqui, e mais do que a ver aqui, o que nós estamos a sentir aqui é o resgate de pessoas que se comprometeram com a sua própria integridade. Dela fizeram sua razão de ser, dela fizeram sua razão de viver e por ela testemunharam, arrostaram perigos inerentes àqueles que se mantêm honestos consigo mesmos. Parece-me que esse seja o grande significado que temos de tirar deste momento.

Agora, mais do que isso, e é o grande desafio que todos nós temos de nos propor a viver — há tantos jovens por aqui, várias gerações estão aqui e por aqui — com aquelas pessoas que já não estão aqui e que tombaram por isso é vital que assumamos um compromisso forte que precisa ser internalizado de que todos nós, brasileiras e brasileiros, para a geração presente e para as gerações futuras, nunca



mais, mas nunca mais, venhamos a permitir que as nossas divergências sejam solucionadas pelo arbítrio, pelo assassinato, pela truculência, pelo desaparecimento.

Aí eu quero crer que essas pessoas que aqui estão têm razão de testemunhar aquilo que testemunharam. Então é um momento importante e um momento que não pode ser uma mera efeméride.

Gostaria que esse momento de hoje, para que permanecesse, para que tivesse significado e para que realmente valesse à pena, fosse um momento a nos alimentar sempre nesse compromisso.

A todos esses homens e essas mulheres que nos ensinaram que vale à pena lutar por um ideal, palavra infelizmente tão pouco usada hoje, meu profundo respeito, minha profunda admiração.

Paz e bem! (*Palmas.*)

*A Sra. Luiza Erundina, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Domingos Dutra, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Dr. Claudio Fonteles.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Para abreviarmos a sessão e terminarmos de forma ativa, vou chamar os nomes dos Deputados *in memoriam* e seus parentes de uma vez só.

Dando continuidade, Deputado Aloysio Nonô, da Arena de Alagoas, representado pela Sra. Manuela Nonô; Deputado Américo Silva, do PTB do Pará, representado pela filha Maria Luiza Fayad; Deputado Andrade Lima Filho, do MDB de Pernambuco, representado pelo filho Fernando Antonio Oliveira de Andrade





Lima; Deputado Armando Temperani Pereira, do PTB do rgs-Rio Grande do Sul, representado pela neta Priscila Bezerra Temperani; Deputado Antonio Adib Chamas, do PSP de São Paulo, representado pelo filho Jorge Chamas Neto; Deputado Benedito Cerqueira, do PTB da Guanabara, representado pela viúva Iracema Melo Cerqueira; Deputado Bezerra Leite, da Arena de Pernambuco, representado pelo filho Edgar Bezerra Leite Filho; Deputado Breno da Silveira, do MDB da Guanabara, representado pela neta Graziela Carvalho da Silveira; Deputado Celestino Filho, do MDB de Goiás, representado pelo neto José da Silva Moura Neto; Deputado Chico Pinto, do MDB da Bahia, representado pelo sobrinho Renê Alencar Dorneles; Deputado Clay Hardmann de Araujo, do PTB do Rio Grande do Sul, representado pela neta Juliana Muylaert; Deputado Clodomir Leite, do MDB de Pernambuco, representado por Frederico Leite; Deputado Clovis Ferro Costa, da UDN do Pará; representado pela filha Maria Horntense Ferro Costa Marcier; Deputado Cunha Bueno, da ARENA de São Paulo, representado pelo neto Antonio Silva Cunha Bueno; Deputado Dorival Abreu, do MDB de São Paulo, representado pela viúva Terezinha de Oliveira Abreu; Deputado Fernando de Santanna, do PCB da Bahia, representado pelo neto Gabriel Santana Reis; Deputado Flores Soares, da ARENA do Rio Grande do Sul, representado pelo afilhado Jorge Alcides Möller Flores Soares; Deputado Floriceno Paixão, do MDB do Rio Grande do Sul, representado pela viúva Talita Coutinho Paixão; Deputado Gilberto Azevedo, da ARENA do Pará, representado pela viúva Maria Emília Azevedo; Deputado Hélio Gueiros, do MDB do Pará, representado pelo amigo da família José Maria da Costa Cunha; Deputado Hélio Navarro, do MDB de São Paulo, representado pela viúva Maria Tereza Ribeiro Lopes e Navarro; Deputado Jaime Câmara, da ARENA de Goiás, representado pelo



sobrinho Fernando Câmara; Deputado João Herculino, do MDB de Minas Gerais, representado pela viúva Antonina de Souza Lopes; Deputado José Guimarães Neiva Moreira, do PSP do Maranhão, representado pela filha Micaela Neiva Moreira; Deputado José Lamartine Távora, do PTB de Pernambuco, representado pelo filho José Lamartine Távora Júnior; Deputado José Palhano de Sabóia, do PTB do Ceará, representado pela sobrinha Maria Verônica de Sabóia; Deputado Lysâneas Maciel, do MDB da Guanabara, representado pelo neto Álvaro Maciel; Deputado Marcelo Gato, do MDB de São Paulo, representado pela viúva Andrea Gato; Deputado Marcial do Lago, da ARENA do Goiás, representado por Mari Luci de Araújo Lopes; Deputado Márcio Covas, do MDB de São Paulo, representado por Mário Covas Neto; Deputado Mário Maia, do MDB do Acre, representado pela filha Elizabeth Maia; Deputado Mano Soares Lima, do PSB da Bahia, representado pela filha Telma Del Rey Lima; Deputado Mata Machado, do MDB de Minas Gerais, representado pelo filho Bernardo Novaes Mata Machado; Deputado Moury Fernandes, da ARENA de Pernambuco, representado pelo neto Paulo Eduardo Moury Fernandes; Deputado Moysés Lupion, do PSD do Paraná, representado pelo neto Gustavo Machado Pires; Deputada Nísia Carone, do MDB de Minas Gerais, representada pelo neto Breno Carone; Deputado Oliveira Brito, da ARENA da Bahia, representado pelo neto Frenk May; Deputado Osmar Cunha, da ARENA de Santa Catarina, representado pela filha Regina Cunha de Freitas; Deputado Osmar Dutra, da ARENA de Santa Catarina, representado pela sobrinha Paula Dutra Jardim; Deputado Oswaldo Lima Filho, do MDB de Pernambuco, representado por Aristeu Júnior; Deputado Paulo Campos, do MDB de Goiás, representado por Bárbara Campos Neta; Deputado Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier, do PTB da



Guanabara, representado pela filha Ana Cerqueira César; Deputado Sérgio Nunes Magalhães Júnior, do PTB da Guanabara, representado pela filha Ana Maria Magalhães; Deputado Unírio Machado, do MDB do Rio Grande do Sul, representado pela filha Maria Machado; e, por fim, Deputado Waldemar Luiz Alves, do PST de Pernambuco, representado por Edilene Alves Rocha.

A todos e a todas aqui presentes uma salva de palmas. (*Palmas prolongadas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Concedo a palavra à Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**A SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO NUNES** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Domingos Dutra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que neste momento preside esta sessão, Deputado Luiza Erundina, Presidenta da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, que merece de nossa parte o reconhecimento e a homenagem pela memória, pela atitude, pelo gesto da realização desta sessão. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, também, coordenador Nacional da Comissão da Verdade.

E de modo especial, senhoras e senhores, cumprimentar com muito orgulho, a Deputada Lígia Moelmann Doutel de Andrade, do MDB de Santa Catarina (*palmas.*), reconduzida hoje ao cargo, reconduzida pela Câmara dos Deputados a um mandato que, ainda que simbólico, Deputada Luiza Erundina, neste momento, tem o sentido de devolver à Deputada Lígia Doutel de Andrade, e aos senhores e senhoras que foram cassados pela ditadura civil-militar, implantada, em 1964, em nosso País, o reconhecimento aos mandatos que exerceram nesta Casa, em nome



do povo e, ao mesmo tempo, o reconhecimento ao povo brasileiro que para cá lhes trouxe e que foi cassado junto com os senhores e senhoras quando seus mandatos foram atingidos pelo arbítrio vil da ditadura militar.

Quero, em nome da Secretaria de Direitos Humanos, Deputada Luiza Erundina, em nome do Governo da Presidenta Dilma, dizer que este momento é daqueles, Deputado Henrique Eduardo Alves, que fica para a história como a marca do reconhecimento e da reparação àqueles que empenharam suas vidas na defesa da democracia, do Parlamento e da justiça no nosso País.

E isso fica, do ponto de vista mais direto, pedagógico, Deputado Plínio Sampaio, como um compromisso, um compromisso que V.Exas., Deputados reconduzidos hoje, novamente tantos anos passados, juraram à Constituição.

Eu quero dizer a V.Exas., que o Estado e os Governantes, ao tomarem posse, juram à Constituição, juram, sim, à democracia com o compromisso de jamais romperem com o Estado Democrático de Direito e jamais permitirem que novamente neste País a democracia, a justiça e a paz sejam aviltadas como foram aviltadas no golpe militar de 1964.

Vivemos tempos novos com esta sessão, vivemos tempos novos com a Comissão da Verdade, vivemos tempos novos, porque há uma retomada da consciência cívica de que uma geração ampara os seus gestos e a sua atitude diante da democracia a partir do reconhecimento das gerações que nos trouxeram até aqui.

Eu quero, diante de vocês, com o compromisso de defesa dos direitos humanos, assumir plenamente... E agradecer à Câmara dos Deputados, que constituiu a Comissão da Verdade, a Lei Geral de Acesso à Informação, aos



Parlamentares de hoje; agradecer, na memória de Ulysses Guimarães, a todos que constituíram a própria Carta Maior do Brasil, na forma da Constituição; e dizer que nunca mais a tortura, nunca mais o desaparecimento forçado, o sequestro e a violência produzidos pela ação do Estado tenham lugar no nosso País. Este plenário, lugar sagrado da democracia, projetado pelas mãos sábias e pela consciência cidadã e democrática de Oscar Niemeyer, que hoje homenageamos, jamais poderia ter sido maculado com a cassação de mandatos advindos do povo. Que os compromissos com a democracia de sempre na recuperação desses mandatos sejam o compromisso com os direitos humanos de todos os brasileiros que recuperaram direitos civis e políticos, que buscam a cada dia, com o Governo da Presidenta Dilma, alcançar plenamente os direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Mas ainda há — nos cárceres, nas prisões, nos quilombos, nas comunidades indígenas, nas periferias urbanas, diante de uma juventude que ainda morre pelas circunstâncias da violência — muito a fazer-se em nome de, para e pelos direitos humanos no nosso País.

Permitam-me, por último, recuperar entre nós uma frase de Dom Helder Câmara, que tanto lutou pela democracia: *“Maior que todas as ditaduras é a humanidade, a quem devemos servir.”* É com o espírito de serviço que a Câmara dos Deputados realiza este evento: serviço à justiça, serviço à memória, serviço ao que é ético e serviço, sobretudo, ao povo brasileiro, que homenageamos ao homenagearmos e reconhecermos a vida e a obra dos Srs. e Sras. Deputados e Deputadas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Ministra Maria do Rosário.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Concedo a palavra á última oradora, da Mesa, à Sra. Lígia Moelmann Doutel de Andrade, representando todos os Deputados e as Deputadas reempossados nesta sessão solene. Em seguida, passarei a palavra aos Líderes.

**A SRA. LÍGIA MOELMANN DOUDEL DE ANDRADE** - Sra. Ministra Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos, Sr. Presidente desta sessão, Deputado Domingos Dutra, Deputada Luiza Erundina, Presidente da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, Sr. Claudio Fonteles, representante da Comissão Nacional da Verdade.

Com profunda emoção, volto a esta tribuna após 46 anos, e o faço, desta vez, no cumprimento de uma honrosa missão: de falar em nome dos homenageados deste evento tão cheio de significado histórico. Falarei com o coração, sem preocupação com a retórica, pois é com o coração pleno de júbilo, de contentamento cívico que aqui nos encontramos.

Queremos ressaltar a sensibilidade e o discernimento político da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, que idealizou a devolução simbólica dos nossos mandatos. A Comissão foi presidida pela Deputada Luiza Erundina, que o Brasil aprendeu a admirar pela retidão do seu caráter, pela sua notória competência e postura ética que sempre imprimiu a sua brilhante e honrada trajetória.

Deputados eleitos legitimamente pelo povo, tivemos nossos mandatos usurpados pela ditadura militar que feriu, assim, nossa dignidade e nossos direitos de cidadãos. Por via de consequência, esta Casa, que legitimamente representamos, foi, por igual, atingida na sua dignidade e na sua independência.



---

Portanto, mais que uma homenagem, este é um ato de reparação política, moral e histórica. É um ato de justiça.

Vivemos no plenário que ora ocupamos na condição de homenageados momentos históricos memoráveis: o duro embate entre os representantes da oposição que denunciavam os desmandos do regime militar e os governistas que o apoiavam; a defesa intransigente dos interesses nacionais, ameaçados por políticas entreguistas; a luta permanente e diária em favor da recomposição das instituições democráticas; a defesa dos direitos fundamentais do povo brasileiro, constantemente desrespeitados. Esses eram temas, entre outros, que mobilizavam e inspiravam a atuação parlamentar.

O relato desses fatos vem confirmar que a Câmara dos Deputados tem uma história de relevantes serviços prestados ao País, bem como tem sido responsável por avanços notáveis da sociedade brasileira, desmentindo, assim, aqueles que insistem somente em denegri-la.

Neste momento tão especial para todos nós, peço permissão para lembrar a participação ativa, militante e decisiva das mulheres na luta contra o regime de exceção e na construção de uma sociedade livre e verdadeiramente democrática.

*(Palmas.)*

Muitas pagaram com a própria vida a fidelidade aos seus ideais. Outras tantas foram vítimas de violenta repressão e outras mais sofreram a morte ou o desaparecimento de filhos, maridos, companheiros, pais e irmãos. Mesmo assim, não renunciaram às suas convicções e prosseguiram dando contribuição valiosa à causa da democracia e da liberdade.



Cabe ressaltar que a opressão, o obscurantismo que se abateram sobre a Nação brasileira durante o regime militar, causando grandes sofrimentos ao povo brasileiro e a humilhação internacional para o País, não conseguiram sufocar nossa consciência cívica. Bem ao contrário. E esta solenidade é um exemplo do que afirmo. Pedagogicamente, está a sinalizar que o povo brasileiro, no seu processo de amadurecimento político e social, repudia, e continuará repudiando, sempre, com mais veemência e convicção, a violência política e social, a injustiça e o desrespeito aos direitos humanos. (*palmas*)

Demos todos nós a nossa contribuição à história do País. E queremos reafirmar, aqui e agora, nosso compromisso de continuar buscando o aprimoramento e a consolidação da democracia brasileira, uma democracia que não seja apenas formal e linear, mas substantiva, transparente, honrada, fundada na igualdade, na justiça e na liberdade para todos, indistintamente, sem discriminação, sem exclusão e capaz de proporcionar felicidade ao povo brasileiro.

Por fim, queremos estender esta homenagem ao grande brasileiro que eternizou esta cidade monumento, o arquiteto Oscar Niemeyer. Os Deputados homenageados que aqui se encontram e a grande maioria dos companheiros que já partiu, constituímos 173 pedras do edifício da democracia e da liberdade, eterno como as obras de Oscar Niemeyer.

Muito obrigada. (*palmas*)

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputada Lígia Doutel de Andrade.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Passamos agora ao tempo destinado à Liderança das bancadas.





Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

Vamos conceder 3 minutos para cada orador.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar as senhoras e os senhores e dizer que neste ato nós estamos escrevendo um capítulo da história do nosso País.

Nós queremos, em nome do Partido dos Trabalhadores, homenagear as ex-Deputadas e os ex-Deputados cassados, os seus familiares, e dizer da nossa enorme gratidão pelo trabalho que fizeram de levante, de rebelião contra a ditadura militar que ali se instalou em 31 de março de 1964.

Depois desta cerimônia, nós vamos ter a inauguração do Espaço Rubens Paiva. E a Vera Paiva, na impossibilidade de estar aqui, pediu-me para que representasse a família Paiva, os seus amigos, amigos de Rubens Paiva, o ex-Deputado Plínio de Arruda Sampaio e o ex-Deputado Almino Afonso, que aqui estão presentes. Fazemos a nossa homenagem a esses lutadores, que nos possibilitaram, com sua indignação, construir uma democracia no Brasil.

Srs. Deputados cassados, Sras. Deputadas cassadas, a ditadura militar lhes cassou esta tribuna, mas não pôde lhes cassar a voz que, nas ruas deste Brasil, pudesse levantar o povo brasileiro contra a ditadura militar.

A ditadura militar lhes cassou o mandato, mas não pôde lhes cassar a cidadania que pudesse colocar fermento junto à massa do povo brasileiro para construção da democracia.

De alguns a ditadura militar cassou a vida, retirou-lhes a vida, mas não pôde cassar os seus sonhos. A voz que tinham nesta tribuna, a voz que possibilitou a



organização junto ao povo brasileiro, a vida e os sonhos desses que se rebelaram em 64 e foram cassados nos possibilitaram uma democracia plena aqui em nosso País.

Ainda que tenhamos muito a fazer para diminuir as desigualdades sociais, para garantir a participação direta do nosso povo num processo de reforma política, os sonhos, a voz, o compromisso e a coragem dos senhores e das senhoras possibilitam uma mudança em curso neste País, para que nós transformemos o Brasil num país mais justo.

Por isso, para encerrar a minha fala, quero prestar a nossa homenagem, mas antes de tudo o nosso agradecimento, porque através da coragem, do compromisso, do significado da vida de V.Exas., hoje nós podemos cultivar com o povo brasileiro o sonho e a construção de uma sociedade mais justa, que possibilita a todos desfrutar dos resultados da riqueza e construir a sociedade dos nossos sonhos. O nosso muito obrigado e a homenagem do Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira, representando aqui a bancada do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Eduardo Alves, pela liderança do PMDB.

**O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES** (PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meus senhores, minhas senhoras, Presidente desta sessão, Deputado Domingos Dutra, Deputada Lígia de Andrade que nos emocionou a todos, Procurador Fonteles, Ministra Maria do Rosário, líder Vieira da Silva, minha homenagem toda especial a ela que idealizou esta sessão, Deputada Luiza Erundina, Sras. e Srs. Parlamentares, todos hão de imaginar neste momento,



Deputado Gastone, a minha emoção. Recebo aqui este diploma, em nome do meu pai, cassado há 43 anos, em fevereiro de 1969, no auge da sua carreira política, no seu maior momento de vida pública. A Revolução que assim fez não se contentou apenas em cassá-lo, o que hoje aqui se resgata, mas cassar também seus irmãos políticos, todos eleitos pelo voto popular. Não adiantava cassar Aluísio e deixar Agnelo e Garibaldi, era para destruir mesmo de uma vez por todas aqueles que teimavam em ser intérpretes desassombrados da vontade e do sentimento popular.

É com esta emoção que venho aqui dizer a esta Casa que esse painel, Deputada Erundina, que vejo aqui nesta tarde e noite, quantas vezes, desde 1971, Deputado Milton Reis, eu me defrontei com este painel, na ansiedade de ver o seu resultado, ora de frustração, ora de alegria, por vitórias ou derrotas da democracia deste Parlamento. Mas hoje este painel que vejo aqui e com ele me defronto não é o dos Deputados do Parlamento de hoje, mas certamente é um dos painéis mais respeitados, mais importantes, mais simbolicamente verdadeiros da história deste Parlamento. *(Palmas.)*

Aqui hoje, com este painel, não estamos aprovando obras de cimento e cal; não estamos aprovando sequer reajustes salariais justos para o servidor público; não estamos aprovando aqui propostas do nosso Governo, com a participação leal da Oposição, em nome do povo brasileiro. Não é isso. Mas este painel se reveste, certamente... Com esses meus 42 anos nesta Casa, 11 mandatos consecutivos, de 1970 até hoje, eu posso afirmar — como quem viveu essa história, como quem sentiu esse drama, como quem resistiu a tudo e aqui chegou inteiro — que este é um dos painéis mais importantes, porque reconstrói, porque constrói, porque faz,



porque refaz a dignidade, a vida pública, a altivez, a honra, a coerência e a coragem de homens e mulheres da vida pública brasileira.

É, portanto, com esse sentimento que eu quero aqui agradecer a iniciativa desta Casa, em nome da minha família, do meu Estado do Rio Grande do Norte e do meu povo.

Finalizo dizendo que, ao longo desse tempo, eu aprendi muitas lições.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES** - Vou encerrar, Sr. Presidente.

Eu aprendi muitas lições, Deputado Plínio, aqui presente. Uma delas, que não esqueço nem quero esquecer, é que os fracos, quando se vestem de fortes para esconder suas fraquezas, na violência, na agressão, no desrespeito, é esta Casa sempre o seu instrumento e o seu objeto. É esta Casa sempre visada, porque certamente indefesa, transparente, verdadeira, com os seus erros, acertos, qualidades, fragilidades e virtudes. Vivi tudo isso, mas não adianta, nem aos fracos de ontem que se revestiam de fortes que não eram, nem qualquer outro tipo que por esta Casa queira se confrontar ou defrontar, ou desrespeitar. Não adianta.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES** - Porque aqui, nessas cadeiras, nesses microfones, neste ar que se respira, está o sentimento mais legítimo da coragem, da dignidade, da brasilidade, da verdade do sentimento do povo brasileiro. Por isso, quanto mais fazem, quanto mais agrirem, quanto mais desrespeitam, quanto mais violentam, mais esta Casa resiste. Se já resistiu até hoje, se Deus quiser, vai resistir muito mais até o grito de afirmação em nome da democracia e do povo brasileiro.



Muito obrigado, em nome do meu pai, da minha família e do meu Estado, Rio Grande do Norte. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Henrique Eduardo Alves, representante da bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Concedo a palavra ao Deputado Beto Mansur, pelo PP. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, pelo PSB. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha, representante da bancada do PDT.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Prezado Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, Domingos Dutra, colegas Deputados, homenageados e familiares, minhas primeiras palavras não poderiam ser outras que não de cumprimentos à nossa colega, Deputada Luiza Erundina pela oportuna e feliz iniciativa. Parabéns, Deputada Erundina.

É com satisfação que nós, do Partido Democrático Trabalhista, participamos desta sessão solene. Mais que fazer justiça, esse gesto resgata parte fundamental da memória nacional, tornando públicos para toda a sociedade erros e violências cometidos pelo regime militar, contra a liberdade e a ordem democrática.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade foi acontecimento de maior importância, pois, por meio de seus atos, finalmente a sociedade brasileira conhecerá os verdadeiros que ficaram encobertos desde o golpe militar de 64. Não se trata de revanchismo, mas de ação que brota do compromisso com a verdade.



---

Ao encarar as arbitrariedades cometidas pelo regime militar, ao tomar consciência das violências cometidas pela ditadura, as crianças e os adolescentes brasileiros que não viveram aquela época serão capazes de reconhecer e valorizar o valor supremo da democracia. Fala aqui alguém que, naquela época, tinha 4 anos de idade.

A descrição dos males causados pela ditadura ensinará a todos os brasileiros os motivos pelos quais devemos defender a liberdade de imprensa, o equilíbrio entre os Poderes da República, as eleições livres e todos os requisitos formais para o pleno funcionamento do regime democrático.

A devolução simbólica dos mandatos de Deputados Federais cassados pela Ditadura é gesto que resgata a dignidade desses mandatos e deste próprio Parlamento, violentado por atos de exceção, utilizados como artifício para manter um poder político conquistado de forma ilegítima.

É certo que a devolução simbólica dos mandatos não tem o poder de corrigir todos os males causados aos Parlamentares, às suas famílias, à sociedade, mas reafirma esta Casa como guardiã da liberdade.

Cumprimento cada um dos cassados pela sua coerência, pelo seu patriotismo, os que já partiram — permitam-me que lembre o meu Líder Leonel Brizola — e os que aqui estão. Uma saudação especial eu quero fazer ao meu conterrâneo Ney Ortiz Borges, a quem tive há pouco a honra de entregar o diploma com 88 anos de idade, exercendo plenamente os seus direitos de cidadão, militando ativamente nos quadros do nosso partido, o Partido Democrático Trabalhista.



A propósito, minha companheira Lúcia Doutele de Andrade, vejo na relação dos cassados dezenas de Parlamentares do velho PTB. Tive a honra de entregar também o diploma ao Deputado Leo, aqui presente. Obrigado pelo privilégio, Leo.

São dezenas os Deputados do velho e autêntico PTB, exatamente pelos compromissos que tinha e até hoje tem o verdadeiro trabalhismo, com a causa da soberania nacional e as chamadas reformas de base.

Aliás, por falar em reformas de base, hoje, 6 de dezembro é a data em que morreu no exílio o grande Presidente João Goulart, também vítima da Ditadura Militar. Morreu no exílio, proibido de pisar no solo da pátria que ele tanto amava.  
(*Palmas.*)

Parabéns, Srs. e Sras. Parlamentares cassados.

Aos familiares dos que já partiram, tenho certeza do orgulho de vocês, do orgulho de um filho, de uma filha, da esposa, do marido, do irmão, da irmã, de um parente de verdadeiros heróis da democracia. Vocês tiveram muita coragem. Vocês sofreram injustiça, mas não foi em vão. Do sofrimento e da injustiça dos cassados vem o concreto que garante a solidez dos alicerces da democracia brasileira no nosso País, a democracia que se fortalece exatamente a partir dessas vivências históricas desses, repito, verdadeiros heróis da nossa democracia.

Finalizo dizendo que não se esqueçam daqueles tempos, até para que nunca mais aconteçam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Vieira da Cunha, falando pelo PDT.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Deputado Paes Landim, pela Bancada do PTB.

**O SR. PAES LANDIM** (PTB-PI. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente desta sessão legislativa, Deputado Domingos Dutra; Exma. Sra. colega Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento desta justa homenagem aos que sofreram restrições injustas ao longo da vida pública; senhora viúva do Doutel de Andrade, que foi uma das figuras mais fascinantes do Partido Trabalhista Brasileiro, aquele Partido Trabalhista Brasileiro que teve o maior número de mandatos cassados e suspensos; quero saudar também aqui o eminente ex-Procurador Geral da República, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade, este bravo homem do Ministério Público Federal, que é Cláudio Lemos Fonteles; também saudar a Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a nossa eminente colega Maria do Rosário Nunes; minhas senhoras e meus senhores; eu queria aqui uma saudação especial a um Deputado vibrante do PTB histórico, o PTB criado por Getúlio Vargas em 1945 com as ideias de Marcondes Filho, Alberto Pasqualini, Segadas Viana, é esse PTB histórico que nós viemos aqui homenagear e representar.

E aqui quero saudar, na figura de Parlamentares do PTB, esse grande orador Almino Affonso, que tem uma velha tradição... *(Palmas.)*

Almino Affonso herdou do seu avô a verdadeira pororoca da Amazônia foi um bravo. Na noite da deposição do Presidente João Goulart, talvez tenha feito o discurso mais veemente de protesto nesta Casa. Exatamente o Almino Affonso, a quem eu presto homenagem





E quero homenagear também outros bravos Deputados do PTB que eu tive o privilégio de conhecer, como Ivete Vargas, Fernando Santanna, de quem tive o privilégio de ser amigo, esse baiano brilhantíssimo, Bocayuva Cunha, esse bravo pernambucano, Deputado pelo Rio de Janeiro, participei da sua campanha para Governador do Rio de Janeiro, e foi Sérgio Magalhães.

Enfim o PTB foi o partido histórico que mais sofreu consequências pelo regime autoritário, pela ditadura, a partir do seu próprio grande Líder que foi o Presidente João Goulart e o Governador Leonel Brizola.

Mas quero dizer que a eminente Deputada Luiza Erundina teve uma iniciativa da maior importância histórica e que deveria ser seguida pelos demais Poderes.

Saúdo aqui o bravo Deputado Plínio de Arruda Sampaio. (*Palmas.*)

Desculpe, Deputado. Esse foi (*falha na gravação*) Nós divergimos muito, o que é normal, nas discussões no Poder Judiciário. Mas tenho o maior respeito e admiração por sua coragem, coerência e bela história de vida pública. E quero aproveitar para saudá-lo neste momento.

Mas queria dizer que a iniciativa do porte da Deputada Luiza Erundina deveria ser seguida por outros Poderes.

A própria suprema Corte que perdeu homens do nível de Evandro Luiz e Silva, do Vítor Durvial(?) e do grande Herbes Lima. Todos eles, tanto Hermes como o Evandro participaram do Governo do Presidente João Goulart.

O próprio Poder Executivo deveria também resgatar a memória dos Presidentes vítimas do arbítrio, o próprio caso do João Goulart, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.



Quero aqui também destacar uma figura humana que eu nunca pude esquecer, quando (*ininteligível*) da revolução do chamado movimento militar, e que me parece pouco esquecida hoje, sobretudo pela na imprensa, que e foi Niomar Moniz Sodré. Eu era estudante no Rio de Janeiro, e o *Correio da Manhã*, num primeiro momento, preocupado com a radicalização política, em determinado momento disse: “Basta”.

Na primeira semana do Golpe Militar. já advertia que a Nação podia aceitar o regime que estava ali se perpetrando, o regime autoritário. E ela foi a maior vítima do meio jornalístico, *exatamente* porque não só foi suspensa, mas foi destruído um dos mais belos jornais *deste País*, que é a *Folha da Manhã*, que é um jornal que toda minha geração adorava ler todo o dia pela manhã.

E permita-me, Sr. Presidente, para encerrar, porque homenageio aqui uma figura do meu Estado, o último do meu Estado que foi cassado, a figura do bravo, do saudoso Deputado Chagas Rodrigues. Ele foi Governador do meu Estado, Deputado Federal, estudou em Recife e depois em São Paulo.

A Parnaíba vivia seu último momento de um grande ciclo de riqueza e depois entrou em decadência. E tinha um belo movimento sindical.

Chagas Rodrigues, de pai rico, sogro rico, Presidente Fernando e José Moraes Correia. Ele era o grande porta-voz do movimento sindical do Piauí, dos trabalhadores. Foi Governador de Estado, e foi um grande aliado de João Goulart aqui na Câmara e fez um dos discursos mais violentos, depois do movimento de 64. Mas foi cassado estupidamente em 1969.



Eu queria prestar esta saudosa homenagem a esse bravo piauiense, vítima dos atos arbitrários que, neste momento, a memória histórica a Câmara dos Deputados tenta resgatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Quero só fazer um apelo aos quatro últimos oradores. Temos ainda uma série atividades integrantes desta sessão solene, e faço um apelo para que V.Exas. se limitem aos 3 minutos para podermos avançar.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Lopes, representante do PCdoB.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero começar homenageando a Deputada Luiza Erundina. E por quê? Porque S.Exa. é uma vigilante da democracia e está preocupada com o que aconteceu no nosso País, com a lentidão da cobrança daqueles que praticaram não só excessos, mas um total desrespeito humano e a democracia.

Eu não consigo, assim como a Luiza Erundina, ver torturador dizer que fez, que matou, isso e aquilo, e nada lhe acontecer. Já foi provado que participaram em várias coisas, e não podemos conceber que isso continue impune. ]

Por isso, o Presidente da Comissão da Verdade, que não está aqui — mas será escrito na ata — deve acelerar mais um pouco e dar tranquilidade a nós que militamos nessa área.

E, por meio do sacrifício de muitos que foram cassados e estão sendo restabelecidos, por meio do sacrifício de muitos que morreram com arma nas mãos para defender este País, é que nós chegamos a ter um operário no poder. Não foi



por obra e graça da bondade da elite deste País que aceitou um nordestino candidato a Presidente da República. Não foi dádiva de ter uma primeira mulher política que foi para a luta ser a Presidente da República. Não foi dádiva; foi o confronto político de ideia e a coragem que as organizações, os partidos, tiveram para fazer.

Portanto, nós devemos ser vigilantes, nós devemos continuar.

Porque a democracia no País é tênue. Ora ela procurava os quartéis, hoje, ela está procurando outros caminhos. Se a gente não tiver coragem de ser vigilante, poderemos ter algumas surpresas. Porque a democracia no Brasil precisa ser fortalecida. Nós, do PCdoB, é quem mais nos interessamos e brigamos pela democracia.

Portanto, quero parabenizar todos os companheiros dos direitos humanos, como o nosso Presidente e todos aqueles que proporcionaram este momento de um encontro da Câmara com ela mesma. E, em nome do Partido Comunista do Brasil, ser um daqueles soldados, Erundina. Nós não vamos parar. Hoje, nós avançamos mais uma página, mas ainda não terminou o fim do livro. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Dutra) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Freire, representando a bancada do PPS.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (Bloco/PPS-SP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Deputada Lígia Doutel de Andrade, Deputada Luiza Erundina, meus senhores e minhas senhoras, Deputados e Deputadas, um pouco de testemunho.



---

Era membro da juventude do Partido Comunista Brasileiro , em Recife, e o 1º de abril - porque lá foi no dia 1º de abril -, cercou-se o palácio e cassou-se o primeiro governador dos Estados brasileiros, Miguel Arraes.

E, com o PCB, começamos a acompanhar a luta e vinculávamos as primeiras cassações. E me recordo bem disso. Está presente aqui o nosso camarada, Marco Antonio Coelho, que era membro do Partido Comunista Brasileiro e foi cassado juntamente com outro nosso representante, Fernando Santana, na primeira leva de Deputados.

Não eram do PCB, formalmente, eram militantes. Formalmente em qualquer outro partido, porque mesmo em regime democrático, nós já sofríamos as nossas restrições.

Interessante esse processo e este momento que estamos vivendo, porque agora, neste momento, se reconhece que a luta política desenvolvida no Parlamento pelo MDB, pelas massas populares deste País foi que derrotou a ditadura. Não foi nenhum outro caminho. Foi essa luta, representada por esses que hoje retomam simbolicamente o seu mandato, que aqui resistiram e que aqui eu acompanhei muitos desses. Depois veio Gastone Righi, recordo-me de que naquela época, militante do Partido Comunista Brasileiro, eleito pelo PTB, muitos outros que recentemente faleceu um que poderia estar aqui também presente, companheiro Marcelo Gato.

Não quero falar apenas dos comunistas, porque sofreram todos os democratas. É importante apenas dizer que a luta de vocês tem, para todos nós democratas, uma representação ainda muito maior, Constituinte que fui, tem um artigo na Constituição — estou querendo fazer uma certa polêmica, não posso



deixar de fazê-lo — como Constituinte, Plínio de Arruda Sampaio, Gastone, aqui estiveram, nós colocamos na Constituição um artigo: que Parlamentar só pode ser cassado pelo Parlamento. Exatamente como uma resposta, e tentamos, durante a Constituinte, não olhar para trás. Tentar ver o futuro, mas de vez em quando não conseguíamos. E iríamos fazer alguns acertos de contas. Esse foi um deles. Está aí na Constituição dizendo que Parlamentares, Deputado e Senador só pode ser cassado pela Casa, a Câmara ou o Senado. Nós precisamos estar atentos em relação a isso, porque já existem Parlamentares que não podem continuar sendo Parlamentares, porque já foram condenados por crime comum, já têm pena definida, perderão direito político, e esta Casa vai ter que se pronunciar sobre isso, não será o Supremo.

Mas esta Casa tem que entender que não pode gerar impasses institucionais no regime democrático.

E vocês são a lembrança daquilo que nós colocamos, mas não para confrontar a democracia, mas para melhor expressá-la, como vocês, hoje, simbolicamente Deputados, estão expressando.

*(Palmas.)*

*Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, o Sr. Domingos Dutra, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Luiza Erundina, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Convidamos o Deputado Ivan Valente. É o penúltimo inscrito, aqui, para falar.

Ivan Valente, do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade.



**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Eu queria que a Luiza Erundina viesse para o PSOL, todo mundo é testemunha, não é, Plínio?  
*(Risos.)*

Bem, em primeiro lugar, eu queria parabenizar os companheiros da Mesa, particularmente Luiza Erundina, Domingos Dutra, e cumprimentar a ex-Deputada Lígia Doustel de Andrade, e dizer da simbologia desse fato.

Nós estamos há muito tempo falando em virar páginas da história. Eu acho que hoje nós damos um passo importante nessa direção. A devolução dos mandatos àqueles que foram eleitos pelo povo brasileiro, cassados pela ditadura militar do Golpe de 64 — não é a Revolução de 64, é o Golpe de 64 — é, depois de mais de 40 anos, pelo menos um passo adiante. Por isso a Câmara dos Deputados hoje faz o papel que ela deve ter: representar o povo brasileiro. Por isso, é importante, Luiza, que esse ato se dê com a simbologia que ele tem.

Mas quero dizer a todos os ex-Deputados que foram cassados, àqueles que já partiram e àqueles que nos prestigiam aqui hoje, que, mais do que isso, que é a resposta aos nossos mandatos, nós devemos, aí, sim, continuar a luta para rever a Lei da Anistia. Assassínatos, desaparecimentos, tortura não podem continuar impunes, porque não se vira essa página, e vai continuar essa ferida histórica enquanto nós não conseguirmos virar essa página da história.

E digo isso num momento em que o nosso país vizinho, a Argentina, está julgando neste momento os voos da morte.

Vários daqueles que atentaram contra a vida dos resistentes da liberdade estão sendo condenados no Chile, na Argentina e no Uruguai.



Portanto, aqui precisamos avançar mais e resgatar homens que tombaram, inclusive Parlamentares, homens e mulheres brasileiras lutadoras sociais, lutadoras pelo socialismo, pela igualdade social no nosso País. E me refiro fundamentalmente ao ex-Deputado Rubens Paiva, que homenageio nesta ocasião — porque agora nós temos uma prova concreta—, e também a João Carlos Batista, assassinado em 1988 pelas balas do latifúndio e até hoje não resgatado. Não resgatado o mandato. Foi assassinado em 1988 pelas balas do latifúndio.

Por isso, nós queríamos dizer, Sras. e Srs. Deputados e todos aqui presentes, que este momento para a Câmara dos Deputados é histórico.

Quero, em nome do nosso amigo, companheiro e camarada Plínio de Arruda Sampaio, homenagear todos aqueles que receberam hoje os seus mandatos de volta. Vocês merecem, vocês serviram com dignidade o povo brasileiro!

Quero terminar a minha fala representando aqui o meu querido Líder, Chico Alencar, que não pôde estar presente aqui hoje, e deixar como registro nos Anais desta Casa a justa devolução dos mandatos, que é um texto. Só lendo o final da sua carta, que diz que caberia muito a todos nós, que cabe bem emoldurar essa tocante sessão com os versos de Aldir Blanc e João Bosco na canção em homenagem ao Almirante Negro João Cândido, líder da Revolta da Chibata. Ela diz:

*“Glória a todas as lutas inglórias*

*Que através da nossa história*

*Não esqueçamos jamais”*

Viva a liberdade! Viva a luta pelo socialismo e pela igualdade social, pelas transformações sociais desse Brasil ainda injusto!

Muito obrigado.





---

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Obrigada, Deputado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Luiza Erundina) - Chamo agora a última Parlamentar inscrita, Rosinha da Adefal, para fazer o seu pronunciamento. *(Pausa.)*

Parece que a Deputada já não está mais.

Então, concluída a parte dos discursos dos representantes de partidos com assento nesta Casa, nós vamos já encerrando os trabalhos, agradecendo mais uma vez a presença de todos e todas, agradecendo a assessoria da Comissão de Direitos Humanos, as assessorias das nossas bancadas, da minha bancada, a assessoria da Liderança do meu partido, que deram uma contribuição fundamental à preparação deste evento, também ao cerimonial, enfim, a todos os órgãos técnicos da Casa, que foram de uma dedicação e de uma competência extraordinária, a quem devemos o brilho e o resultado de qualidade deste grande evento que tem um simbolismo político enorme. E, com isso, a gente se anima a continuar a luta na busca da verdade, no resgate da memória e no cumprimento de justiça de transição às vítimas da ditadura militar.

Nada mais havendo a tratar, convido para abertura da exposição sobre aquele período e para o descerramento do quadro de Elifas Andreato, trazendo imagens dramáticas das agressões e das violências do regime militar contra cidadãos e cidadãs brasileiros.

Também está havendo uma distribuição de um documentário por parte do Departamento de Taquigrafia da Casa que traz discursos dos Srs. Deputados, outros momentos vividos e celebrações feitas por esta Casa, como o vídeo da sessão solene em homenagem aos 10 anos da Lei da Anistia, o vídeo da sessão solene em homenagem aos 16 anos da Lei da Anistia, o vídeo da sessão solene em



homenagem aos 20 anos da Lei da Anistia e o vídeo da sessão solene em homenagem aos 30 anos da Lei da Anistia, realizada no dia 30 de agosto de 2009.

### **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (Bloco/PR-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Os avanços na área social não param em nosso país. O programa Brasil Carinhoso, que já retirava da extrema pobreza mais de 9 milhões de pessoas, passa a alcançar mais 7 milhões e 300 mil brasileiros, com a ampliação anunciada na semana passada. O Brasil Carinhoso faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, programa de transferência de renda que conseguiu em pouco tempo um resultado surpreendente: retirou mais de 34 milhões de pessoas da situação de miséria. Antes do plano, o nosso país tinha 36 milhões de cidadãos nessa situação. Hoje, são cerca de 2,6 milhões. Número que deve ser reduzido a zero, se Deus quiser, em pouquíssimo tempo.

O objetivo do Brasil Carinhoso, lançado em maio deste ano, é beneficiar famílias extremamente pobres com filhos de até seis anos de idade. Agora, passará a atender também as famílias com crianças e jovens de sete a 15 anos, retirando todos os seus integrantes da situação de miséria, ou seja, aqueles que vivem com menos de 70 reais por mês. O total de crianças e jovens de até 15 anos atendidos aumenta de 5,1 milhões para 8,1 milhões com essa mudança.

Claro que mais recursos terão de ser investidos. A previsão de investimento anual no Brasil Carinhoso era de 2,2 bilhões de reais em sua primeira fase. Agora, passará para quase 4 bilhões já a partir do dia 10 de dezembro, quando esses novos jovens começam a ser beneficiados.

Como médico, sou um entusiasta desse programa porque ele contempla



também a assistência à saúde, principalmente a preventiva. Entre as ações da primeira fase do Brasil Carinhoso, o Ministério da Saúde expandiu a distribuição de doses de vitamina A para crianças entre seis meses e cinco anos. De junho a outubro, 2,9 milhões de crianças dessa faixa etária receberam a medicação. A deficiência dessa vitamina, que acomete 20% das crianças menores de cinco anos, quando severa, provoca deficiência visual, a cegueira noturna, aumenta o risco de mortalidade. Nesse mesmo período, 1,4 milhão de crianças receberam sulfato ferroso na rede de Unidades Básicas de Saúde, para corrigir a anemia. A necessidade de ferro das crianças menores de 24 meses é muito elevada e dificilmente é provida apenas por alimentos, o que pode levar à deficiência de ferro e à anemia, que prejudica o desenvolvimento. Também estão sendo distribuídos gratuitamente, nas unidades do Aqui Tem Farmácia Popular, medicamentos para asma, que é a segunda maior causa de internação e óbito de crianças. Ao todo, são 20.374 farmácias privadas conveniadas ao programa e 554 unidades da rede própria.

Atuando em várias frentes, o Brasil Carinhoso promove também um aumento na quantidade de vagas para crianças de até quatro anos nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. O governo federal oferece estímulo financeiro aos municípios e ao Distrito Federal para que isso ocorra. São 50% anuais a mais sobre os valores destinados por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb. Além disso, o Ministério da Educação antecipa os valores do Fundeb para as vagas em novas turmas de educação infantil. Outra ação foi a ampliação de 66% no valor repassado para alimentação escolar de todas as crianças matriculadas em creches e pré-escolas públicas.



Como se vê, meus caros colegas parlamentares, é um programa que atua em várias frentes para realmente tirar nossas crianças da condição de miséria. E mais: promove oportunidades e perspectiva de um futuro melhor, pois investe em saúde e educação, os bens mais valiosos para que uma criança possa se desenvolver bem e se tornar um adulto saudável, capaz de estudar, trabalhar e contribuir para que o Brasil seja um país melhor. A decisão da presidenta Dilma Rouseff de aumentar o número de crianças atendidas e as verbas para o Brasil Carinhoso é bastante acertada e merece todo o nosso apoio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. BIFFI** (PT-MS. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para comunicar a esta Casa e aos amigos e amigas que nos acompanham pela TV e Rádio Câmara a produtiva audiência realizada na semana passada no Ministério da Educação.

Na companhia do senador Delcídio do Amaral e dos reitores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Fábio Edir, e da Universidade Federal da Grande Dourados, Damião Duque de Farias, solicitei ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, recurso para tirar do papel o plano de expansão e investimento estrutural das duas instituições.

As obras, Senhor Presidente, são de extrema importância para a ampliação e estruturação das instituições, qualificação dos cursos e acesso e oportunidade à população ao ensino superior.

Faço questão de destacar que para a UEMS, por exemplo, as ações de reestruturação visam a construção de um anfiteatro em Dourados; laboratórios e



salas de aulas nas unidades de Dourados, Aquidauana, Paranaíba, Jardim e Naviraí; cinemateca na unidade de Amambai; ampliação da estrutura física em Aquidauana; construção e reforma da infraestrutura e equipamentos em Cassilândia; construção de blocos de salas de aula e laboratórios em Ivinhema; ampliação de infraestrutura física em Paranaíba; biblioteca e núcleo jurídico em Naviraí; e um novo auditório para a unidade de Maracaju.

Já o projeto da UFGD projeta a construção de uma unidade tecnológica e profissionalizante voltada para a difusão de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e para a transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processos produtivos.

Acredito seguramente que o ministro Mercadante atenderá, de forma integral ou parcial, a demanda apresentada, já que o mesmo analisou detalhadamente os dois projetos, mostrou-se muito receptivo a consolidação das ações e solicitou análise orçamentária para a consolidação das obras, que, juntas, somam R\$ 32 milhões.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO JORDÃO** (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Telespectadores da TV Câmara; Ouvintes da Rádio Câmara; Imprensa, Servidores e população em geral.

Quero me dirigir a todos para lamentar profundamente o falecimento do grande arquiteto do mundo OSCAR NIEMEYER, venerado em todos os cantos do mundo como o arquiteto de linhas sinuosas que fazia o que queria do concreto. Esta deixando um legado de mais de 600 obras, que são consideradas obras de arte.



Este gênio da arte do concreto tinha sempre resposta para tudo, conseguia ver o que ninguém conseguia para desenhar um projeto novo, via o futuro de sua obra de arte pronta surpreendendo a todos no resultado final. Este carioca de laranjeiras, nunca largou sua cidade, mesmo com suas inda e vindas por questões profissionais, viveu até seus últimos dias na cidade maravilhosa. Era um homem bom e justo, sempre quando podia, ajudava as pessoas. Niemeyer, sempre que encontrou uma brecha, procurou um caminho que permitisse convergências entre a preocupação estética e a função social que tanto o preocupava. Exemplos são muitos em suas obras podemos citar no Rio de Janeiro, os Cieps e do Sambódromo.

Niemeyer, cidadão do mundo, morreu ontem no Rio de Janeiro e deixará saudades a todos nós que veneravam suas obras de arte.

Obrigado a todos pela atenção.

**O SR. HENRIQUE OLIVEIRA** (Bloco/PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje fazer uma referência ao dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que foi comemorado no dia 3 de dezembro e estendemos por toda a semana. Esta é uma data importante e não pode ser lembrada apenas neste dia. Todos os dias é tempo de nos conscientizar e promover a inclusão dessas pessoas que possuem algum tipo de deficiência física. Nos mobilizar para defender a dignidade, os direitos e o bem estar das pessoas, é o mínimo que devemos fazer. Temos também que aumentar a consciência dos benefícios trazidos pela integração das pessoas com deficiência em cada aspecto da vida política, social, econômica e cultural. Eu mesmo, já sugeri nesta Casa, que cada gabinete tenha obrigatoriamente ao menos uma pessoa com deficiência. A ideia é incluir, fazer com que estes tenham uma



oportunidade de trabalhar e participar da vida política do país.

Não podem existir barreiras sociais geradas pelo preconceito, pela falta de infraestrutura para atender às dificuldades dos deficientes físicos. Mas, infelizmente essas pessoas ainda se deparam com esses dois obstáculos no seu dia-a-dia. Todos nós sabemos que estas pessoas são especiais e possuem uma necessidade especial, pois precisam de tratamentos diferenciados e especiais para viver com dignidade. No entanto, muitas vezes isso não acontece, pois o mundo não é adaptado para essas pessoas, que sofrem muito. Não basta apenas construir rampinhas nas ruas. É preciso existir leitura em braile para atender os deficientes visuais; acesso aos ônibus e lugares públicos aos cadeirantes; que a população aprendesse a conversar na linguagem de libras, para atender os surdos/mudos; além de planos governamentais voltados para a saúde e reabilitação dessas pessoas, visando amenizar suas dificuldades bem como capacitá-las para a vida social, para o exercício da cidadania.

Vamos acordar, nobres colegas! Já passou da hora de arregaçarmos as mangas e tratar os portadores de necessidades especiais como pessoas normais, embora tenham algumas limitações. Todas as pessoas são diferentes, assim como a cor dos olhos, dos cabelos, a cor, enfim. Vamos promover mais políticas inclusivas e respeitá-los como merecem. É o que eu tinha a dizer. Obrigado.

**O SR. EDUARDO SCIARRA** (PSD-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira passada, participei da última reunião de 2012 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, do município de São Mateus do Sul, onde se definiu, com os membros desse colegiado, a aplicação do valor de R\$ 500 mil reais, fruto de uma



---

emenda individual ao Orçamento Geral da União, de minha autoria, para fornecimento de calcário aos agricultores familiares.

Mais uma vez, pude constatar a relevância e o alcance das emendas individuais, que nos últimos anos, infelizmente, têm sido tratadas como fonte de recursos de importância menor, como se a sua finalidade única fosse alimentar o clientelismo entre parlamentares e suas bases eleitorais.

No caso de São Mateus do Sul, 620 famílias de pequenos agricultores serão beneficiadas com a entrega de 15 toneladas de calcário para cada uma delas, num total de 9,3 mil toneladas do produto. A prefeitura irá lançar o edital de aquisição do calcário no final de janeiro, devendo iniciar a distribuição até abril ou maio.

São Mateus do Sul é conhecida como capital nacional do xisto por ter a economia baseada na exploração da maior reserva brasileira do mineral. A pequena agricultura complementa a economia local, com cerca de 3,5 mil famílias dependendo da lavoura. As 620 famílias serão selecionadas, pelo Conselho de Agricultura Familiar, entre as 820 que se cadastraram previamente.

A aplicação de emendas parlamentares individuais tem sido duramente criticada nos últimos anos, chegando ao ponto de ocorrerem manifestações de alguns deputados federais em defesa de sua extinção. Não se justifica. Se abusos ou destinações estapafúrdias ocorreram no passado, hoje o Brasil possui instrumentos institucionais e sociais de fiscalização e vigilância eficientes e competentes para conter desvios ou excessos no uso das emendas individuais.

Essa acusação, portanto, perde efeito, uma vez que a sua aplicação, independente de ser na base eleitoral ou não do autor da emenda, efetivamente melhora e transforma a vida das pessoas. Se desvios ou excessos ocorrerem, temos





os instrumentos devidos para a sua apuração e punição. Outra acusação infundada é o de que as emendas individuais descaracterizam o caráter nacional do Orçamento Geral da União por atender, via de regra, a pequenos grupos sociais, normalmente de municípios menores.

Em resposta, senhor Presidente, destaco uma das principais funções constitucionais das emendas individuais. O Orçamento Geral da União vem moldado pela previsão dos custos administrativos e investimentos priorizados pelo governo federal, movimentando vultosas quantias. A ele, agregam-se neste Congresso Nacional emendas do relator, as coletivas e as de bancada, normalmente de altos valores e também destinadas a grandes obras ou ações públicas. Invariavelmente, com alcance regionalizado ou estadualizado e de grande repercussão social e econômica.

As emendas individuais não são assim. De fato, podem até ser consideradas como instrumento de uma política de varejo. Mas é exatamente essa característica a sua principal virtude. Ao atender pequenas ações e obras com somas menores, são quase sempre destinadas a pequenos municípios para projetos específicos, de menor repercussão mas de igual importância econômica e social. As emendas individuais são balizadas para alcançar onde as políticas públicas do governo federal ou as verbas das emendas coletivas e de bancada não alcançam.

É esse o diferencial. Com apenas R\$ 500 mil e em consonância com as diretrizes e necessidades de um pequeno município do Paraná, 620 famílias de pequenos agricultores - que quase nunca recebem benefícios diretos do governo federal - vão poder melhorar as suas condições de cultivo por meio de uma técnica de correção do solo que somente os médios e grandes produtores têm condições de



investir.

E, ao contrário da alegação de que dessa forma se descaracteriza o caráter nacional do Orçamento Geral da União, as emendas individuais devem POR OBRIGAÇÃO ser compatíveis com o Plano Plurianual elaborado pelo Executivo e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a chamada LDO. Nós, deputados federais, não criamos novos programas ou políticas públicas para uso dos recursos federais. Todas as emendas individuais devem estar enquadradas nas diretrizes do governo federal e da União. Portanto, não há como descaracterizar o caráter nacional do Orçamento.

Apenas para concluir, um estudo recente realizado pela USP comprovou que, de 1996 a 2006, as emendas individuais dos parlamentares brasileiros ocupou tão somente 0,3% do Orçamento Geral da União. Repito: apenas 0,3%. Quero, com esta reflexão em plenário, deixar claro que eliminar as emendas individuais não será solução para práticas de malfeitos ou atos de desvios. Vamos apenas penalizar os pequenos municípios que, de outra forma, jamais receberiam recursos para determinados programas ou obras. A grande maioria desses municípios só consegue realizar investimentos com recurso ao fundo perdido, como neste caso, pois as suas receitas correntes cobrem tão somente a folha de pagamento e o custeio.

Era o que tinha a declarar.

Muito obrigado.

**O SR. RICARDO IZAR** (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou bastante preocupado com a possibilidade de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais



---

Renováveis - Ibama realizar a flexibilização da lista de espécies silvestres que poderão ser criadas e vendidas como animais de estimação, conhecida como Lista PET. Em outras palavras, com a ampliação daquela lista, o Governo Federal está incentivando que mais animais silvestres da fauna brasileira sejam traficados.

A referida lista já era extensa e uma vergonha para o Brasil. É inadmissível falar em flexibilização ou ampliação da lista PET se a própria população mundial, os organismos internacionais de preservação ambiental e os governos de todos os países lutam por causas ambientais e deflagram, a todo instante, campanhas que enfatizam temas importantes como o desenvolvimento sustentável, a reciclagem e o reaproveitamento.

Mesmo que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama tenha prorrogado o anúncio de uma possível ampliação da lista PET, o que nos preocupa é que o assunto não poderia sequer ser ventilado, sobretudo por um órgão encarregado de cuidar do nosso ecossistema. A fauna e a flora nacionais são o nosso maior patrimônio, pois a sustentabilidade da vida no planeta depende disso.

Fiquei muito triste ao ler a matéria veiculada ontem no jornal Folha de São Paulo, destacando que quatrocentas tartarugas vivas de espécies ameaçadas de extinção, entre elas a tartaruga-da-amazônia, tenham sido capturadas por traficantes de animais e colocadas de forma cruel em local improvisado, sem água e alimento, e algumas delas, deixadas de cabeça para baixo.

Além disso, nesta época do ano, as tartarugas estão em período de desova e botam de 100 a 150 ovos, uma vez por ano, o que mantém em níveis equilibrados a população de tartarugas-da-amazônia. As investigações apontam que cada animal



seria vendido por R\$ 500,00. Só o lote apreendido pela Polícia Federal poderia render cerca de R\$ 400 mil.

No momento em que os agentes federais surpreenderam o grupo de criminosos, setecentos ovos já estavam preparados para serem levados da natureza e havia outros dezesseis animais mortos em consequência dos maus tratos.

Graças à competência da Polícia Federal e do Ibama, a maioria dos traficantes foram presos e os animais e os ovos devolvidos ao seu habitat natural.

Apenas para ilustrar a minha preocupação sobre esse importante tema, apresentei vários projetos de lei, sendo que dos quais destaco os seguintes: O PL 3710, de 2012, por exemplo, estabelece pena de reclusão de um a cinco anos para o crime de matar, perseguir, apanhar, caçar animais silvestres.

Já o PL 4586, de 2012, cria o Selo Nacional "Brasil sem Maus Tratos", que idealiza um mecanismo de incentivo para que empresas e institutos busquem outros métodos e formas de pesquisa científica, os quais não façam uso de animais em testes de medicamentos e outras substâncias químicas.

O PL 3142, de 2012 agrava a pena para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestre, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Portanto, Senhor Presidente, é mais humano e racional contemplar os animais soltos na natureza ao invés de tê-los em cativeiro. Assim, se o Ibama fizer a sua parte em cumprir a legislação em vigor e o Congresso Nacional aprovar projetos de leis que priorizem a preservação do meio ambiente, certamente todos nós ganharemos em qualidade de vida.

Como presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa



---

dos Animais faço um apelo ao presidente do Ibama, Sr. Volney Zanardi, para que não permite a trágica ampliação da lista PET e continue, assim, cumprindo um dos seus papéis de excelência que é a preservação do fauna brasileira.

Era o tinha a dizer, Senhor Presidente, solicitando a Vossa Excelência que autorize a veiculação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS BRANDÃO** (PSDB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para prestar uma justa homenagem a um homem que muito se dedicou para levar o nome do Brasil mundo a fora e nos deixou nesta quarta-feira. Um homem que sem sombra de dúvidas deixará uma enorme lacuna. Falo do mestre da arquitetura Oscar Niemeyer, que faleceu nesta quarta-feira.

Oscar viveu um século e merece o título de artista universal: pai fundador da arquitetura moderna, deu edifícios de referência às cidades que ele amava, centenas de monumentos reconhecidos por todos nós em Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, e, claro, em Brasília, uma obra-prima do planejamento urbano e da arquitetura moderna.

Niemeyer aplicava na prática a principal função da arquitetura. Era apaixonado por seu trabalho, e ele estava convencido de que a arquitetura tem que fazer mais do que belos edifícios. Tem que contribuir para melhorar a vida na cidade como um todo e incorporar os valores de inclusão, solidariedade e cooperação.

Expresso minhas sinceras condolências à sua família, ao povo do Brasil e ao governo brasileiro por esta grande perda.



Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado.

## **VII - ENCERRAMENTO**

**A SRA. PRESIDENTE** (Luiza Erundina) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

Lembro que haverá sessão solene do Congresso Nacional amanhã, sexta-feira, dia 7 de dezembro, às 14h30, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 69 Anos do Movimento dos Focolares.

**A SRA. PRESIDENTE** (Luiza Erundina) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 7, às 9 horas, sessão ordinária de debates.

*(Encerra-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.)*